

**Abordagem Histórico-cultural do Património
Arquitectónico da Barra de Lisboa
- Bateria da Parede**

Isabel Maria Silva da Piedade

**Dissertação em Estudos Portugueses
Estudos da Cultura**

Professor Doutor Vitor Lourenço
Professora Doutora Maria do Rosário Pimentel

Março 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Estudos Portugueses – Estudos de Cultura,
realizada sob a orientação científica de:

Professor Doutor Vítor Lourenço
Professora Doutora Maria do Rosário Pimentel

AGRADECIMENTOS

A realização desta proposta de estudo não seria possível sem o incentivo e apoio do Professor Doutor Vítor Lourenço, que pacientemente acompanhou todo o processo de consulta e redacção de texto, contribuindo com críticas e sugestões para sua concretização.

Destaco, as importantes colaborações da Professora Doutora Maria Rosário Pimentel, do Tenente-Coronel Berger, responsável pelo Arquivo da Direcção de Infra-estruturas do Exército, da Sra. Paula, funcionária da Biblioteca da Academia Militar, pelo apoio bibliográfico e arquivístico, e da Dra. Catarina Coelho.

Agradeço, ainda, aos meus amigos, aos meus pais e ao irmão.

ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DA BARRA DE LISBOA – BATERIA DA PAREDE

Isabel Maria Silva da Piedade

PALAVRAS-CHAVE: Artilharia, Defesa de Costa, Campo Entrincheirado de Lisboa, Plano *Barron*, Bateria da Parede

RESUMO

Ao longo da nossa História vários foram os nossos líderes que perspectivaram a ampliação das fronteiras do país. No início da nossa nacionalidade as fronteiras terrestres eram de importância vital para a independência e consolidação da nacionalidade. A expansão da fé cristã e a ambição de alargamento dos domínios de Portugal além fronteiras levou a partir do início da primeira dinastia a uma necessidade de construção naval e de defesa costeira que permitissem atingir esses objectivos de maneira a que fosse possível o engrandecimento do nosso país.

É com D. João II que os grandes desígnios da história são levados a termo, tendo por base todo um conhecimento científico da época e as condições sociais que permitiriam atingir com êxito façanhas de que o país se orgulharia e que o mundo veria com espanto.

D. Manuel levou a cabo todos os planos que tinham sido estabelecidos no reinado anterior, preocupando-se com as conquistas do oriente e as viagens de circum-navegação que lhe permitiriam trazer riqueza para o país e ser considerado rei “Venturoso”. O nosso desafio além fronteiras estava traçado, o mar era o nosso objectivo e a defesa das nossas costas, algo de capital importância, para a nossa independência.

É neste contexto que se procurou elaborar o presente trabalho contribuindo para o conhecimento da história da artilharia de costa portuguesa, em sentido lato, e da defesa da barra de Lisboa e suas construções arquitectónicas, em sentido restrito. O nosso objectivo de estudo, centrou-se inicialmente em todas as construções desenvolvidas no Campo Entrincheirado de Lisboa, seguindo-se o estudo elaborado pelo Plano Barron com todas as suas implicações do ponto de vista táctico e estratégico a ele subjacente e uma análise descritiva e pormenorizada sobre a Bateria da Parede.

A escolha da Bateria da Parede deveu-se à sua localização geográfica, à riqueza da sua construção arquitectónica, ao papel que desempenhou na defesa na barra de

Lisboa, e ainda, à sua importância como catalisador social de todo o ambiente que se desenvolveu na Costa do Estoril entre Lisboa e Cascais.

O material que compunha a Bateria da Parede, sendo do mais moderno da época em que foi implementada, levou-nos a efectuar um estudo mais aprofundado e descritivo do mesmo de modo a possibilitar ao leitor um conhecimento da importância e do alto tecnicismo do material bélico e sistemas de direcção de tiro empregue na Bateria da Parede, considerada *ex-libris* de artilharia de costa em Portugal.

Pelo exposto considero que a Bateria da Parede é um tema importante para este trabalho, não só pelo seu passado histórico como também pela riqueza da sua estrutura.

A sua utilização no futuro como um pólo museológico afigura-se-me de capital importância para preservar a história da artilharia de costa e mostrar às gerações vindouras uma página da História de Portugal.

HISTORIC AND CULTURAL APPROACH OF ARCHITECTONIC HERITAGE OF LISBON'S BAR

KEYWORDS: Artillery, Coastal defence, Campo Entrincheirado de Lisboa, Barron Plan, Bateria da Parede.

ABSTRACT

Throughout our history several of our leaders forecast the magnification of this country's frontiers. In the beginning of our nationality land borders were of prime significance for our independence and consolidation of our nationality. Expansion of the Christian faith and the ambition to expand Portugal's dominion beyond its borders, since the start of the first dynasty resulted in the need to build naval and coastal defence that would attain those goals and bring forth our country's enlargement.

Through D. João II history's great intents were accomplished, based on the era's scientific knowledge and social conditions that would allow for successful feats of which the country could take pride in and the world look to in awe.

D. Manuel carried on all plans established in the previous reign, focusing on the east's conquest and the circumnavigating sea ventures that brought wealth to the country, leaving him known as the "venturous one". The challenge outside our borders was drafted; the sea was our goal and the defence of our coastline of major value to our independence.

Within this context we sought to develop this project in this way contributing to the understanding of Portugal's history in coastal artillery, in a broader sense, and the defence of Lisbon's "barra" and its architectural construction, in a restrictive sense. Our object of study initially focused on the constructions that were built in the *Campo Entrincheirado de Lisboa*, followed by an elaborate study of the *Plano Barron* with all subsequent implications (from a strategic and tactical point of view), and a descriptive and detailed analysis on *Bateria da Parede*.

Bateria da Parede's selection was based on its geographical position, the architectural lavishness of its buildings, the role it played in the defence of the *Barra de Lisboa*, and in addition it's worth as a social catalyser to the physical settings that were developed along the coast of Estoril, between Lisbon and Cascais.

The objects comprising *Bateria da Parede*, some of the most modern of it's time, directed us into a deeper and more descriptive study as a way to enable the reader to become aware of the importance and the superior technology of the bellicose material and weapon steering systems used in *Bateria da Parede*, considered the ex-libris of coastal artillery in Portugal.

On account of the above, I consider *Bateria da Parede* an important subject for this work, not only because of its history but also due to its impressive structure.

Its future application as a museum seems of high value as a way to preserve the history of coastal artillery and to show to future generations a page in Portugal's history.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Enquadramento Histórico	4
I. 1. Reinado de D. João II	6
I. 2. Reinado de D. Manuel	9
I. 3. Reinado de D. João III	13
I. 4. Reinado de D. Sebastião	14
I. 5. Período Filipino	16
I. 6. Reinado de D. João IV	20
I. 7. Reinado de D. Afonso VI	28
I. 8. Reinado de D. Pedro II	28
I. 9. Reinado de D. João V	28
I. 10. Reinado de D. José	29
I. 11. Reinado de D. Maria I	32
I. 12. Reinado de D. João VI	37
I. 13. Reinado de D. Miguel I	37
I. 14. Reinado de D. Maria II	40
I. 15. Reinado de D. Pedro V	41
I. 16. Reinado de D. Luís	42
I. 17. Reinado de D. Carlos	46
Capítulo II: Século XX	48
II. 1. Campo Entrincheirado de Lisboa	48
II. 1.1. Bateria da Parede do Campo Entrincheirado de Lisboa	49
II. 2. Plano <i>Barron</i>	62
II. 2.1. Bateria da Parede do Plano <i>Barron</i>	70

II. 2.1.1. Localização Tática da Bateria	70
II. 2.1.2. Processo de Adaptação da Bateria ao Material Inglês ..	72
II. 2.1.3. Características Técnicas dos Materiais que equipavam a Bateria da Parede	89
II. 2.1.3. Influências no Meio Envolvente	94
Conclusão.....	95
Bibliografia	96
Anexos	77

LISTA DE ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico Militar
AHMA – Arquivo Histórico Municipal de Almada
AML – AH - Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico
ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo
BCC - Calculador de Correções de Balísticas
BCM – Biblioteca Central da Marinha
BTR – Bateria de Tiro Rápido
CADC – Corrector de Paralaxes
CDC – Comando de Defesa de Costa
CEL – Campo Entrincheirado de Lisboa
CEP – Corpo Expedicionário Português
CTR – Carregamento de Tiro Rápido
DAA – Direcção de Arma de Artilharia
DAE – Direcção de Arma de Engenharia
DCC – Calculador de Correções de Paralaxe
DIE – Direcção de Infra-estruturas do Exército
DSFOM – Direcção de Serviços de Fortificações e Obras Militares
D/C – Mecanismo de Direcção
E/R - Mecanismo de Elevação
PC – Posto de Comando
PCT – Posto Central de Tiro
PO – Posto de Observação
RAC – Regimento de Artilharia de Costa
RGTO – Rede Geral de Telemetria e Observação

INTRODUÇÃO

Desde o início da História de Portugal, o mar esteve sempre presente, quer como fonte de recursos naturais, quer como fronteira aberta com o atlântico, estimulando a ligação com os mais diversos povos, civilizações e culturas.

A defesa costeira de Lisboa, desde a Idade Média tem constituído uma preocupação constante, atendendo à excepcional relevância geográfica e militar da Barra do Tejo e às suas características.

No século XV, surgiu em Portugal a noção clara de que a sobrevivência deste país e do seu povo como independente, não seria possível se o mesmo não se fizesse ao oceano em busca de horizontes mais vastos.

As viagens iniciadas durante este século pelos navegadores, que no dizer do poeta Luís de Camões deram “novos mundos ao mundo”, resultaram de toda uma actividade e experiência adquirida pelo povo português nas actividades marítimas.

Os governantes da época, ao abrirem as fronteiras do país a flamengos, genoveses, judeus e muçulmanos, congregaram na coroa portuguesa saberes tão diversos e tão essenciais para a navegação como a cartografia, a matemática, a astronomia e a construção naval.

Se durante o século XV e XVI, Lisboa ascendeu a porto de transacções mercantis, foi porque Portugal conseguiu criar uma extraordinária rede de contactos comerciais nos diversos continentes.

Lisboa, através do seu porto, tornara-se um lugar de chegada das mais exóticas mercadorias, conhecimentos e gentes, transformando-se assim na grande porta aberta para o mundo.

O porto de Lisboa, pela sua posição geográfica, condições de segurança, vastidão e fácil acesso, foi desde sempre considerado como um dos melhores da Europa, e constituiu, durante muitos anos, um riquíssimo empório comercial, a que aportavam os navios mercantes de todas as nações, para distribuírem pelos portos europeus os produtos do Oriente e do Brasil.

Com a decadência do nosso poder na Ásia e na América, o movimento da riqueza mercantil no porto de Lisboa diminuiu. Contudo, o seu valor intrínseco, como porto de primeira ordem, não sofreu alteração significativa.

Os melhoramentos efectuados ao longo dos séculos no porto de Lisboa contribuíram para uma maior afluência de navios. A possibilidade de apoio logístico e a melhoria de vias de comunicação permitiram uma optimização de todos os meios empregues nas operações de carga e descarga.

Ainda hoje, podemos constatar que o porto de Lisboa, pela sua posição, surge como um ponto de escala importante para o comércio com a América do Sul, África e outros continentes.

Um olhar retrospectivo sobre o património arquitectónico e cultural da Barra do Tejo, permite-nos deambular pela nossa história, e verificar a importância que este porto teve não só em contexto nacional como também internacional.

Ao longo da Barra do Tejo somos confrontados com diversas construções de defesa de costa que nos permitem não só delimitar as suas diferentes épocas de construção, como também os períodos da História de Portugal em que a defesa do porto foi um elemento importante para a independência do próprio país.

Nos finais do século XV, assistiu-se a uma melhoria nas estruturas arquitectónicas de defesa costeira, nomeadamente na Barra de Lisboa.

A defesa do porto de Lisboa só se verificou com alguma consistência ao longo dos séculos XVI e XVII devido às novas condições resultantes do desenvolvimento da artilharia, dos melhoramentos aplicados nas tácticas da guerra naval e das condições históricas ocorridas ao longo deste período.

Neste contexto, uma vez que a época de estudo em análise se apresenta desde o século XV até ao século XX, período que compreende a construção da primeira torre de defesa, em Cascais, até à implementação das Batarrias do Plano *Barron*, verificamos que seria impossível o estudo detalhado de cada uma das construções, bem como da época em que as mesmas se inserem.

Neste sentido, após um breve percurso histórico circunscreveremos o plano de estudo ao século XX, nomeadamente a uma das Batarias do Plano *Barron*, a Bateria da Parede.

A escolha desta construção de defesa costeira não foi aleatória, pois esta apresenta-se com características específicas na implementação das peças, forma diferente face às restantes batarias do mesmo plano.

A análise de estudo desta bateria não seria possível sem recorrermos à própria História de Portugal, à História da Artilharia e à História e evolução da Arquitectura militar, patente nos diversos fortes, fortins, fortalezas e batarias construídos quer na Barra do Tejo e do Sado, quer nas nossas colónias.

Deste modo, o presente trabalho apresentar-se-á dividido em duas partes distintas. A primeira de enquadramento histórico, onde será, de forma sucinta, feita a evolução da defesa do porto de Lisboa desde o século XV até ao século XIX. A segunda retratará as diversas construções defensivas do século XX, nomeadamente o Campo Entrincheirado de Lisboa e o Plano *Barron*, evidenciando o papel da Bateria da Parede.

CAPÍTULO I

Enquadramento Histórico

A grande orla atlântica do território Português desde muito cedo condicionou a vivência do nosso povo, despertando nele um grande interesse pelo mar.

Nos primeiros séculos do nosso reino essa vivência manifestou-se através das diversas acções ligadas a este meio, a pesca, a indústria salinífera e a construção naval entre outras.

No início do século XV, enquanto a Europa vivia ainda mergulhada em guerras e conflitos feudais, Portugal, com a nova dinastia (Dinastia de Avis) entrou num período de paz e firmeza que lhe permitiu recuperar a estabilidade interna, desenvolvendo a agricultura, as pescas e o comércio marítimo.

Durante a Dinastia de Avis verificou-se uma mudança na relação entre o Homem e o mar. Surgiram os primeiros contactos com os relatos das viagens de Marco Polo, as primeiras manifestações de expansionismo europeu relacionadas com o comércio, e a certeza quanto à existência de novos povos para além do considerado braço do Nilo (Norte do Senegal) que comercializavam entre si.

A influência do Renascimento, resultante dos diversos contactos entre Portugal e o resto da Europa, nomeadamente com a Itália, provocou uma abertura de mentalidades nas diferentes classes sociais. Associada a esta abertura de mentalidades, ao aparecimento de todo um novo método de ensino ligado à prática, tanto na matemática como na astronomia, emergiu em Portugal toda uma classe social que procurou, tal como já o havia feito D. Afonso Henriques, ultrapassar as nossas fronteiras.

Neste contexto, será durante o reinado de D. João I, mais concretamente com o Infante D. Henrique, que se verificaram as primeiras manifestações expansionistas apoiadas na iniciativa dos descobrimentos.

O Infante, conhecedor das rotas comerciais e dos relatos das viagens, quer pela Europa quer pela Ásia do seu irmão D. Pedro (o Infante das Sete Partidas), desejava descobrir todo o oceano Atlântico, para assim poder desviar as rotas do comércio da seda e aceder às riquezas oriundas da Ásia.

Apoiado por um novo conhecimento matemático, uma nova cosmografia, novos instrumentos náuticos (astrolábio), bem como por cientistas especialistas nestas matérias que acorriam a Portugal, o Infante desenvolveu novos métodos de navegar e de desenhar cartas.

Após a conquista de Ceuta, o Infante D. Henrique fixou-se em Sagres onde rodeado de mestres das artes e ciências ligadas à navegação, criou uma “Tercena” Naval (também designada por escola), local de reunião de mareantes e cientistas, onde se analisava os novos instrumentos náuticos, as novas cartas e as observações astronómicas. Estabeleceu, ainda nesta vila, estaleiros e oficinas de construção naval.

O Infante D. Henrique foi o principal impulsionador dos descobrimentos portugueses, sendo a ele associados os primeiros êxitos da expansão, conseguindo contrariar todas as adversidades. Contudo, os descobrimentos portugueses não se efectuaram só devido ao pensamento expansionista associado ao Infante. Vários foram os reis que posteriormente a D. João I partilharam deste pensamento.

No reinado de D. Duarte, o reino devastado pela peste e empobrecido devido ao esforço desenvolvido na conquista de Ceuta, volta-se para a organização política e para a reestruturação da economia nacional, deixando para segundo plano as vontades do Infante D. Henrique.

Apesar, da perspectiva contraditória de D. Duarte face às expedições a África, o Infante continuou durante este reinado as suas expedições ao norte desse continente, levando consigo o seu irmão, D. Fernando. Entre 1436 - 1440 e após a infeliz expedição a Tanger, na qual o Infante D. Fernando ficou cativo acabando mesmo por falecer neste continente, os descobrimentos foram interrompidos. Por tal facto, neste período desenvolveu-se a construção naval. A construção das caravelas aperfeiçoou-se a ponto de as tornar mais ágeis e manejáveis na maneira de navegar, com qualquer vento ou mar, e por conseguinte mais próprias para viagens de longo curso.

O apoio das bulas papais de 1450 e 1452 (Papa Nicolau V) a D. Afonso V, outorgando-lhe o senhorio de todos os territórios descobertos pelo seu povo, provocou um novo incentivo para as expedições no atlântico. Este incentivo de natureza religiosa, associado ao enriquecimento súbito dos mercadores algarvios, monopolistas do comércio de África, desviou toda uma quantidade de população ligada à actividade agrícola para as tentações além-mar. Ressurgiu novamente a necessidade de alargar

fronteiras para o norte de África. Tânger, Alcácer Seguer e Arzila foram as cidades que sofreram os ataques dos portugueses durante este reinado.

I.1 - Reinado de D. João II

Quando D. João II sobe ao trono, Portugal dispõe de um vasto conhecimento náutico, e de um pormenorizado conhecimento da costa africana. Ao Príncipe Perfeito coube o governo económico e político da expansão portuguesa em África, nomeadamente na orientação e ampliação da expansão ultramarina portuguesa.

Herdeiro dos ideais do Infante D. Henrique, D. João II apresentou pela primeira vez uma ideia de império.

Na segunda metade do século XV, Lisboa fervilhava de gente que se ocupava de transacções comerciais. O monopólio da exploração comercial ultramarina, outrora em favor do Infante D. Henrique, despertara Castela e outros países europeus para o interesse da conquista e das riquezas que pudessem vir a obter. Tornara-se necessário não só, defender o que era nosso no continente africano, como reforçar as nossas defesas costeiras, principalmente a entrada do porto de Lisboa.

As águas da Barra do Tejo eram intensamente sulcadas por embarcações que carregavam e descarregavam dos seus porões diferentes mercadorias oriundas das mais diversas paragens. Não só Lisboa crescia com o desenvolvimento do seu porto como também todo o território envolvente.

Perante uma Lisboa cada vez mais cosmopolita e mercantil, no dizer de Damião de Góis *a rainha dos oceanos*¹, mais sujeita a ataques e à cobiça de outros países, era urgente dotar o Reino de planos e de construções de defesa marítima.

A evolução da artilharia pirobalística e a necessidade de adaptação das diferentes construções de defesa contra esses novos meios, obrigaram engenheiros e arquitectos a desenvolver novas formas arquitectónicas adaptadas às armas cada vez mais fortes e mortíferas. As muralhas dos castelos e as torres de menagem transformaram-se em estruturas de tiro aptas a receber as bocas-de-fogo.

¹ Damião de Góis, *A Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa, 1988.

Procede-se à modernização do aparelho militar do reino, sobretudo nos campos da logística, do armamento e da fortificação. Introduziram-se peças de grande calibre em caravelas, adaptadas à prática de tiro rasante, de forma a dar-lhes uma enorme superioridade no combate contra as pesadas naus. As caravelas tinham como objectivo a defesa dos ataques dos corsários que cada vez mais assaltavam as nossas frotas.²

Ao longo do século XV a eficácia das armas de fogo face às fortificações existentes reflectiu-se na atenção que lhes foi dispensada não só pelos monarcas portugueses como pelos restantes monarcas europeus.

Durante o seu reinado, D. João II estabeleceu acordos com os Reis Católicos tendo em vista a possibilidade de descobrimentos feitos além-mar. Criaram uma armada para defesa destes territórios, *Mare Clausum*.³

D. João II construiu uma bateria flutuante para defesa da Barra de Lisboa (Galeão São João ou Botafogo), e colocou pontos fixos de defesa, na margem sul e norte do Tejo que em conjunto com a bateria flutuante assegurariam a protecção do porto.

A margem sul do Tejo, guarnecida com o Castelo de Almada⁴, desde o século XII, necessitava agora de uma fortificação mais próxima do rio, mais relevante para a defesa da entrada da Barra do Tejo.

Neste sentido, D. João II terá mandado edificar uma torre num pequeno forte⁵ já existente junto à linha de água, designada por Torre Velha ou da Caparica⁶.

² Descrição efectuada por Garcia de Resende - *Chronica de D. João II e Miscelânea*. Edição fac-similada, Lisboa, 1973, p. 102.

³ Do latim significando "mar fechado" sob jurisdição de um país, sendo vedado a outras nações. Portugal e Espanha defenderam uma política de *Mare Clausum* nos oceanos durante o período dos descobrimentos e expansão colonial. O que viria a ser contestado por outras nações europeias.

⁴ Castelo de Almada - Situado numa zona íngreme no planalto de Almada, frente ao Tejo e a Lisboa, este castelo terá servido de fortificação árabe em princípios do séc. XII. Foi posteriormente destruído durante a invasão sarracena de Iacube Almançor, sendo então edificado um novo castelo durante o reinado de D. Sancho I, após a reconquista de Almada aos mouros entre 1195 e 98. Cf. Artur Vaz, *Monumentos de Almada. Inventário*, Ed. Revista e aumentada. Almada, 1989, p. 27.

Exerceu, através dos tempos, um papel predominante, na defesa da Barra de Lisboa, além do Tejo juntamente com as fortalezas da Península de Setúbal. Cf. José Mattoso, *Almada no tempo de D. Sancho I*, Câmara Municipal de Almada, 1991, p. 15-49.

⁵ Pequeno forte já guarnecido durante o reinado de D. João I, como refere Manuel de Faria "(...) *poz peças, Capitoens e soldados para a guardar*." Cf. *Noticias de Portugal*, Lisboa Ocidental, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, Discurso II & XII, das Fronteiras de Reyno e Alcaides Mores das Fortalezas, p. 61.

⁶ Anexo n.º 1 – Torre Velha ou u Caparica.

Construída, no Porto Brandão, local onde convergiam todas as vias terrestres que davam acesso à margem sul do Tejo, terá tido um papel importante juntamente com a Torre de Cascais na defesa da Barra de Lisboa neste reinado.⁷

Conhecida por Torre Joanina, ou Torre de Sto. António, a Torre de Cascais,⁸ tal como as fortificações existentes na Barra do Tejo,⁹ foi baptizada com o nome de um santo, como de resto era tradição.¹⁰

Esta construção, assim como as outras mandadas construir por D. João II, representava um “ (...) *novo modelo arquitectónico marcado pela transição entre o castelo medieval e a fortaleza abaluartada. A estrutura, embora simplificada, é ainda, a de um castelo: uma torre quadrangular ameada, adossada por um corpo mais baixo de planta rectangular, envolvido este conjunto por uma cerca amuralhada.* ”¹¹

A inovação desta construção verificava-se na aproximação face à linha de água, uma vez que até àquela época poucas eram as construções que se aproximavam tanto do mar.

A Torre de Cascais cumpria várias funções, era um avançado posto de vigia da entrada da Barra do Tejo, pois podia detectar a longas distâncias qualquer embarcação dando o alarme. Servia para o resguardo de algumas trocas comerciais e protegia a praia, o porto e os navios que aí pudessem estar ancorados, perante um possível ataque. Esta construção, de 1488, já possuía nas suas muralhas alguma artilharia. “*El-Rei mandou fazer então a torre de Cascaes com sua cava, com tanta e tão grossa artilharia que defendia o porto.*”¹²

D. João II, nos últimos anos do seu reinado, projectou uma nova defesa para a Barra do Tejo, uma torre no enfiamento da Torre Velha da Caparica a que chamou Torre de São Vicente.

No final deste reinado e durante o reinado de D. Manuel o avanço tecnológico das bocas-de-fogo, nomeadamente as bombardas grossas, provocou uma nova fase de edificação nas estruturas militares existentes. O tiro cada vez mais fiável e potente

⁷ Como salienta Garcia de Resende, *Op. cit.*, “(...) *E assi mandou fazer então a Torre de Cascais(...).E assi outra torre e baluarte de Caparica defronte de Belém (...).*”

⁸ Anexo n.º 2 – Torre de Cascais ou de Sto. António.

⁹ Caparica e projectos para Belém.

¹⁰ A.H.M. *Anais da Vila da Ericeira*, Arquivo particular de Carlos Pereira Callisto, Documentação referente à Torre de Cascais.

¹¹ Joaquim Boiça, Maria de Barros, Margarida Ramalho, *As Fortificações marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa: Quetzal Editores e Câmara Municipal de Cascais, 2001, p. 28.

¹² Garcia de Resende, *Op. cit.*, p. 255-256.

mostrava-se capaz de afectar duramente as estruturas de defesa existentes, ou mesmo de provocar a sua derrocada parcial. Esta evolução acabaria por impor a necessidade de reformas mais profundas nas fortificações, obrigando a repensar toda a sua estrutura arquitectónica, em função de uma nova lógica ditada pelo armamento pirobalístico. Inicia-se assim uma segunda fase, onde os mestres construtores deixaram de adaptar as estruturas existentes, para erguerem novas obras de raiz, sendo exemplo desta fase de transição a Torre de Belém.

I.2 - Reinado de D. Manuel

Após a passagem do Cabo das Tormentas por Bartolomeu Dias, D. Manuel retoma os projectos do seu antecessor, continua a campanha dos descobrimentos, e o desenvolvimento dos monopólios comerciais.

Opta por uma política de expansão direccionada para o Oriente, proporcionando todas as condições para a descoberta do caminho marítimo para a Índia, com Vasco da Gama, em 1498. Este acontecimento e a descoberta do Brasil, em 1500, foram marcos decisivos para a ascensão de Lisboa e do seu porto a um lugar de relevo no conjunto dos portos mundiais. Lisboa obtém o monopólio das especiarias e torna-se o primeiro centro europeu de comércio da pimenta, destronando os antigos e poderosos centros como Alexandria, Veneza ou Génova.

Toda a actividade nacional concentrava-se nesta zona marítima, onde a burguesia assumia cada vez mais a direcção económica e política do reino, fazendo de Lisboa um importante entreposto do tráfico do Atlântico vindo da Costa de África para os mercados do norte da Europa. No porto de Lisboa efectuavam-se muitas transacções comerciais e movimentavam-se muitas riquezas, utilizando-as D. Manuel para a construção de edificios num estilo a que se chamaria posteriormente “Manuelino”, sendo exemplo disso mesmo o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém.

Esta última serviria para complementar a defesa da Barra de Lisboa pois apenas existia a Torre de Sto. António, em Cascais, e a Torre Velha, na Caparica. Era necessário uma nova construção defensiva na margem norte do rio.

A Torre de Belém¹³ localizada junto à antiga Praia do Restelo de onde partiram as naus para a Índia, sobre um afloramento rochoso nas águas do rio, destinava-se a concluir o plano de defesa da Barra de Lisboa projectado por D. João II, substituindo assim as possíveis naus, bem como os baluartes artilhados nesta margem do rio Tejo, como refere o cronista Garcia de Resende:

*“Porque el Rey sempre cuydava nas cousas que compriam a bem dos seus Reynos, e a defençam, e guarda delles, e via que pêra guardar o estreito de nauios de mouro, e a costa de corsários (...) E assi mandou fazaer entam a torre de Cascaes com a sua caua (...) E assi outra torre, e baluarte de Caparica defronte de Belem, em que estaua muyta e grande artilharia e tinha ordenado de fazaer hua forte fortaleza, onde ora está a fermosa torre de Belem, que el Rey dom Manoel, que santa gloria aja, mandou fazer, pêra que a fortaleza de hua parte, e a torre da outra tolhessem a entrada do rio. A qual fortaleza eu per seu mandado debuxey, e com elle ordeney a sua vontade, e lle tinha dado a capitania della a Aluaro da Cunha seu estribeiro mor, e pessoa de que muyto confiaua, e porque el Rey logo faleceo, não ouve tempo pêra se fazer: e a sua nao grande, que foy a mayor, mais forte, e mais armada que se nunca vio, mais a fez pêra guarda do rio, que pêra nauegar. Que posta sobre ancora no meyo do rio, ella só o defendera, quanto mais a fortaleza e torre, porque era a mayor, e mais forte, e armada não que se nunca vio.”*¹⁴

A escolha deste local não terá sido ao acaso, pois a Praia do Restelo era o melhor e mais antigo, seguro e abrigado ancoradouro, o primeiro que encontravam os navios que entravam na barra, tendo em conta o estado hidrográfico do Tejo durante o século XV e início do séc. XVI, como nos refere João de Barros:

“Postos os navios em Rastello, lugar de ancoragem antiga, um dia antes da sua partida foi (o Gama) ter vigília com os outros capitães á casa de Nossa Senhora

¹³ Anexo n.º 3- Torre de Belém.

¹⁴ Cf. Garcia de Resende, *Op. cit.*, p. 255-256.

da invocação de Bethlem, situada n'este lugar de Rastello, a qual n'aquelle tempo era uma ermida que o infante D. Henrique mandou fundear, onde estão ainda alguns freires do convento de thomar para administrarem os sacramentos aos mareantes. Ao seguinte dia, que era sabbado 8 de Julho (1497) por ser dedicado a Nossa Senhora, e a casa de muita romagem; assim por se irem despedir dos que iam na armada, concorreu grande numero de gente a ella.”¹⁵

Quando o architecto Francisco de Arruda¹⁶ inicia a construção desta torre, por volta de 1514, fã-la a partir de um abaluarto já existente e devidamente artilhado, mandado construir por D. João II. Contudo coube ao Rei Venturoso a sua execução, na mesma época que mandara construir os Jerónimos.

Esta torre:

“(...)foi ao princípio construída dentro de água (...) Era destinada para guarda do porto de Lisboa e ainda que não seja grande a sua fábrica, he contudo notável a construção, por ser hum magnifico modello de architectura militar mourisca. Havia alli continúa de vela de dia e noite, de modo que embarcação alguma poderia entrar sem ser vista e obedecer ás salvas que a artilharia da torre lhe faziam (...).”¹⁷

Imagina-se o que seria a entrada da barra, completamente livre desde este ponto da Barra do Tejo até Cascais. Era uma costa desabrigada onde existiam “(...)bancos, cachopos e onde o mar entrava de vagalhão.”¹⁸

A Torre de Belém tinha como principal objectivo defender a Barra de Lisboa, pois diminuiria as hipóteses de ataque de surpresa, obrigando os inimigos a desembarcarem longe, afastados da entrada da Barra do Tejo, minimizando

¹⁵ Cf. José Osório de Oliveira, “O Porto de Lisboa”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, vol. I, Série 2.^a, Anno de 1842, p. 100l.

¹⁶ Francisco de Arruda – Architecto das mais estimulantes experiências da architectura militar portuguesa na fase de transição da passagem do castelo medieval para a construção de estruturas architectónicas em função de uma nova lógica ditada pelos avanços do armamento pirobalístico.

¹⁷ Cf. *Archivo Popular*, 1839, Vol. 3, p. 9.

¹⁸ Cf. A.A. Baldaque da Silva, *Estudo Historico Hydrographico sobre a Barra e o Porto de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, p. 109.

gradualmente o efeito dos seus ataques e sujeitando-os a medidas mais eficazes de defesa ou de retaliação se eles arriscassem longas caminhadas por terra. Por tudo isto o rei terá ponderado a sua construção, evidenciando assim, a necessidade imperiosa de colocar a barra a coberto de ataques surpresa dos piratas, mouros ou mesmo de esquadras de potências com quem Portugal estivesse ou pudesse vir a estar em guerra.

Esta construção teve uma concepção verdadeiramente inovadora, pois constituiu um ponto de viragem nas estruturas defensivas, ponto de viragem entre construções medievais e modernas.

A arquitectura militar desenvolveu-se a partir do século XV na metrópole e colónias. Na metrópole, até esta altura, as adaptações às novas circunstâncias faziam-se de modo empírico e experimental.

O reinado de D. Manuel foi um reinado auspicioso, colocando Portugal como um dos países mais ricos e poderosos da Europa. Ao nosso país afluíram os mais diversos cientistas e estabeleceram-se tratados comerciais e relações diplomáticas com vários países, entre eles, França, Itália e Inglaterra. Foi durante o seu reinado que os navegadores e cartógrafos iniciaram as suas actividades de investigação e aplicação de conhecimentos, sob a orientação de ensino do matemático Pedro Nunes¹⁹.

Existiu por parte do rei um enorme interesse no desenvolvimento e construção de uma defesa marítima. Por toda a costa, em portos e ancoradouros verificou-se a construção de naus e caravelas, cada vez mais rápidas e intensamente artilhadas, capazes de travar o inimigo no mar.

D. Manuel não só se preocupou com a defesa da Capital, como também mandou beneficiar a Torre do Outão, torre de vigilância erguida na margem norte do rio Sado por D. João I. Fortificou, ainda diversas praças no Norte de África (Azamor, Safim e Mazagão).

Durante o século XVI, todo o sistema defensivo elaborado nos reinados de D. João II e D. Manuel revelaram-se incapazes de fazer frente às sucessivas acções de pirataria realizadas ao longo da costa e na Barra do Tejo.

Os rápidos progressos da pirobalística, as frequentes acções de pirataria costeira, principalmente turca e francesa, começaram a não ter opositores de defesa, uma vez que

¹⁹ Pedro Nunes - Matemático, primeiro cosmógrafo (1529), e depois Cosmógrafo-mor do Reino (1547).

quer as acções das torres fortificadas, quer as armadas de guerra mostravam-se incapazes de lhes fazer frente.

I.3 - Reinado de D. João III

Quando D. João III sobe ao poder, o país encontrava-se mergulhado numa crise económica. Deixámos de produzir para passarmos a ser apenas os intermediários de grandes transacções económicas das riquezas oriundas do Oriente. O seu antecessor esgotara o tesouro da Coroa no custeio das armas, exércitos e na administração das colónias, principalmente na Índia, até então ponto económico importante.

D. João III, ao contrário de D. Manuel, direccionou o destino do país para as terras virgens do Brasil, onde os portugueses tiveram uma missão civilizadora e evangelizadora. Fiel à sua nova política colonial, viu-se obrigado a abandonar algumas das praças portuguesas em Marrocos (Azamor e Safim), que pesavam excessivamente nas despesas da Coroa sem compensação de qualquer natureza.

Ao mesmo tempo que abandonava estes territórios, considerava necessário intensificar a vigilância das costas do reino, uma vez que os piratas ingleses, franceses e argelinos voltavam a cruzar o Atlântico à procura das naus portuguesas de retorno da Índia.²⁰

Formou as esquadras “guarda-costas do reino”²¹ que desempenharam um papel importante na caça aos corsários, policiando os mares e o estreito de Gibraltar. Reorganizou militarmente o reino, reatando a tradição do serviço militar obrigatório para as classes sociais,²² a quem competia servir o rei em caso de guerra. Criou o cargo de Mestre das Obras e Fortificações do Reino, Lugares D’além Mar e Índias, atribuído

²⁰ Cf. AM-AH, Chancelaria Régia, *Livro III de D. João III*, Documento 6, f. 17 a 18v.

²¹ Castela colabora com Portugal na defesa da costa da Península Ibérica, em 1552. Neste sentido, Portugal terá constituído uma frota de vinte navios latinos de 25 toneladas para a defesa da costa e constituiriam a primeira defesa avançada das costas nacionais. Permanecendo sempre em estado de alerta, alguns desses navios encontravam-se ancorados na Baía de Cascais, prontos para um eventual sinal de perigo.

²² D. João III criou a Escola de Artilheiros no Forte de S. Filipe em Setúbal, sendo constituído o primeiro corpo de artilheiros organizado para o serviço das fortalezas.

em 1549 ao arquitecto Miguel Arruda, o qual terá elaborado o primeiro plano de defesa na Barra do Tejo.

Foi durante o seu reinado que se constatou que a linha de defesa marítima de Lisboa seria mais eficaz se porventura a sua defesa se expandisse até à entrada da barra, nomeadamente onde os canais de navegação se tornavam mais estreitos, no ponto rochoso de S. Gião.

A fortificação (Fortaleza de S. Julião da Barra)²³ deste lugar terá sido já delineada no reinado de seu pai, contudo ter-se-á apenas iniciado, em 1553, durante o seu reinado. Porém, a data de construção desta fortaleza não é de todo unânime, pois apenas sabemos que os trabalhos para a sua construção ainda decorriam em 1562, sob o reinado de D. Sebastião, sendo o seu mestre o arquitecto Miguel de Arruda.²⁴

Esta construção terá tido primitivamente um núcleo inicial de reduzidas dimensões, no entanto, ao longo dos anos foi-se modificando e adaptando às exigências do desenvolvimento da artilharia. A sua localização e disposição construtiva permitiam um longo alcance na defesa da entrada da Barra de Lisboa, considerada a maior e melhor equipada de todas as defesas marítimas nessa época.

I.4 - Reinado de D. Sebastião

No reinado de D. Sebastião renasce a política da conquista de África, instigada pelo aumento do poder do islamismo. Este poder voltava a inquietar não só as praças portuguesas neste território, como também a cristandade pelo crescente poderio militar do império turco no mediterrâneo.

Paralelamente, na Europa reacenderam-se as cobiças de outros povos marítimos contra a fortuna de Portugal. Corsários franceses preparavam-se para atacar os portugueses no Atlântico, bem como em Inglaterra, negociantes arranjavam forma para fazer contrabando nas Costas da Mina e da Guiné. Tornou-se necessário proteger a

²³ Anexo n.º 4 – Fortaleza de S. Julião da Barra

²⁴ Alvará do D. Sebastião, dado em Lisboa a 12 de Março do 1562, Carta de Venda de uma Terra junto às Obras da Fortaleza de São Julião da Barra, de 23 de Março de 1562. ANTT, gaveta X, maço 11, doc. 12 folhas, 1v a 2v.

nossa marinha mercante com a inserção de armamento na mesma, bem como no nosso principal porto.

Reorganizou-se a defesa militar do reino, fortificou-se os principais lugares da costa para precaver o litoral de possíveis represálias dos ingleses, após a rotura das relações entre os dois países. Reestruturou-se a potência militar do reino, definindo-se as obrigações militares da população, conforme as categorias sociais, a propriedade territorial, as profissões e as províncias. Neste sentido, as comarcas do litoral estiveram igualmente obrigadas ao serviço de vigilância dos seus portos para assim poderem prevenir as surpresas de corsários.

Na Barra do Tejo, reedificou-se, em 1570, a Torre Velha que passaria então a designar-se de Fortaleza de S. Sebastião da Caparica. Iniciou-se a construção do Bugio²⁵, obra pensada por D. João III, que:

*(...) foi edificado por elrei d. Sebastião sob o nome de torre de S. Lourenço, vulgarmente do Bugio. Lançaram-se-lhe os fundamentos em 1578, já quando o rei estava em África, continuaram as obras no tempo do Cardeal-rei e de Philippe II; mas quem lhe fez grandes melhoramentos foi D. João IV, que a reedificou.*²⁶

Primeiramente, teria sido uma construção ainda muito rudimentar, sobre estacas, passando posteriormente para uma construção em alvenaria, tendo-se concluído apenas no tempo de D. João IV.

A construção da Torre do Bugio teve um papel importante na defesa da barra e demonstrou que já no século XVI existia um conhecimento da hidrografia da Barra do Tejo: a posição dos bancos de areia, dos cachopos, das carreiras de transporte, etc.

Ainda durante o reinado de D. Sebastião e para defesa do porto de Setúbal e da entrada do rio Sado, a Torre do Outão sofreu extensas obras de modernização e ampliação, tendo sido erguida uma cerca abaluartada em redor da primitiva torre, obra a cargo do Mestre das Obras das Fortificações, Afonso Álvares.

²⁵ Anexo n.º 5 – Torre do Bugio.

²⁶ Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873, p. 503.

Durante a segunda metade deste século, bem como início do século XVII, assistiu-se a uma presença marcante no reino de arquitectos italianos²⁷, aos quais se atribuiu muitos dos projectos e obras de arquitectura militar. Esta presença resultou de uma tomada de consciência por parte dos governantes do reino, que consideraram imprescindível construir novas defesas, mais modernas e mais eficazes, semelhantes às que já se construíam pela Europa, particularmente em Itália. Assistiu-se a um conhecimento cada vez mais profundo da teoria arquitectónica de acordo com os parâmetros que se prendem com as técnicas de navegação e de construção militar

Em 1571, a Capital apresentava ainda graves carências defensivas, como regista, Francisco de Holanda. Lisboa não dispunha de “(...) *fortaleza nem castelo de que se defenda de seus inimigos*.”²⁸. Era necessário construir e reforçar as fortificações existentes, tornando-as mais modernas, uma vez que há muito as muralhas fernandinas bem como os fortins existentes se tornaram obsoletos na defesa da Capital. Tornou-se urgente esta modernização na defesa, e urgente concluir as obras da Fortaleza de S. Julião da Barra. Esta última teve um papel importantíssimo na defesa da barra, uma vez que se destinou a projectar fogo combinado com a Torre do Bugio.

Todavia, Lisboa e o reino sofreu em 1580, um marcante ataque das tropas de Filipe II de Espanha, que demonstrou que não só a Capital do reino não apresentava uma linha defensiva forte, como também a existente era obsoleta e de fácil rendição.

Caberá a Filipe II e Filipe III de Espanha a responsabilidade de traçar novos planos de fortificação e de defesa da Capital.

I.5 – Período Filipino

Portugal achava-se no fim do século XVI numa situação de crise dinástica em tudo semelhante à ocorrida em 1385. Era um país desorganizado, completamente arruinado e esgotado, onde facilmente Filipe II de Espanha conseguiu exercer a sua

²⁷ Filipe Terzi, Leonardo Turriano, Capitão Fratino, etc.

²⁸ Francisco de Holanda, *Da Fabrica que Falece a Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1984, p. 18.

força e o seu poder face às primeiras resistências do reconhecimento dos seus direitos à coroa de Portugal.

Após a morte do Cardial D. Henrique, o monarca espanhol recorreu às armas para confirmar esse direito, determinando a invasão do reino, quer a norte, quer a sul de Lisboa pelo exército do Duque de Alba.

Se por um lado o desembarque das tropas em Cascais, em 1580, e a sua rápida e vitoriosa marcha sobre Lisboa, evidenciou a frágil defesa e a inoperacionalidade do sistema defensivo montado em torno da Capital do Reino, por outro, justificou sobretudo nos reinados seguintes, o aumento de construções defensivas ao longo desta costa.

Consciente destas deficiências defensivas, Filipe I de Portugal mandou não só construir novas fortificações como também modernizar as existentes, através dos conhecimentos e experiências que engenheiros e arquitectos portugueses e italianos adquiriram nos vários pontos da Europa.²⁹

O programa de defesa filipino baseou-se essencialmente na defesa da Barra do Tejo, assim como na defesa da Vila de Cascais, prioridades definidas tendo em conta os acontecimentos ocorridos em 1580.

Neste contexto, considerando as modernizações que já decorriam na Torre de Cascais,³⁰ mandou abaluartar esta antiga torre,³¹ passando desde aí a ser conhecida por Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. A Torre Joanina terá sofrido várias alterações antes da invasão espanhola, apresentando já as características de uma fortaleza. Contudo, como refere Nuno *Orejon*, Governador da Fortaleza de Cascais, em 1596, a Filipe I, era necessário ampliá-la e modernizá-la, face à importância que esta fortaleza teria relativamente à defesa da Capital.³²

Esta necessidade de engrandecimento da fortaleza é bem notória nas diversas plantas que hoje encontramos, dos vários arquitectos italianos, que

²⁹ Os principais responsáveis dos projectos lançados neste Ciclo Filipino foram: *Felipe Terzi*, Capitão *Fratino*, *Tibúrcio Espanochi*, *Vicêncio Casale*, *Leonardo Turriano*, etc.

³⁰ Informação referida pela Margarida Magalhães Ramalho na conferência *Duas Plantas Inéditas do Plano de Defesa da Costa de Cascais*, realizada no Forte de S. Jorge de Oitavos, no dia 6 de Novembro de 2009.

³¹ Adaptar a torre ao uso de armas de fogo, tanto ofensivas como defensivas. Tem como elemento principal o baluarte. Construída com muros mais baixos e espessos, a fortaleza apresenta um perfil em estrela. Geralmente é construída em alvenaria, com ângulos rematados a cantaria.

³² Joaquim Boiça, Maria de Barros, Margarida Ramalho, *Op. cit.*, p. 40.

durante o final do século XVI, se dedicaram ao estudo da defesa da Capital.³³ Podemos ainda concluir, através da análise destas plantas, que a construção preconizada nas plantas datadas de 1594 era muito semelhante à que viria a ser concretizada após a Restauração.

Paralelamente, a Torre de S. Sebastião, na margem sul, também sofreu modernizações durante o período filipino. Período em que foi ocupada e colocado no seu pórtico o Brasão com as armas de Castela, passando-se então a chamar Torre dos Castelhanos.

Na margem norte, por sua vez a Torre de Belém não só fora transformada em presídio³⁴ como também sofrera obras de ampliação. A construção de armazéns e casa de soldados, designada por quartéis filipinos³⁵ apresentava-se com uma estrutura simples, de forma paralelepípeda, junta à face sul da torre.

Durante esta primeira fase do período filipino ocorreram em simultâneo ao longo da Barra do Tejo inúmeras obras de fortificação. Em finais de 1589, Filipe I manifestou intenção de construir um forte entre Cascais e S. Julião da Barra, de forma a impedir o desembarque de tropas inimigas naquela linha de costa.

A localização, bem como a elaboração do projecto foram levadas a cabo por Frei *Vicêncio Casale*, o qual teve a seu cargo a realização de outras obras de fortificação ao longo da barra. O local escolhido obrigaria os navios inimigos a ficarem longe da costa, dificultando-lhes as manobras e a entrada da barra, bem como impediria o desembarque ao longo da mesma.³⁶

O projecto de arquitectura militar de *Casale* para o Forte de Sto. António da Barra, apresentava um forte com planta estrelada³⁷ (característica do Renascimento), constituído por quatro baluartes angulares, sendo os do lado de terra os mais avantajados. Na parte interior dos baluartes virados ao mar edificar-se-ia uma construção amuralhada que ampliava a própria estrutura do forte, dois corpos paralelos, cada um com dois pisos. A bateria alta, envolvendo três faces dos quartéis, tinha as canhoes orientadas a oeste, norte e poente.

³³ *Idem, Ibidem.*

³⁴ Foram colocadas grossas grades no chão da bateria, no sítio das entradas dos quatro paióis, assim como portas de grade, uma a meio e outra à entrada do paiol central.

³⁵ Projecto que já se encontrava nos planos de *Casale* enviados a Filipe em 1589.

³⁶ Alexandre Massay, *Descrição do Reino de Portugal*, 1621, Museu da Cidade de Lisboa, fls. 88.

³⁷ Anexo n.º 6 – Forte de Sto. António Barra.

Em 1591, o forte encontrava-se capaz de receber peças de artilharia e homens, faltando apenas pequenas obras exteriores para a sua total conclusão.³⁸

Paralelamente a esta obra, *Casale* propôs em 1590 a Filipe I a construção de uma Fortificação na Cabeça Seca (Bugio), fortificação essa que teria uma forma redonda e que demoraria dois anos até estar apta a ser artilhada. Contudo, esta proposta terá sido contestada pelo monarca que propusera um projecto em forma de estrela. O que logo foi contestado pelo engenheiro militar, uma vez que uma construção arredondada permitiria uma maior resistência à força do mar e facilitaria as manobras da artilharia tendo em conta o seu alvo.³⁹

Em 1593 iniciou-se a construção desta fortaleza, no entanto, devido ao falecimento de *Casale* neste mesmo ano, o ritmo de trabalho abrandou, tendo sido rapidamente ocupada no período da Restauração.

O período filipino marcou a construção defensiva ao longo da Barra do Tejo e do Sado, pois em ambos os casos decorreram em simultâneo obras quer de modificação, quer obras de raiz. A falta de verbas, a disparidade de orçamentos, e os constantes ataques de que eram alvo as nossas costas e os nossos navios, tornaram difíceis os tempos da fortificação da barra neste período. Em finais do século XVI, Filipe I terá ordenado a continuação das obras, sendo estas custeadas pelas rendas das tércias.⁴⁰ Contudo, tendo-se consultado uma carta enviada a Filipe II, em 1623, verificamos que as rendas das tércias nem sempre tiveram o fim pretendido. Ainda no mesmo documento, salienta-se o mau estado de grande parte das fortalezas portuguesas, tendo sido encomendado um estudo sobre as necessidades das mesmas a *Gerónimo de Soto* e a *Leonardo Turriano*.

Assim, em 1625, decidiu o Senado da Câmara proceder a uma vistoria das muralhas da cidade. No relatório encontramos também uma proposta de reparações e inovações que seriam necessário executar. As novas concepções sobre o modo de fortificar a cidade encontravam-se expressas, neste documento, através do plano de construção de plataformas e abertura de trincheiras.⁴¹

³⁸ Joaquim Boiça, Maria de Barros, Margarida Ramalho, *Op. cit*, p. 126

³⁹ Alexandre Massay, *Op. Cit.*, fls. 88.

⁴⁰ Joaquim Boiça, Maria de Barros, Margarida Ramalho, *Op. Cit*, p. 43.

⁴¹ AML-AH, Elementos III, p. 162-172. Assento de Vereação de 1 de Março de 1625. Liv.º II Místico de contratos, fl 287 e seguintes; capítulo da Carta régia de 12 de Março de 1625. Liv.º de D. Filipe III fl. 65 – responsabilidade da obra de *Leonardo Turriano*; prioridade da reparação dos muros da cidade.

Em 1636, devido ao perigo de invasão (Inglaterra) foram reparados os muros da cidade, e reforçadas as obras de defesa da mesma. Refizeram-se as trincheiras de acordo com o modo que haviam sido abertas em 1625.⁴²

Em suma, o período de domínio espanhol foi decisivo para a fortificação do porto e da cidade de Lisboa, uma vez que colocou em prática, pela primeira vez desde há muito, projectos concretos de protecção militar da cidade. Estes projectos resultam do conflito e ameaça constante de Inglaterra, sendo esse conflito o móbil para o desenvolvimento e execução de todas essas obras.

O reino, em 1640, deparava-se com uma situação grave. No Oriente, perderam-se várias colónias⁴³, onde agora ingleses e holandeses exerciam a sua influência. Goa era um posto de bloqueio marítimo e o Brasil apresentava-se sob domínio holandês. O império esboroava-se por todos os lados, e a crise da monarquia espanhola chegava ao seu auge.

A independência política, resultante do Pacto de Tomar concebido por Filipe I, aos poucos foi abolida. A Corte de Lisboa apresentava-se cheia de castelhanos, estando atribuídos a estes também os altos cargos militares e civis, estava iminente uma revolta.

Fidalgos, o clero e jesuítas começaram a conspirar, contando com o apoio de França de *Richelieu* e com o Duque de Bragança, D. João, para futuro rei.

Rapidamente todo o reino se pronunciava face à situação em que se encontrava o país, e corroborava a coroação do Duque de Bragança e a independência de Portugal.

I.6.- Reinado de D. João IV

A situação interna do reino à data da aclamação de D. João IV era insustentável, a Corte de Madrid deixara o país reduzido a uma crise de toda a ordem, política, financeira, económica e militar, que era necessário vencer para poder consolidar o novo estado. Ao rei e ao Reino apenas restava o Brasil.

⁴² AML-AH, Elementos, IV, p. 184 – 186 e 193, Decreto da Duquesa de Mântua de 16 de Abril de 1636, Liv.º II de Cons. E decr. de D. Filipe III, fl. 24.

⁴³ Ormuz, Mombaça, Ternate, Tidore, Amboino, Java, Sumatra, etc.

Apesar de a Europa se apresentar numa grande agitação política,⁴⁴ resultante da Guerra dos 30 anos,⁴⁵ D. João IV não recorreu apenas à força das armas para resistir a Espanha, mas iniciou uma série de acções diplomáticas com diversas potências inimigas a esse país. Embora estas acções diplomáticas junto dos países pudessem auxiliar ou pelo menos facilitar os movimentos do rei contra Filipe IV de Espanha, (que nessa época se encontrava a braços com outras guerras quer dentro, quer fora do seu próprio território, e como tal não dispunha de possibilidades imediatas de movimentar grandes forças nem de dispor de grandes chefes militares para invadirem o nosso país), a iminência de uma nova reconquista proporcionada por ataques por via marítima das forças espanholas, condicionou o desenvolvimento de um novo plano de defesa da Capital e do Reino.

Em consequência disso reforçaram-se as defesas terrestres e marítimas da Capital. Achou-se assim, indispensável reforçar a fortificação na margem direita do Tejo, reedificando-se e ampliando-se as Torres de S. Julião e de S. Lourenço e construindo-se uma série de fortes desde a entrada da barra até Alcântara. Alfredo Nascimento transcreve um relatório datado de 1649, do responsável da Direcção das Obras D. António Luís de Meneses que mostra o estado da defesa da Barra e as medidas em curso para melhorar:

“(...) três surgidouros há de S. Gião até Belém, um em Paço d’Arcos, outro em Santa Catarina e outro em S. José. No de Paço d’Arcos deixou feito D. José de Menezes, que deus tem, uma bateria que tem oito peças de artilharia, e eu fiz outra num posto mais para cá a que chamam o Guincho em que pus quatro. No de Santa Catarina fiz duas baterias, uma na ponta das lavadeiras, que tem seis peças de artilharia, e outra na Boa Viagem que tem quatro. E entre estas duas baterias fica um posto chamado Caxias, onde se está fazendo uma trincheira com camisa de pedra e cal, que se lhe porá tanto que acabar. No surgidouro de S. José, que vem a ser de Belém, a que chamam o mar novo há-de haver duas

⁴⁴ Resultado das grandes potências europeias se encontrarem numa grande confusão de alianças ofensivas e defensivas entre si.

⁴⁵ Guerra dos 30 anos (1618-1648) – Denominação para uma série de guerras ocorridas durante este período entre diversos países (França, Holanda, Suécia contra a casa de Áustria e Espanha). Lutas provocadas por diversos factores: religiosos, dinásticos, territoriais e comerciais. Vários foram os embaixadores portugueses que se deslocaram aos diversos países europeus com o intuito de obterem o reconhecimento desta nova dinastia, bem como negociarem alianças militares contra Filipe IV.

*batarias, uma na Cruz Quebrada que se acabará brevemente e outra cuja obra se arrematou há mui poucos dias em mui acomodados preços e se há-de começar a 15 deste mês. A que fica junto do mosteiro de S. José esta há-de ter oito peças de artilharia que estão prontas para se lhe porem, como estiver feita e quatro estão também prontas para se lhe porem na Cruz Quebrada. Esta bateria de S. José se dá a mão com a Torre de Belém e assim este surgidouro com os de Paço d' Arcos e Santa Catarina ficam bastante defendidos por que não só têm batarias de artilharia mas vão-se-lhe fazendo trincheiras para mosqueteria. Da maneira que diz: de S. José até ao Cabeço dos Sete Ovos, que são cinco para seis léguas de marinha se acha tudo fortificado e com artilharia (...)*⁴⁶

A Restauração continuou este processo de fortificação filipino em que os engenheiros militares adquiriram um protagonismo irrefutável. O reino herdara “*Um corpo homogéneo e dinâmico de engenheiros militares baseados numa sólida estrutura institucional que se mantivera de pé (...)*”⁴⁷ o que tornou possível levantar toda a obra de fortificação de Lisboa empreendida ao logo do século XVII, apesar das dificuldades financeiras do reino.

D. João IV tomou como tarefa prioritária a defesa do Reino, dentro da qual Lisboa e o seu porto haveriam de desempenhar um importante papel. Providenciou que se reparassem castelos, fortalezas, muralhas e se fortificassem várias cidades.⁴⁸ Fundou toda uma série de fábricas ligadas à artilharia,⁴⁹ bem como criou a Engenharia Militar Portuguesa.

O Padre João *Cosmader* (jesuíta) e o Padre Simão *Falónio* (de origem italiana) analisaram, a pedido do Rei, o estado das defesas militares de Lisboa e de Setúbal, onde constataram que as mesmas se apresentavam em fraco estado de conservação. Era, novamente, necessário contratar engenheiros estrangeiros para o desempenho da enorme

⁴⁶ Alfredo Ferreira Nascimento. “O Príncipe Real D. Carlos e a defesa do porto de Lisboa”, *Olisipo: Revista Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa*, n.º 74, Lisboa, 1956, p. 63 e 64.

⁴⁷ Rafael Moreira – “Arquitectura Militar”, in *História da Arte em Portugal*, Vol. 7, Lisboa: Publicações Alfa SA, 1986, p. 13 – 151

⁴⁸ Elvas, Olivença, Campo Maior, Serpa, Moura, Valença, Monção, Caminha, etc.

⁴⁹ Fábrica de ferro no Prado (Tomar), fábricas de pólvora em várias comarcas e restabeleceu uma fábrica de ferro para a fundição de balas de artilharia, em Figueiró.

tarefa de envolver o Reino com a protecção edificada e humana, capaz de o preservar independente.

O plano de defesa da Capital e da entrada da Barra do Tejo, empreendido ao longo deste período, teve por objectivo a fortificação dos locais que, até ao Cabo da Roca oferecessem condições de desembarque. Assim, a construção desta extensa linha defensiva representava a nova concepção táctica e construtiva da fortificação, que tirava partido das condições geográficas da própria costa, uma nova estratégia de defesa escalonada.⁵⁰

Neste sentido, o rei terá mandado construir, em 1641, um forte no extremo leste da enseada da Praia de Sto. Amaro de Oeiras, local de passagem obrigatória para quem quisesse entrar na barra. Este forte denominado por Forte de São João das Maias⁵¹ teve um papel muito importante na defesa da margem norte do Tejo, juntamente com a Fortaleza de S. Julião da Barra e o Forte de S. Pedro de Paço de Arcos⁵². Todos estes fortes localizados nesta ponta rochosa, avançada nas águas do rio Tejo, possuíam um grande poder de fogo.

Ainda neste mesmo ano, D. João IV terá determinado em “(...)decreto firmado em 15 Março de 1641 que fossem fixadas as guarnições em várias fortificações em Setúbal e em Lisboa.”⁵³

No ano seguinte, em 1642, na linha de costa próxima à Vila de Cascais, foram construídos diversos fortes, bem como linhas de fuzilaria entre os mesmos, com o objectivo de intimidar e dissuadir qualquer embarcação inimiga que tentasse desembarcar nestas praias, entre arribas e ressonâncias rochosas, protegidas dos ventos e das ondulações mais fortes. Este plano defensivo, confiado ao Conde de Cantanhede⁵⁴, Governador da Praça de Cascais, ter-se-á iniciado através da edificação dos diversos locais quase em simultâneo logo após 1642.

Face à simplicidade da estrutura dos fortes, pensar-se-á que estes terão sido concluídos entre 1642 e 1644, e guarnecidos com artilharia em 1646.

⁵⁰ Rafael Moreira, “Do rigor prático à urgência prática: a arquitectura militar” in *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa: Publicações Alfa SA, 1986, p. 78-80.

⁵¹ Anexo n.º 7 – Forte de São João das Maias

⁵² Anexo n.º 8 – Forte de São Pedro de Paço de Arcos.

⁵³ Cf. ANTT, *Conselho de Guerra*, maço 1, doc. junto d. 31. Durante o seu reinado, concluiu-se a Torre de S. Tiago do Outão, em Setúbal.

⁵⁴ D. António Luís de Meneses.

Com o intuito de proteger esta zona de costa ter-se-á construído na pequena Baía do Estoril um forte, o Forte de Sto. António do Estoril⁵⁵ que em conjunto com o Forte da Cruz de Sto. António da Assubida⁵⁶, o Forte de S. João da Cadaveira⁵⁷, Forte de S. Pedro (S. Teodósio ou Poça)⁵⁸ e posteriormente com o Forte de S. Roque⁵⁹ (1646) defenderiam estas enseadas arenosas e permitiriam, devido às suas posições, cruzar fogos com a fortaleza existente na Baía de Cascais, defendendo-a em acção combinada.

A costa a ocidente de Cascais, mais acidentada e rochosa, mais fustigada pelos ventos e pelas ondulações fortes, não foi esquecida pelo rei D. João IV, pois ainda permanecia na memória o fatídico episódio de 1580. Os planos de fortificação para esta linha de costa basearam-se na construção de sete fortes estrategicamente posicionados com características comuns. Contudo, a sua edificação não terá sido efectuada em simultâneo, uma vez que face às condições do reino, foi necessário estabelecer prioridades. Neste sentido, os Fortes de S. Jorge de Oitavos⁶⁰, da Guia⁶¹ e do Guincho⁶² terão sido os primeiros a serem construídos pois defenderiam os principais locais com condições propícias a um possível desembarque.

Ainda no século XVII, mas num período mais tardio, ter-se-ão construído nesta mesma costa os Fortes de Sta. Marta⁶³, S. Brás de Sanxete⁶⁴ e o de Nossa Sra. da Roca⁶⁵.

Na linha de costa entre o Forte de Sto. António do Estoril e a entrada da barra, em Oeiras, não se construiu qualquer defesa nas arribas baixas onde o fundo rochoso constituía só por si uma defesa natural aos possíveis desembarques.

Contudo, o areal da Praia de Carcavelos, único local possível para praticáveis desembarques, apresentava-se já protegido, no seu lado nascente, pela Fortaleza de S. Julião da Barra. No entanto, a outra extremidade do areal expunha as dificuldades da artilharia do referido forte em a proteger. Esta situação ficaria colmatada após a

⁵⁵ Anexo n.º 9 – Forte de Sto. António do Estoril.

⁵⁶ Anexo n.º 10 – Forte de Sto. António da Assubida.

⁵⁷ Anexo n.º 11 – Forte de Sto. João da Cadaveira.

⁵⁸ Anexo n.º 12 – Forte de S. Pedro (S. Teodósio ou Poça).

⁵⁹ Anexo n.º 13- Forte de S. Roque.

⁶⁰ Anexo n.º 14 - Forte de S. Jorge de Oitavos.

⁶¹ Anexo n.º 15- Forte de Nossa Sra. da Guia.

⁶² Anexo n.º 16- Forte do Guincho.

⁶³ Anexo n.º 17- Forte de Sta. Marta.

⁶⁴ Anexo n.º 18 - Forte de S. Brás de Sanxete.

⁶⁵ Anexo n.º 19 - Forte de Nossa Sra. da Roca.

construção, em 1645, de um pequeno forte na Ponta de Rana (Forte de S. Domingos de Rana ou do Junqueiro)⁶⁶, bem como a construção de uma longa trincheira entre estes dois fortes.

A oriente da Fortaleza de S. Julião da Barra estende-se uma linha de costa que não foi esquecida após a Restauração, uma vez que várias foram as construções defensivas que se edificaram ainda na primeira metade do século XVII.

O Forte de Sta. Catarina da Cruz Quebrada⁶⁷ terá sido construído ainda no período das Guerras da Restauração, na margem esquerda da ribeira do Jamor sob as ordens do Conde de Cantanhede, responsável pelo levantamento da linha defensiva desde o Guincho até Belém.

Paralelamente, ao que acontecera com a linha de costa a ocidente de Cascais, também a oriente do Forte de São Julião da Barra foram construídos vários pequenos fortes (Forte de Sto. Amaro, 1647;⁶⁸ Forte de S. Bruno de Caxias, 1647;⁶⁹ Forte de Nossa Sra. de Porto Salvo, 1649;⁷⁰ Forte de S. José de Ribamar,⁷¹ 1649 e o Forte de N. Sra. da Boa Viagem⁷² em 1649).

Em 1650, o rei entregou aos engenheiros *Legarte*, João *Gilot* e João *Cosmander* a responsabilidade de rodear Lisboa com novas defesas militares. Apesar desta empresa ter sido alvo de vários decretos que visaram acelerar a sua execução, não foi possível a sua concretização. Uma vez que a morosidade deste projecto prendeu-se com problemas económicos e com a própria extensão da linha de defesa, que do ponto de vista militar era demasiado extensa para se poder defender eficazmente. Isso notou o Marechal *Schomberg* quando veio ao nosso país para estudar o assunto em 1660, e por essa mesma razão João Gilot apresentou, em 1652, um novo projecto. O projecto inicial previa a construção de um troço de muralha e 32 baluartes, o segundo reduzia para 16 os postos defensivos. Este sistema defensivo procurava defender Lisboa por terra utilizando os baluartes como pontos de suporte.

Depois da morte de D. João IV, a metrópole voltou a estar ameaçada pois a nossa vizinha Espanha mais aliviada da guerra com França, dispunha das melhores

⁶⁶ Anexo n.º 20 - Forte de S. Domingos de Rana (ou do Junqueiro).

⁶⁷ Anexo n.º 21 - Forte de Sta. Catarina da Cruz Quebrada.

⁶⁸ Anexos n.º 22 - Forte de Sto. Amaro.

⁶⁹ Anexos n.º 23 - Forte de S. Bruno de Caxias.

⁷⁰ Anexos n.º 24 - Forte de Nossa Sra. do Porto Salvo.

⁷¹ Anexos n.º 25 - Forte de S. José de Ribamar.

⁷² Anexos n.º 26 - Forte de Nossa Sra. da Boa Viagem.

tropas e generais capazes de esmagar a defesa portuguesa. Várias foram as tentativas efectuadas por parte das tropas espanholas de uma nova reconquista. Algumas vilas alentejanas e minhotas foram mesmo tomadas, contudo nunca chegaram a Lisboa.

Em 1659, Espanha e França assinaram um Tratado de Paz⁷³, condicionando assim o apoio desta última a Portugal. No entanto, apesar da consternação causada pelo tratado, a Corte portuguesa procurou apoio em França, junto do diplomata *Turrene*, e selou negociações para auxílio militar com Inglaterra

A chegada ao reino de Schomberg⁷⁴ e de muitos oficiais franceses determinou uma reorganização do exército. Portugal precisava realmente de reorganizar e reforçar o seu exército, tão dizimado pelas campanhas decorridas nos três anos anteriores. A Portugal chegaram oficiais franceses de artilharia, cavalaria e engenharia, bem como navios ingleses.

Nesta época a preponderância militar francesa fundamentava-se num sistema de previsão, assente na organização e apoiado na fortificação permanente e na estratégia. O exército deixara de ser encarado como um todo, era necessário reparti-lo em várias partes distintas que desempenhariam papéis predominantes e distintos no campo da batalha. Paralelamente, à reorganização do exército, surgiu o aperfeiçoamento arquitectónico das fortificações, sistemas abaluartados (sistemas à *Vauban*) cada vez mais adaptados ao terreno e em posições específicas.

Schomberg, como Conselheiro de Guerra e Chefe de Estado-Maior, em 1661, efectuou uma viagem de inspecção às praças-fortes do Alentejo, onde propôs que se fortificassem algumas vilas (Estremoz, Évora, Serpa, Monsaraz); contrariamente ao que propunha o Conde de Soure que reclamava a defesa terrestre da Barra de Lisboa, pelo receio de ataques de esquadras holandesas que percorriam a nossa costa.

Nos momentos de paz e de expectativa, organizou, disciplinou e instruiu à moderna as tropas portuguesas (inovações de natureza táctica).

Neste período, seguiram-se várias campanhas ofensivas dos espanhóis quer no norte do país, quer no Alentejo.

⁷³ Tratado dos Pirenéus.

⁷⁴ Conde de *Schomberg* – Conde Alemão que possuía grandes qualidades como organizador táctico. Toda a sua ciência militar foi adquirida em França, nas campanhas de *Turrene*. Representava a Escola Militar Francesa. Foi o mentor da instrução e reorganização do exército português.

Em 1700, no mapa de Portugal antigo e moderno indica-se como postos de defesa marítima de Lisboa os seguintes baluartes e fortes:

*“Torre de S. Vicente de Belém, Forte da Estrela, Forte de S. João da Junqueira, Forte do Sacramento, Forte de S. João de Deus, Fortim de S. Paulo, Fortim dos Remolares, baluarte do Terreiro do Paço, Fortim da Ribeira, Forte de Sta. Apolónia, Forte da Cruz de Pedra, Forte de S. Francisco de Xabregas e Castelo de S. Jorge.”*⁷⁵

Durante este período verificamos a construção de uma extensa fortificação, que permitia defender Lisboa pelo lado de terra, utilizando os baluartes como pontos de suporte, bem como por mar.

Nos finais do século XVII, e depois do termo das hostilidades com Espanha a obra esmorecera.

No século XVIII houve um ressurgimento da preocupação de completar e refazer a nova linha de fortificação. Em 1700 surge a:

“Planta da cidade de Lisboa no tocante à sua fortificação e emendas nella propostas e acentadas pe.lo eng.os Francisco Pimentel & M.el Mexia da Silva & M.el Az.do do Fortes & Ant.º Velho de Az.do do M.el do couto & M.el Pinto de de Vª: Lobos na ultima vistoria que por ordem de sua magestade que deus guarde se fez no ano de 1700” – nesta equipa trabalho Manuel Mexia, desde 1702 como apontador”.⁷⁶

Esta necessidade de fortificar emergiu dos acontecimentos da guerra de sucessão de Espanha, onde Portugal tomou partido, por imposição de Inglaterra, do Arquiduque Carlos de Áustria face a Filipe de Anjou (Filipe V).

⁷⁵ Cf. Padre João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.^a ed, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

⁷⁶ Cf. Walter Rossa *Além da baixa. Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, 2.vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1990.

I.7 - Reinado de D. Afonso VI

Não Tendo sido possível encontrar informação documental que nos permitisse obter uma análise sobre as construções arquitectónicas para a defesa de costa durante o reinado de D. Afonso VI, optou-se por desenvolver o presente trabalho analisando o reinado seguinte.

I.8 - Reinado de D. Pedro II

Portugal, no reinado de D. Pedro II, entrou na guerra de sucessão de Espanha, pois facultou aos aliados (Áustria, Inglaterra) as operações necessárias para uma possível invasão ao país vizinho. Uma vez que Portugal não possuía uma marinha de guerra, Inglaterra proporcionou uma esquadra para a defesa das nossas costas, bem como os restantes aliados que nos forneciam pólvora, munições de guerra, oficiais e generais. Seguiram-se 10 anos de lutas onde as tropas portuguesas desempenharam um papel importante.

Quanto à defesa da Barra do Tejo, foram construídas algumas fortificações na margem sul do rio, com o objectivo de impedir a entrada na barra e o desembarque de navios. Exemplo disso mesmo foi Forte da Trafaria⁷⁷, situado no extremo oeste da arriba e do pequeno ribeiro da Raposeira, na Trafaria, erigido em meados de 1683; e o Forte de Santa Luzia que sofreu obras de reedificação tendo sido considerado um dos principais redutos defensivos do estuário do Tejo e da cidade de Lisboa.

I.9 - Reinado de D. João V

Em 1712, a vitória de Filipe V, a ruína económica do país, a odiosa atitude de Inglaterra e a desagregação dos aliados, levaram D. João V a negociar a paz. Assinado o

⁷⁷ Forte da Trafaria – Erigido em meados de 1683.

Tratado de *Utrecht*⁷⁸ entre Portugal e Espanha, em 1715, Portugal teria de devolver todas as praças de fronteira que tinham sido tomadas e em compensação era-lhe restituída, no sul do Brasil, a colónia de Sacramento.

Apesar de D. João V, em 1707, ter reorganizado os exércitos onde a unidade administrativa, em todas as armas, passou a ser o regimento, segundo os moldes de França, no fim da guerra com Espanha, estes foram reduzidos ao estritamente necessário na guarnição de praças e fronteiras perante a situação económica do reino.

Na marinha iniciou-se uma renovação, intensificou-se a construção naval nos estaleiros da Metrópole, do Brasil e da Índia. É neste período que se começa verdadeiramente a diferenciar o navio de guerra do de comércio, e surgem as primeiras grandes companhias de navegação.

Foi durante o seu reinado que a organização militar do reino ganhou uniformidade, regularidade e permanência impostas pela complexidade crescente das funções e serviços dos estados modernos.

I.10 - Reinado de D. José

O reinado de D. José, foi marcado não só pela destruição ocorrida no país pelo terramoto de 1755, como pela tirania do primeiro-ministro, Marquês de Pombal, que procurou através de decretos transformar a estrutura “caduca” da sociedade portuguesa.

Através de um “despotismo” pretendeu construir uma nova sociedade, concebida geometricamente com o fim de produzir riqueza e comercializar. Para tal, esmagou a nobreza existente, expulsou os jesuítas e nivelou as classes sociais existentes.

Militarmente, reorganizou o exército dando-lhe a necessária eficiência, pois para ele faltava a Portugal um sistema defensivo, um exército forte, disciplinado e bem comandado. Facto que terá ocorrido aquando da participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos,⁷⁹ acontecimento inevitável no regime de equilíbrio europeu.

⁷⁸ Tratado de *Utrecht* – Acordos de paz que visavam concluir a guerra de sucessão espanhola (1701 -1714), onde entraram os interesses de várias potências europeias.

⁷⁹ Guerra dos Sete Anos (1756 -53) – Conflitos internacionais ocorridos entre a França e os seus aliados contra Inglaterra, Portugal entre outros. Entre vários factores que desencadearam estes

Desde 1756 que a guerra brotava em toda a Europa, à excepção da Península Ibérica que conseguiu manter-se alheia à rede de alianças e declarações de guerra até 1762.

Os conflitos iniciais ocorridos entre França e Inglaterra (guerra marítima pela posse do Canadá) rapidamente se expandiram à restante Europa que se dividiu em dois grandes grupos de potências em guerra, bloco Inglaterra-Prússia e o bloco França-Áustria-Suécia, bem como na guerra marítima de Inglaterra contra França e Espanha. Esta aliança entre França e Espanha reforçou a política externa de Portugal através do fortalecimento da aliança com Inglaterra, bem como despertou o Marquês de Pombal para a necessidade de reorganizar o exército português segundo os moldes dos melhores exércitos da época, seguindo o modelo da Escola Militar da Prússia. Neste sentido, Marquês de Pombal recorreu a um general dessa mesma escola, Conde Guilherme de *Schaumburg-Lippe*,⁸⁰ para que viesse comandar as tropas portuguesas.

Perante as diversas ameaças de invasão da aliança Franco-espanhola, quer pelo norte do país, quer pelas beiras, onde pretendiam apoderar-se da praça de Almeida (como se veio a verificar), o Conde *Lippe* elaborou todo um plano para fazer face ao exército invasor.

A concentração do exército anglo-português numa posição central, (região de Abrantes, Tomar e Golegã), além de facilitar a junção das unidades e meios logísticos, impediria o acesso do inimigo a Abrantes e por conseguinte a passagem do Tejo. Esta ideia estava tão clara no pensamento do Conde de *Lippe* que, passados catorze anos sobre a campanha, em carta que envia ao Marquês de Pombal a 20 de Abril de 1776, insiste que “*Abrantes é muito importante e sobretudo para a passagem do Tejo num ponto central do reino; é preciso estabelecer ali uma ou muitas pontes bem protegidas.*”⁸¹

Contudo, os planos do Conde *Lippe* foram mais cautelosos e arrojados pois comportavam uma acção ofensiva sobre a linha de comunicações de Alcântara,

conflitos salienta-se a disputa destes países pelo controlo comercial e marítimo das colónias na Índia e América do Norte, bem como os territórios na Ásia, América do Norte e África.

⁸⁰ Conde *Lippe* (1724-1777) - Foi um notável militar e político alemão que esteve ao serviço do Exército Português. Reorganizou profundamente e comandou durante a Guerra Fantástica, ou Guerra dos Sete anos. Deu um enorme contributo às ciências militares, em particular à teoria da organização e administração militares.

⁸¹ E.P. Sales, *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Minerva, p. 189

Badajoz, Mérida e Cáceres, para prejudicar os preparativos de possíveis operações inimigas a realizar mais a sul e obrigar o inimigo a destacar forças para fazer face a essa acção. Se por um lado, o Conde *Lippe* pretendeu travar a intenção de uma invasão pelo Alentejo, facto que não decorreu como o planeado, por outro não descuro a vigilância e a defesa das passagens da linha de invasão da Beira Alta, barrando o acesso a Lisboa

Em 1762, não tendo podido transpor o Tejo para sul, o exército franco-espanhol começou a avançar sobre o exército anglo-português e sobre Abrantes. Contudo, este avanço não teve sucesso, não só porque as condições do terreno dificultavam a progressão do atacante, nomeadamente os movimentos da artilharia, mas também porque o exército anglo-português aproveitou as excelentes condições defensivas daquela região para dificultar a acção do inimigo, que acabou mesmo por se retirar.

Seguiram-se várias tentativas de invasão na região do Alentejo, no entanto, estas não tiveram sucesso devido às medidas que tinham sido tomadas pelo Conde *Lippe* nas diversas praças (Marvão, Alegrete, Arronches, Campo Maior, Elvas, Olivença), reforçando-as com mais guarnições e confiando-as aos comandos de oficiais ingleses e portugueses.

Após esta campanha suspenderam-se as hostilidades, sendo a paz assinada, em *Fontainebleau*, em 1763 e restituídas a Portugal as praças de Almeida e Chaves, bem como a colónia de Sacramento. Seguiu-se um longo período de paz, durante o qual se verificou um afrouxar no interesse pelos assuntos com a segurança.

Assim, o Conde *Lippe* não só reorganizou militarmente o exército português, dividindo-o em diversos regimentos, como também reformou os métodos de instrução, disciplina e o sistema defensivo terrestre e marítimo do país. Relativamente à defesa da Barra do Tejo, foram construídas no reinado de D. José I quatro novas fortificações: o Forte de Nossa Sra. das Mercês (Catalazete)⁸², em Oeiras; e as Batarias da Galé, Alta e Crismina,⁸³ junto ao Guincho, com o objectivo de colmatar as perdas provocadas pelo terramoto nos locais fortificados da Barra do Tejo. Todas estas fortificações tinham como objectivo desenvolver um trabalho conjunto com os fortes já existentes, impedindo os barcos inimigos de desembarcarem na zona do Guincho, bem como junto à entrada da barra. Contudo, esta estratégia defensiva não foi testada, uma vez que o perigo de incursão do inimigo nas nossas costas se dissipou após o tratado de paz de

⁸² Anexo n.º 27 – Forte de Nossa Sra. das Mercês (Catalazete)

⁸³ Anexo n.º 28 - Batarias da Galé, Alta e Crismina.

1763, o que nos leva a crer que tais fortificações não tenham sido artilhadas nessa época.

I.11 - Reinado de D. Maria

Em 1789, a Europa confrontou-se com a Revolução Francesa que antecedida pela Revolução Parlamentar Inglesa⁸⁴ (1688) e pela Revolução Americana⁸⁵ (1776), foi a maior de todas as revoluções liberais, não só pelas grandes alterações que provocou, mas também pelas repercussões que causou na Europa e no Mundo. Resultado de um conjunto inicial de protestos aristocráticos contra as prepotências fiscais e administrativas da monarquia absoluta, rapidamente se alastrou às diferentes classes sociais (povo e burguesia) e se transformou num gigantesco movimento de revolta contra as estruturas políticas e sociais do Antigo Regime.

Em Portugal, D. Maria I teve uma acentuada preocupação na posição de neutralidade no plano da política externa, baseada no equilíbrio de forças entre as potências europeias, ou seja pretendeu manter a aliança com a Inglaterra sem ter com isso de hostilizar a França ou a Espanha. No entanto, esta posição de neutralidade foi afectada por diversas circunstâncias, entre elas, o falecimento de D. Pedro III (1786), a doença da rainha e sobretudo, a Revolução Francesa.

A Europa assistiu, após a Revolução Francesa, a diversas alterações sociais e económicas que condicionaram todos os episódios históricos do século XIX. De facto, com esta revolução surgiram os primeiros exércitos revolucionários. As guerras deixaram de ter um aspecto apenas “nacional” para passarem a ser guerras totais entre

⁸⁴ Revolução Inglesa – Iniciou-se com a Revolução Puritana de 1640 e terminou com a Revolução gloriosa de 1688. Ambas fazem parte de um mesmo processo revolucionário que representava a primeira manifestação de crise do sistema da época moderna, absolutismo. É considerada a primeira revolução burguesa da História da Europa e antecipou em 150 anos a Revolução Francesa.

⁸⁵ Revolução Americana ou Guerra da Independência dos Estados Unidos da América – Provocada pelo aumento excessivo da exploração nestas colónias por parte de Inglaterra, rapidamente, resultaram em diversas acções militares de colonos americanos contra os ingleses. Estes movimentos populares, terminariam com a proclamação de independência de treze colónias, nomeadamente dos Estados Unidos da América.

países. Neste período, a revolução industrial⁸⁶ apoiada nas novas tecnologias da época, sofreu um enorme avanço. Surge a corrida ao armamento por parte das potências europeias, mas Portugal ainda estava distante dos restantes países.

A conquista do porto de Antuérpia, por parte dos franceses, surgiu como uma forte ameaça aos interesses comerciais britânicos e por isso, o Governo de Londres procurou apoio espanhol, com o objectivo de obrigar os franceses a abrirem uma segunda frente em toda a linha dos Pirenéus. Neste quadro de alianças, Portugal também desenvolveu actos de hostilidade contra Paris participando na coligação anglo-espanhola, embora sem qualquer declaração de estado de guerra.

Embora, os acontecimentos bélicos decorridos dessa aliança (Guerra do Rossilhão)⁸⁷, onde Portugal apenas optou por apoiar Espanha no seu esforço de guerra, não colocassem em risco as nossas fronteiras, D. Maria I demonstrou preocupação no que diz respeito à reorganização do exército e da marinha, efectuando trabalhos em algumas fortificações existentes e edificando o Forte do Bom Sucesso.

Com o fim desta guerra, iniciou-se um longo período sombrio para a política externa portuguesa. Se por um lado os ingleses queriam a nossa ajuda na guerra naval e os privilégios de comércio e da navegação, por outro, os franceses aliados aos espanhóis, pressionavam os governantes portugueses para suspenderem as regalias concedidas a Inglaterra. No entanto, Portugal tentou sempre através da sua influência junto da Corte de Madrid suavizar a relação entre Lisboa e Paris.

Quando Napoleão Bonaparte⁸⁸ assumiu as funções de Primeiro Cônsul (1799) encontrou já formada a segunda coligação contra a França que compreendia a Inglaterra, Áustria, Rússia, Turquia e Nápoles. Portugal mantinha-se distante desta coligação, embora tenha sido aliciado por diversas vezes pela Espanha.

Em 1801, França e Espanha enviaram um ultimato a Portugal com uma série de exigências, onde intimidavam Lisboa a abandonar a aliança britânica e a fechar os

⁸⁶ Revolução Industrial – Inicia-se em Inglaterra nos finais do século XVIII, contudo expandiu-se pelo mundo no século XIX. Revolucionaram todo o processo produtivo e provocaram o desenvolvimento do capitalismo. A invenção da máquina a vapor estimulou as alterações na defesa costeira.

⁸⁷ Guerra do Rossilhão (1773 – 1795) - Campanha militar em que Portugal participou ao lado da Espanha e do Reino Unido contra a França revolucionária. Terminou com o Tratado de Basileia, assinado a 22 de Julho de 1795.

⁸⁸ Napoleão Bonaparte – De simples Capitão de artilharia rapidamente começou a demonstrar os seus dotes militares. Participou em várias campanhas, Itália (1796-1797 e 1799), na expedição ao Egipto (1798-1799), que conjugadas com uma sábia administração civil o guiaram de General a Chefe, e posteriormente de Cônsul perpétuo a Imperador dos Franceses.

portos portugueses a essa navegação, abrindo-os aos navios franceses e espanhóis. Tais condições foram consideradas inaceitáveis por parte de Portugal, e a guerra foi declarada. Tropas franco-espanholas invadiram o Alto Alentejo, onde ocuparam diversas praças, uma das quais Olivença. Esta guerra, também conhecida pela Guerra das Laranjas,⁸⁹ terminou duas semanas depois com a assinatura de um tratado de paz e amizade entre Espanha, França e Portugal. Como resultado destas negociações Lisboa entrou num período de humilhantes dependências, procurando evitar a todo o custo, uma ocupação militar estrangeira. Portugal viu-se forçado a manter uma política externa de declarada duplicidade numa Europa dominada pelo poderio militar francês e por uma paz precária.

Não obstante todo este esforço de posicionamento diplomático internacional, não foi possível a Portugal evitar a marcha de Napoleão com destino ao território nacional e a consequente deslocação da corte portuguesa para o Brasil, garantindo assim a continuidade da soberania portuguesa, e a política externa nacional.

Seguiram-se três invasões francesas ao nosso território (1807, 1809, 1810) e um sem número de tratados. Militarmente, Portugal não estava preparado para fazer frente ao exército napoleónico. O exército português encontrava-se, em 1806, sem armamento, sem instrução, nem comando, desnacionalizado pela campanha de 1801, e para além disso minado pela influência dissolvente e desnacionalizadora das sociedades secretas.

Rapidamente, e sem resistência, *Junot* chegou a Lisboa e conquistou Portugal. O trono português foi declarado vago e todo o reino anexado ao Império, como estado vassalo.

Revoltados com toda a situação de obediência surgiram exércitos voluntários em Espanha contra Napoleão e em Portugal começavam a surgir ecos de revolta, não só contra o abandono do rei, mas também contra a usurpação francesa e a proclamação do Almirante *Colton*, da esquadra de bloqueio. Todos estes factos eclodiram nos acontecimentos ocorridos no Porto, a 6 Junho, e na constituição de uma Junta Provisória de Governo que organizou juntamente com o apoio de Inglaterra (desembarque *Wellesley* no Porto) a resistência a *Junot*.

⁸⁹ Guerra das Laranjas – Episódio militar ocorrido no início do século XIX entre Portugal e Espanha, mas que se prolongou também para as nossas colónias, nomeadamente no Brasil. Com contornos internacionais, esta guerra foi provocada pelos confrontos entre Inglaterra e França. Esta última terá pressionado Portugal a quebrar o acordo com a velha aliada. A posição francesa face a Portugal aumentou após os acontecimentos do envolvimento português na destruição da armada espanhola ao largo do Cabo de São Vicente, e pela participação no bloqueio inglês a Alexandria, levando à invasão de Napoleão a Portugal.

Travaram-se diversas batalhas (Batalha do Vimeiro, Combates de Óbitos e da Roliça) entre o exército anglo-luso comandado por Artur *Wellesley*, Duque de *Wellington*⁹⁰ e o exército napoleónico de *Junot*. No entanto, o país só se iria sentir novamente livre, com a Convenção de Sintra,⁹¹ onde derrotado *Junot* e o seu exército seria obrigado a abandonar o país.

Uma vez que a situação ainda se mantinha difícil, estando um corpo de exército invasor em Salamanca e outro corpo de exército na Estremadura espanhola, prontos para invadir de novo Portugal, tornara-se necessário reorganizar toda a força militar do reino. O comando das tropas portuguesas foi entregue ao General inglês *Beresford*⁹². Sob este comando, o exército foi rigorosamente organizado e disciplinado. Fortificavam-se praças, reconstituíam-se as milícias e as ordenanças, e decretou-se o armamento geral do reino.

Em 1808, projectou-se a fortificação da cidade do Porto (Capitão de Engenharia José Joaquim de Almeida Freitas), e retomou-se a análise da defesa de Lisboa (Marechal de Campo Antas Machado), bem como foi reconhecida a importância da posição de Torres Vedras e de uma linha fortificada nesta zona na defesa da Capital. Porém, em 1809, Portugal sofreu nova invasão francesa sob o comando do General *Soult*.

Durante o período decorrido entre a segunda invasão e a terceira, em 1810, o Duque de *Wellington* preparou o levantamento de um campo entrincheirado no litoral do país, que servisse de uma sólida base de operações ou, de base de embarque às tropas inglesas, em caso de qualquer eventualidade.

Segundo o projecto de *Wellington*, o seu objectivo era tornar praticamente impossível a vida de um exército invasor criando uma zona despovoada.

⁹⁰ *Arthur Wellesley* – Duque de *Wellington*, foi General do exército britânico e o responsável pela construção das Linhas de Torres Vedras. Em 1808, foi convidado pela Regência Portuguesa a tomar o comando do Exército português, sendo em Abril de 1809, nomeado Marechal-General do Exército Português.

⁹¹ Convenção de Sintra - Acordo entre Inglaterra e França, assinado no Palácio de Queluz, em 1808, que encerrou a primeira invasão francesa a Portugal, após a derrota das tropas napoleónicas na Batalha de Roliça, e na batalha do Vimeiro.

⁹² *William Carr Beresford* - Nomeado Marechal do Exército em Março de 1809 pelo Conselho de Regência, *Beresford* reorganizou as forças militares adaptando-as ao serviço de campanha do exército britânico. Criou os depósitos de recrutamento em Peniche, Mafra e Salvaterra; presidiu à distribuição das novas armas e equipamentos e introduziu Ordens do Dia para informar o exército e apurar a disciplina.

Esta linha defensiva era constituída por um conjunto de fortificações, redutos, e baterias que se estendia desde a Foz do rio Sizandro a Alhandra. Subdividia-se em três linhas: a primeira desde o rio Sizandro a oeste, passando por Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, etc., até Alhandra; a segunda apoiava-se no rio Safarujo em direcção ao Tejo passando por Montachique, Bucelas e Vialonga; e por último uma linha que isolava uma área mais próxima do mar, em torno de Oeiras, que garantiria o embarque das tropas, em S. Julião da Barra em caso de retirada.

Complementarmente, terão sido refortificadas algumas zonas na margem sul do Tejo, Setúbal e Almada (Bateria Alta da Trafaria), com o objectivo de garantir a segurança da Capital pelo sul e pelo mar.⁹³

Todas estas linhas fortificadas tinham como principal objectivo a defesa terrestre da Capital, o último reduto para garantir a posse do porto de Lisboa. A Península de Lisboa transformou-se num campo entrincheirado difícil de transpor, por via terrestre, enquanto a defesa marítima era garantida por esquadras inglesas que fundeadas na Barra do Tejo defendiam a entrada de Lisboa.

Em 1810, inicia-se a terceira e última invasão francesa. Comandados pelo General *Massena*, os exércitos invasores entraram em Portugal pelo norte, com o intuito de rapidamente atingir Coimbra e por último Lisboa. Contudo, foram surpreendidos quer no Buçaco pelas tropas de *Wellington*, quer mais perto da Capital pelas linhas defensivas de Torres que não conseguiram transpor, acabando por abandonar Portugal no início de 1811. A guerra continuou durante três longos anos, com as tropas anglo-luso-espanholas e com a retirada das tropas francesas da Península, mas já fora das fronteiras portuguesas. A derrota de Napoleão abriu a Europa aos ideais liberais, a novos poderes saídos do Congresso de Viena⁹⁴ (1815).

Após as invasões napoleónicas, Portugal ficou devastado, a sustentação do exército e a desesperada defesa tinham esgotado todos os recursos do país, e os rendimentos públicos eram inteiramente absorvidos pela Corte no Brasil.

⁹³ Na margem sul do Tejo, as fortificações construídas por *Wellesley*, foram dispostas em duas linhas, de forma a estabelecer uma defesa de terreno em profundidade. A primeira linha, constituída por oito fortes, apoiava-se no Forte da Margueira e terminava no Forte de Pera de Cima. A segunda, com treze fortes, percorria uma linha desde o Castelo de Almada até aos Fortes da Raposeira, grande e pequena. Todos estes fortes, à excepção do Forte de Almada, eram construções provisórias. A defesa cobria a margem sul do rio em toda a sua extensão e estava interligada por uma rede de caminhos que permitiam uma rápida deslocação de forças.

⁹⁴ Congresso de Viena - Conferência entre as grandes potências europeias cujo objectivo era redesenhar o mapa político europeu, após a derrota napoleónica, no sentido de garantir a paz na Europa.

Paralelamente a tudo isto, o comando severo de *Beresford*, que exercia no reino uma espécie de ditadura militar, provocava um descontentamento geral no país. Aliado a este sentimento de revolta, os ideais liberais ressurgiam com mais força, principalmente a norte.

Em 1820, e aproveitando a ausência de *Beresford*, aquando da sua deslocação ao Brasil, os revolucionários deram o golpe decisivo através de um movimento militar iniciado no Porto, que rapidamente se expandiu por todo o país. Esta revolução militar ao proclamar os princípios liberais, aboliu o regime absoluto no país e a continuação de *Beresford*.

I.12 – Reinados de D. João VI

Não Tendo sido possível encontrar informação documental que nos permitisse obter uma análise sobre as construções arquitectónicas para a defesa de costa durante Este reinado, optou-se por desenvolver o presente trabalho analisando o reinado seguinte.

I.13 – Reinado de D. Miguel I

Paralelamente, ao que acontecera em Espanha, no nosso país surdamente se iniciaram lutas entre os defensores do absolutismo monárquico e os partidos do novo sistema político-social (liberais). A independência do Brasil, em 1822, e o regresso de uma parte da corte ao reino abalou toda a estrutura económica, bem como estabeleceu marcos profundos entre o Portugal histórico, tradicionalista e os novos ideais liberais. O golpe de D. Miguel, em 1823 (Vila-Francada)⁹⁵, e a nova conspiração em Abril de 1824

⁹⁵ Vilafrancada – Simboliza a insurreição de D. Miguel face ao poder liberal e à Constituição de 1822. Apoiado por sua mãe D. Carlota Joaquina e pelos acontecimentos ocorridos em Espanha, D. Miguel deslocou-se a Vila Franca e aí se lhe juntou um regimento de infantaria dando vivas à monarquia absoluta. Foi restaurado o regime absolutista.

(Abrilada)⁹⁶ foram exemplo do clima de discórdia que assolava o reino na primeira metade do século XIX.

Estas contradições políticas e sociais do liberalismo associadas à morte do rei D. João VI, em 1826, e ao problema de sucessão resultaram numa guerra civil. D. Miguel, regressado do exílio, em 1828, decidiu assumir o poder em nome de D. Maria da Glória (futura D. Maria II), filha de D. Pedro IV, uma vez que este ao abrigo da constituição brasileira de 1824 o impedia de governar ambos os países. Poucos meses depois D. Miguel proclamou-se rei absoluto, desrespeitando assim o que havia prometido ao imperador brasileiro.

Durante o período miguelista foram construídas, na margem sul do Tejo, as Bateria do Torrão⁹⁷ e a Bateria de 30 de Junho⁹⁸ e artilhadas as Batarias da Trafaria e da Raposeira. Todas elas poderiam cruzar fogos com a Bateria do Torrão defendendo as praias da Barra.

Na década de 30, a Europa vivia envolta nos ideais liberais. Em Inglaterra, o Gabinete Liberal de *Palmerston* subiu ao poder, enquanto em Paris a Revolução Liberal acontecera em 1830. Mergulhados em ideais liberais, estes dois países não viam com bons olhos o miguelismo em Portugal. Se por um lado, Inglaterra desconsiderava D. Miguel, por outro, França não esquecera o passado. Como tal, enviou, em 1831, uma esquadra de bloqueio, esquadra de *Roussin*⁹⁹, para a entrada da Barra do Tejo, enviando assim um ultimato ao governo miguelista, onde propunha a condições do tratado de 1831. Portugal, apesar de ter mobilizado as milícias e fortificado toda a costa até à Foz do Mondego, esperava a intervenção da Inglaterra na mediação deste assunto, o que não veio a acontecer. Abandonado à sua sorte, Portugal ainda fez frente com o fogo de artilharia das Fortalezas do Bugio e de

⁹⁶ Abrilada - Revolta política realizada em 1824, que teve por objectivo a abdicação de D. João VI para se restabelecer o absolutismo, tendo sido promovida por D. Miguel e sua mãe. A revolta não teve êxito, devido à intervenção do corpo diplomático. D. Miguel foi deposto do cargo que possuía e deportado para Viena. D. Carlota Joaquina foi internada no Palácio de Queluz.

⁹⁷ Bateria do Torrão (1831-1832) - Localizada junto à praia da Trafaria. Terá não só servido como defesa marítima ao impedir o desembarque de algum navio que conseguisse transpor a barra, como também de defesa ao acesso à Trafaria.

⁹⁸ Bateria 30 Junho - Situada entre Porto Brandão e a Torre Velha, foi mandada edificar pelo exército miguelista em 1832. Durante a sua construção terá ocorrido um desabamento de terras, sendo completamente impossível a sua reconstrução.

⁹⁹ *Albin Roussin* – Almirante francês que teve como missão romper a barra do Tejo, ultrapassado a barreira do fogo cruzado da artilharia dos Forte de S. Julião da Barra e do Forte de S. Lourenço do Bugio, e assim ancorado no Tejo e assim impor as condições exigidas por Paris.

S. Julião à esquadra francesa, contudo esta romperá a entrada da barra e colocará a cidade de Lisboa sob o fogo inimigo.

Em Julho de 1832, iniciou-se uma Guerra Civil no país, com o desembarque das tropas liberais de D. Pedro IV a norte da cidade do Porto, às quais se juntaram muitos liberais, que conspiravam no país e no estrangeiro, entre eles o Marquês Sá da Bandeira¹⁰⁰. Fortificada por uma linha de fortes, redutos e baterias, quer a norte, quer a sul do rio Douro, a cidade do Porto abriu caminho para a necessidade de organizar uma defesa coesa nos principais centros do país.

Em 1833, quando o exército de D. Miguel se aproximava da Capital, o exército constitucional ordenou a construção de uma série de obras de fortificações em torno de Lisboa que ficaram conhecidas por Linhas de 1833¹⁰¹, sendo as suas principais obras:

*“Baterias da Cruz da Pedra, do Manique dos Apóstolos, Reduto do Alto de S. João, Bateria da Penha de França, dos Setes Castelos, Reduto da Quinta do Pina, Bateria das Águias, dos Ciprestes, da Horta da Cera, Reduto da Vinha do Manique, do Arco do Cego, da Cova da Onça, Bateria da Quinta do Seabra, da Atalaia, de Campolide, do Alto do Carvalhão, Bateria da Rua dos Poisos, dos Prazeres, do Livramento e baluarte d’Alfarrobeira.”*¹⁰²

Ao longo do século XIX, os progressos industriais ocorridos nos domínios da química, da electricidade, da metalúrgica colocavam ao serviço da arte da guerra, novos e poderosos meios de destruição, de comunicação à distância e de viação, levando governos a remodelarem continuamente os seus armamentos, exércitos e métodos de combate. Os canhões estriados e de retrocarga, as novas espingardas de culatra móvel, as pólvoras brancas, o aumento da precisão do tiro e da sua regulação, o telégrafo

¹⁰⁰ Marquês Sá da Bandeira - Militar e político, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo teve actividade política destacada na implantação do liberalismo no nosso país. Participou na oposição a D. Miguel e no desembarque do Mindelo e no Cerco do Porto.

¹⁰¹ Linha de defesa de 1833 - Projectada por José Feliciano da Silva Costa. Linha de fortificação de campanha em torno da capital com 27 obras fortificadas ligadas entre si por entrincheiramentos de terra, muros seteirados e obstáculos naturais. Defendiam-na 184 bocas-de-fogo e uma guarnição de 18 000 homens.

¹⁰² Comissão das Fortificações do Reino, *Trabalhos efectuados para a Defesa de Lisboa*, Imprensa Nacional, 1903, p. 369.

eléctrico, o desenvolvimento das vias férreas, a aplicação do vapor e de couraças metálicas aos navios de guerra, etc., provocaram na Europa a ideia de que um país só venceria através da superioridade do seu armamento, e de uma industrialização forte da guerra associada ao valor e ao número das tropas. Neste sentido, a defesa costeira deixa de estar apenas relacionada com o embargo dos desembarques em costa aberta, para se transferir para a luta entre navios e fortificações.

Na segunda metade do século a situação interna do país estava estável, no entanto a conjuntura internacional apresentava algumas ameaças para Portugal.

O país e particularmente a cidade de Lisboa necessitavam de um sistema eficaz de defesa, uma vez que as linhas anteriormente construídas já não ofereciam a protecção e defesa necessária à Capital do Reino. Se por um lado, as Linhas de Torres estavam muito degradadas e a sua extensão exigiria um esforço enorme por parte das forças do país, por outro, as linhas de 1833 estavam na sua maioria desactivadas e demasiado próximas do centro da cidade o que dificultaria a defesa da mesma.

Lisboa apresentava uma enorme importância geoestratégica, não só nacionalmente como internacionalmente. Controlar esta cidade significaria controlar o país e ricos territórios em África, bem como uma zona importante do Atlântico.

I.14 – Reinados de D. Maria II

Não Tendo sido possível encontrar informação documental que nos permitisse obter uma análise sobre as construções arquitectónicas para a defesa de costa durante este reinado, optou-se por desenvolver o presente trabalho analisando o reinado seguinte.

I.15 - Reinado de D. Pedro V

Durante o reinado de D. Pedro V, o rei e o seu Ministro da Guerra, Duque da Terceira, foram alertados pelo Marquês Sá da Bandeira para o estado indefeso em que se encontrava Lisboa e o seu porto “(...)como tenciono ocupar-me deste objecto na próxima sessão legislativa, parece-me conveniente escrever esta carta a V. Ex.^a, para que possa conhecer os pontos sobre que me proponho pedir esclarecimentos(...)”¹⁰³

Consequentemente, em 1857, fora nomeado pela primeira vez o General José Feliciano da Silva Costa¹⁰⁴, Comandante Geral do Corpo de Engenheiros, para o estudo e elaboração dos planos de fortificação permanente da cidade de Lisboa e do seu porto, bem como da cidade do Porto. Era conveniente a preparação de planos completos de fortificação para estas duas cidades e seus portos, bem como as penínsulas adjacentes que pelas suas posições pudessem interferir na defesa ou no ataque às mesmas cidades.

Elaborou um texto, a “Directiva” onde expôs de forma clara e sucinta, segundo a sua concepção de defesa da capital, os pontos necessários para de modo completo e eficaz levar esta a cabo. Recomendava a construção de três tipos de linha de defesa: uma afastada da Capital, uma mais próxima tendo como posição central a Serra de Monsanto e por último uma linha de defesa na margem sul. Nesta aconselhava o reaproveitamento dos fortes construídos durante as Guerras Liberais.

Para a defesa do porto de Lisboa sugeria a ampliação de vários fortes quer na margem norte, quer na margem sul do rio, bem como a utilização da terceira Linha de Torres Vedras, Linha de Oeiras. Para além de todas estas indicações, salientava a importância de existirem boas vias de comunicação entre os fortes.

Dois anos mais tarde foi nomeada nova comissão agora presidida pelo Duque de Saldanha que nomeou três brigadas de oficiais de engenharia para procederem ao estudo dos terrenos nos arredores de Lisboa. Estes trabalhos serviram de base para projectos posteriores de outras comissões. A cada brigada foi entregue um plano de estudo, uma zona determinada, segundo o que fora estabelecido pelo General Silva Costa

¹⁰³ “Carta de 25 Outubro de 1859 do Marquês Sá da Bandeira”, *Revista Baluarte*, n.º 2, Março – Abril 1991.

¹⁰⁴ General José Feliciano da Silva Costa – Comandante-Geral do Corpo de Engenharia foi nomeado para assumir a direcção dos projectos relativos aos planos de fortificação de Lisboa e do seu porto, tendo elaborado a “Directiva”.

A primeira estudava a defesa afastada de Lisboa, ou seja a linha que partindo da Foz do rio de Sacavém, seguia pela Boavista, Ameixoeira, Lumiar, Queluz, Barcarena, Porto Salvo e por fim terminava na Praça de S. Julião da Barra. Este foi o traçado adoptado para a construção do recinto de segurança do sector norte do Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL). A segunda analisava a posição central de Monsanto e as Linhas de 1833 restauradas. Contudo, o aproveitamento destas linhas gerou grande polémica não só nesta comissão como nas seguintes, acabando por ser abandonada numa fase posterior devido à sua proximidade da zona urbana.

A última dedicava-se ao estudo da margem esquerda do Tejo cujo objectivo era reaproveitar a linha de fortes construída durante a Guerra Peninsular.

Neste reinado, ter-se-á substituído as bocas-de-fogo de alma lisa por estriadas, adoptando-se para a defesa de costa os calibres 16 e 19 cm em peças de ferro, e 32 cm nos morteiros.

I.16 - Reinado de D. Luís

Durante a governação de D. Luís seguiram-se várias comissões e subcomissões com o objectivo de proceder à elaboração de um plano defensivo da Capital, bem como a selecção do material conveniente para o armamento das fortificações existentes nas duas margens do rio Tejo, tendo em conta o seu aproveitamento na defesa do porto de Lisboa.¹⁰⁵

Em 1860, o então Ministro da Guerra, Marquês Sá da Bandeira, terá pressionado o governo para que se tomassem medidas rápidas para a defesa da Capital. No ano seguinte, o governo terá autorizado a fortificação da cidade de Lisboa e do Porto aplicando verbas anuais.

O Marquês Sá da Bandeira foi ainda autorizado pelas Cortes, não só a fortificar as duas maiores cidades do país, mas também a reorganizar o exército, dando-lhe mais regularidade e melhorando os seus serviços e armas (organização decretada em 1863)

¹⁰⁵ Anexo n.º 29 – Diversos Órgãos de Estudo e Planeamento da Defesa da Barra de Lisboa

Nomeou uma nova comissão com o objectivo de propor os meios necessários para uma boa defesa da cidade de Lisboa, principalmente da Barra do Tejo (1866).

Para o Marquês, Lisboa necessitava da construção de uma linha fortificada na margem sul, e duas linhas defensivas terrestres na margem norte; uma adjacente à cidade, correspondendo à Linha de 1833; outra edificada no recinto mais alargado tendo como seu núcleo a Serra de Monsanto. Este posto teria um papel importante na defesa de Lisboa e como tal ali foi determinado a construção de um polígono.

A problemática da fortificação da cidade, iniciada em 1852, apenas obteria resultados práticos 20 anos mais tarde, em 1873, com a execução do Ministro Fontes Pereira de Melo e do Marquês Sá da Bandeira, Director-Geral das Fortificações da Capital, que promoveu os trabalhos de fortificação, bem como o melhoramento do material do exército.

Realizaram-se estudos detalhados sobre as várias hipóteses de defesa (Marquês Sá da Bandeira¹⁰⁶, Major de Engenharia Sanches de Castro¹⁰⁷) tendo em conta o tipo de perigo proveniente do mar, e os locais mais apropriados para a mesma.

Em 1874, a comissão encarregue dos estudos das fortificações de Lisboa, após ter procedido a várias visitas a sistemas fortificados no estrangeiro,¹⁰⁸ elaborou um relatório em que foi mencionado a instalação de um recinto de segurança entre Sacavém e Caxias, contrariamente ao aproveitamento das Linhas de 1833 e ao defendido pelo Marquês. No entanto, após a morte do Marquês Sá da Bandeira, em 1876, e a sua substituição por Sanches de Castro no cargo da Direcção dos Trabalhos de Fortificações de Lisboa, reelaborou-se o plano defensivo, aprovando-se vários projectos e a sua execução.

¹⁰⁶ Marquês Sá da Bandeira – Propôs a elaboração de uma linha de defesa, apoiada no aproveitamento das Linhas de 1833, e na margem sul da construção de um campo entrincheirado ligando o Forte de Almada e o Forte da Raposeira.

¹⁰⁷ Caetano Pereira Sanches de Castro - Em 1873, assumiu a direcção exclusiva de todos os trabalhos na defesa da Capital. No seu plano de defesa pretendia afastar as linhas defensivas do centro da cidade. A defesa de Lisboa deveria compreender um sector norte, formado por linhas sucessivas que partindo das posições de Rio Maior, Óbidos e Peniche viessem apoiar os seus flancos no Tejo e no oceano, um sector sul defendido de forma a assegurar a posse da margem esquerda do rio e a defesa do porto. Neste plano seriam integradas algumas fortificações já construídas e edificadas, como é o caso da Bateria do Bom Sucesso, os Redutos do Alto do Duque e do Monte Sintra, a Bateria de São Julião, o Forte de Caxias e o Reduto de Monsanto com as baterias anexas.

¹⁰⁸ Sá da Bandeira propõe, em 1857, às Cortes a autorização para que o Ministério da Guerra despendesse verbas para os estudos efectuados no estrangeiro de forma a poder fundamentar os planos de defesa da Capital.

Este novo plano previa:

- 1) Linha de Defesa Avançada, com fortificações em Alhandra, Sobral de Monte Agraço e Mafra;
- 2) Linha de Fortes Destacados, formando um anel entre Vialonga e Sintra;
- 3) Recinto de Segurança entre Sacavém e Caxias, com fortificações de apoio em Monsanto, Alto do Duque, Bom Sucesso e Ameixoeira;
- 4) Linha de defesa na margem sul do Tejo, com várias baterias, centralizadas no Forte de Almada.

Adoptou-se um novo conceito de defesa activa o que implicou a adopção progressiva de novos conceitos, mais modernos, sobre a organização defensiva. Condicionado pela evolução dos meios à disposição do atacante, a defesa da Capital deixou de estar circunscrita à sua orla terrestre. A defesa deixa de ter um papel meramente estático, para passar a ter um papel activo, recorrendo a acções de retardamento, bem organizadas e de fácil mobilidade, para impossibilitar o avanço do inimigo.

Os redutos e fortes defensivos de Lisboa receberam artilharia estriada em aço e bronze. Apesar de cada um deles apresentar pouca lotação para muitas peças, ofereciam grande capacidade de resistência quando articulados com outros meios de defesa fixa que se desenvolveram na época, minas e torpedos.

Em 1878, foi entregue ao então Ministro da Guerra, Fontes Pereira de Melo um relatório sobre as fortificações de Lisboa onde se sustentava que a defesa de cidade e do seu porto se impunha como uma necessidade inadiável. Neste mesmo ano, como salienta António Tello “(...)criou-se a Escola e Serviço de torpedos por carta de lei datada de 3 Maio de 1878.”¹⁰⁹ Neste serviço ter-se-ão fabricado não só explosivos,

¹⁰⁹ António José Tello, *O papel dos militares no processo de inovação e mudança no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, p. 2.

Serviço de torpedos pretendiam efectuar a defesa do porto de Lisboa através da aplicação de minas fixas submarinas e barragens ao longo do rio Tejo.

como também desenvolvido modelos nacionais de torpedos automóveis, como refere Tenente-Coronel Berger.¹¹⁰

Coube ainda a esse ministro a organização militar de 1884, bem como a aquisição de bocas-de-fogo estriadas em aço e bronze, para a artilharia de costa, que paulatinamente chegavam da Alemanha no período entre 1875 e 1886. “*As primeiras dez bocas-de-fogo, seis de 28 cm e quatro de 15 cm, modelos Krupp, foram distribuídas pelas novas Batarias do Bom Sucesso e de S. Julião da Barra.*”¹¹¹

Entretanto, os trabalhos de fortificação da cidade continuaram, e em 1887, esta mesma comissão em resposta ao ofício de 17 de Fevereiro do mesmo ano do Ministério da Guerra, informava que era necessário estabelecer prioridades quanto às obras para a defesa do porto de Lisboa, sem descurar as condições de economia e rapidez das mesmas. As quais seriam: a Bateria da Laje, o Reduto Duque de Bragança, as Batarias do Alto da Vigia, a Bateria da Praça de S. Julião, Bateria na Foz do Jamor, Forte de Caxias, Bateria Intermédia, Reduto Norte, Reduto Sul, etc.

Num total de 6 peças de 28 cm, 37 peças de 15 cm e 8 obuses de 21 cm estriados, cujo valor estaria estimado em 300 contos de réis.

Neste mesmo ano, a 14 de Novembro, o príncipe D. Carlos toma posse como presidente da subcomissão para a defesa de Lisboa. Estuda a organização do porto desde a sua zona interior à parte exterior adjacente à barra do rio Tejo. Designa como seus colaboradores António Augusto Duval Teles, Carlos Roma Barbosa du Bocage e Almeida Soeiro de Gamboa, José Silvestre de Andrade, Joaquim Lobo de Ávila da Graça, Teófilo José Trindade e Carlos Roma Machado de Faria e Maia.

A nomeação do Príncipe teve um carácter político, e representava ainda a possibilidade de poder estabelecer um contacto mais íntimo entre sectores do exército. Era uma solução para o problema, tendo em conta os meios financeiros que dispúnhamos para a defesa de Lisboa e do seu porto.

D. Carlos, manifestava conhecimentos nesta matéria, uma vez que não só já havia estudado este assunto em conjunto com Duval Teles, como também através de uma viagem ao estrangeiro, adquirira proveitosos ensinamentos sobre armamento pesado e o emprego das cúpulas blindadas, muito em voga na época.

¹¹⁰ Tenente-Coronel João P. Berger – *A Artilharia e a Defesa de Costa da Barra do Tejo a Cascais nos séculos XIX e XX*. Separata do Boletim da Artilharia Antiaérea, n.º 5, II série, Outubro 200, p. 17

¹¹¹ *Idem, Ibidem.*

Esta subcomissão efectuou um levantamento exaustivo às principais posições nas duas margens do Tejo, tendo-se deslocado (quer por mar quer por terra) para fora da barra com o objectivo de analisar todas as suas entradas, considerar as amplitudes para bater os canais de acesso, sondar os mesmos, etc.

Em todos estes trabalhos o príncipe D. Carlos participou activamente, levando-o a escrever um tratado *A Defesa do Porto de Lisboa e a nossa marinha de Guerra*¹¹², onde retrataria o papel da marinha de guerra na defesa do porto de Lisboa, as suas posições terrestres e a linha de torpedos. Explicita, ainda que as fortificações existentes na parte interior da barra seriam guarnecidas com peças de potência média, peças *Krupp* de 15 cm e de 28 cm, bem como com peças de tiro rápido de 15 cm CTR para a protecção da faixa de torpedos.

Levantado todo esse estudo, esta subcomissão elaborou um anteprojecto sobre a organização da defesa do porto da Capital na sua zona interior¹¹³ e exterior¹¹⁴ adjacente à Barra do Tejo, tendo sido em 24 Março 1889 levado à discussão numa reunião plenária da grande comissão de defesa, juntamente com toda a memória descritiva e justificativa. Nesta reunião participou activamente o Príncipe, onde fundamentou e argumentou todo o projecto descrito, demonstrando um absoluto conhecimento sobre esse mesmo assunto.

I.17 - Reinado de D. Carlos

Este anteprojecto para além de evidenciar todos os indispensáveis pormenores técnicos, estabelecia uma ordem de urgência para as obras a executar. Contudo, e após a

¹¹² Parecer que indicava que as obras de fortificação independentes ou individuais, cuja acção incidia para o interior da barra, deviam ser artilhadas com bocas-de-fogo de potência média (peças *Krupp* de 15 cm e 28 cm) e peças do mesmo modelo mas de tiro rápido de 15 cm. Definia duas zonas de defesa do porto, uma interior, coberta por baterias e duas faixas de torpedos; outra exterior do Cabo da Roca ao Espichel a cargo da marinha de guerra.

¹¹³ Zona interior – Correspondia à área já defendida anteriormente, zona interior do rio, constituída por baterias e duas faixas de torpedos.

¹¹⁴ Zona exterior – Zona que se expandia até ao Cabo da Roca e Espichel como limites máximos. A sua defesa estava a cargo essencialmente da marinha de guerra, dentro da aplicação do conceito naval de defesa activa.

subida ao trono de D. Carlos, em 1889, quando tudo indicava que o projecto iria ser realizado, a crise financeira em 1891, após o Ultimato Inglês, veio torná-lo inexecutável.

Porém, dois anos mais tarde, em 1893, este projecto foi parcialmente recuperado pelo então Ministro da Guerra, Coronel Luís Augusto Pimentel, que pretendia torná-lo possível mas reduzindo os seus custos. Todavia, não foi possível executá-lo uma vez que apesar de ter sido aprovado pelo Conselho Superior da Guerra, não teve autorização das Cortes para o dispêndio das verbas necessárias.

No final da década de noventa,¹¹⁵ as obras de defesa do porto de Lisboa sofreram grandes alterações e uma grande paragem devido às circunstâncias financeiras e à crise que assolava o país.

Verificou-se a necessidade de reorganizar os meios de defesa costeira existentes, sendo em alguns casos efectuado a vendas de edificios, que deixaram de ter importância militar. Como refere, em 1897, o Sr. José Nunes da Matta, em que solicita que seja vendida em praça pública a casa denominada “vigia da Parede” existente no seu terreno (junto à costa, entre a Praia da Parede e a Bafureira) e que se destinava a posto de observação, devido à sua localização, e onde ainda se conservava os postos de fixação do mastro de sinais ou pau de bandeira.¹¹⁶ Apesar de ter tido importância militar, esta já não se mantinha uma vez que, não só, na região já não eram possíveis desembarques, como também se achava completamente exposta ao alcance do inimigo.

¹¹⁵ Anexos n.º 30 – Mapa das principais fortificações construídas ao longo da margem norte da Barra de Lisboa nos séculos XV a XIX.

¹¹⁶ DIE, *Processo Bateria da Parede*, cx. 6, Nota n.º 676 – N, 28 Julho de 1897.

CAPÍTULO II

Século XX

Nesta segunda parte do trabalho, e considerando que o presente estudo pretende incidir com especial atenção no processo de adaptação da Bateria da Parede do Campo Entrincheirado de Lisboa ao Plano *Barron*, iremos agora debruçar-nos sobre o referido assunto e desenvolver o estudo sobre esta Bateria.

Numa primeira fase abordaremos a construção da Bateria da Parede inserida nas construções defensivas do CEL. Na segunda fase, descreveremos todo o processo de adaptação desta bateria, mencionando não só o apoio dos ingleses na implementação do Plano *Barron*, como também a vivência e as consequências desta bateria no meio envolvente. Destacaremos a sua importância estratégica, reforçando o seu papel no contexto de defesa do porto de Lisboa, e na defesa da própria Baía de Cascais.

II.1. – Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL)

No início do século XX, a política externa portuguesa ocupava um papel importante no sistema europeu onde o equilíbrio do atlântico era essencial. Resolvida a situação financeira do país pelo convénio de 1902, ressurgiu a importância da defesa deste porto, dando-se um maior incremento à construção, organização e artilhamento do CEL.

O sistema defensivo do CEL,¹¹⁷ frente terrestre e marítima, repartia-se pelas duas margens do rio Tejo, onde foram construídas duas linhas de torpedos fixos (Paço d'Arcos), quartéis, e 13 baterias e redutos, nomeadamente a Bateria da Parede. Constituído na sua guarnição por forças da marinha (serviço de torpedos), tropas de Engenharia (1.ª Companhia de Sapadores de Praça e 1.ª Companhia de Torpedeiros do Serviço de Torpedos Fixos) e artilharia, este sistema defensivo foi a primeira grande

¹¹⁷ Anexos n.º 31 e 32 – Mapas de Localização das Baterias do Campo Entrincheirado de Lisboa.

organização orientada para a defesa do porto de Lisboa e representou para a época não só um grande investimento financeiro, como também um gigantesco envolvimento por parte dos nossos técnicos e militares, que demonstraram as suas enormes capacidades e competências na elaboração de tal obra, considerada nesse período como excepcional no sistema defensivo.¹¹⁸

II.1.1- Bateria da Parede do CEL

Portugal no início do século XX, tal como o resto da Europa mudara a sua configuração social e económica. O país sofreu uma grande transformação na sua estrutura social, provocada por uma insatisfação governamental, baseada num proteccionismo e rotativismo em certas classes sociais. A população de Lisboa era constituída por trabalhadores manuais, pequenos burgueses e por indivíduos com profissões não especificadas.

O país era composto por uma sociedade marcadamente rural, que tentava mudar de vida fora do Reino e das suas possessões coloniais, procurando sobretudo instalar-se no Brasil. Território para onde emigraram muitos portugueses na primeira década do século XX.

Durante o primeiro decénio, o partido republicano, já existente desde os anos 70, recebera inúmeros adeptos, que se multiplicavam em unidades de combate e comissões contra a monarquia e o poder instalado, sobretudo na Capital.

Apoiado pela classe média, este partido assumira as frustrações e os sacrifícios do povo, e mostrava-se cada vez mais capaz de constituir uma verdadeira alternativa à monarquia.

A instabilidade política do país era notória. O prestígio que o rei D. Carlos ganhara através de acordos diplomáticos com Inglaterra e com outras potências estrangeiras não convencia o país, cada vez mais mergulhado em contestações e greves operárias.

¹¹⁸ Anexo n.º 33 - Baterias do Campo Entrincheirado de Lisboa

Neste contexto, a localidade, Parede, região fortemente marcada pela vivência de republicanos e maçons que ali residiam e tinham as suas actividades, assume um papel de preponderância no contexto político.¹¹⁹

Foi durante o reinado de D. Carlos que a linha de costa de Lisboa a Cascais sofreu grandes alterações. A deslocação da residência oficial de verão para a Vila de Cascais, bem como toda a aristocracia, conduziu a um recrudescer habitacional nesta vila assim como nas aldeias vizinhas. Gradualmente, esta linha costeira foi ganhando grande importância a nível nacional e internacional.¹²⁰

Os meios de acesso à Capital tornaram-se cada vez mais fáceis e rápidos, com a construção de estradas¹²¹, caminho-de-ferro (1895), tendo a luz eléctrica chegado primeiro à Cidadela de Cascais do que à Capital (1878).

Recortada pelo mar esta costa foi-se transformando num aglomerado de *chalets*, cada um deles mais sumptuoso que o outro. No que respeita à localidade da Parede existiam apenas algumas construções entre o caminho-de-ferro e o mar.

A presença do Sanatório de Sant'Ana¹²² fez desta localidade uma estância sanatorial. Face a toda a especulação imobiliária, tornava-se cada vez mais necessário expropriar os terrenos destinados às baterias de boca-de-fogo e decretar a sua imediata construção.

Ao contrário do que acontecera no final do século anterior, pretendia-se iniciar as obras e instalar as bocas-de-fogo necessárias para a defesa da Barra do Tejo.

Neste período, chegavam ao país, em 1903, as primeiras remessas de material essencial para as futuras instalações, material alemão *Krupp*, que obrigariam ao desenvolvimento de algumas inovações tecnológicas¹²³ nas fortificações já existentes.

¹¹⁹ Republicanos como por exemplo: Nunes da Mata, Manuel de Azevedo Gomes, Vicente de Almeida d'Eça, Dr. Barbosa de Guimarães, João Arriaga, Bernardino Machado, João José Dinis, etc. Cf. João Miguel Henriques, *Cascais. Do final da Monarquia ao alvorecer da República (1908-1910)*, Lisboa: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2001, p. 106-110.

¹²⁰ Realizaram-se torneios jogos de futebol, ténis, regatas de vela, gincanas de automóveis e grandes touradas, etc. No Monte Estoril inaugurou-se um grande Casino para além de toda esta costa ser reconhecida como uma grande estância balnear.

¹²¹ 1864 – Reconstrução da estrada que liga Oeiras a Cascais

¹²² Sanatório construído por vontade da rainha D. Amélia, visava ajudar crianças e pessoas vítimas de tuberculose.

¹²³ Inovações tecnológicas: electricidade, elevadores automáticos, projectores eléctricos de pesquisa, sistemas de correcção de tiro indirecto, postos telemétricos e postos de observação, telegrafia sem fios, etc.

A 2 de Maio de 1904 a Comissão de Fortificações do Reino emitiu um parecer¹²⁴ sobre a construção da Bateria da Parede inserida no sector exterior da defesa marítima do CEL. A construção desta Bateria garantiria a defesa do porto de Lisboa e sua base naval tendo sido considerada imprescindível para defesa da Capital.

Nos estudos elaborados anteriormente para a defesa da Barra do Tejo, decidiu-se a construção desta bateria, onde seriam colocadas três bocas-de-fogo (material 28), provenientes do desmantelamento do Forte de S. Julião da Barra.

Paralelamente a esta decisão, esta mesma comissão mencionou a necessidade de se construir uma outra bateria provisória de 3 peças *Krupp*, oriundas também do Forte de S. Julião da Barra, na posição do Murtal (cota 791), conjugando a sua missão de defesa da Baía de Cascais, com a acção da Bateria da Parede.

Ambas as baterias necessitariam, à sua retaguarda, de um quartel para guarnições de piquete e de reserva, bem como um paiol de distribuição com capacidade para 100 tiros completos para cada boca.

No entanto, a edificação da Bateria do Murtal acabaria por ser abandonada devido às condições do terreno que não permitiram a sua construção. O abandono da sua construção determinaria a construção de uma Bateria na Parede agora com seis peças *Krupp*, transferidas também do Forte do Bom Sucesso.

Construída numa elevação de cota 75 m e guarnecida com seis peças *Krupp*, a Bateria da Parede defenderia assim, uma grande extensão da costa, desde S. Julião da Barra até Cascais.

O projecto desta bateria foi elaborado, em conformidade com as bases determinadas pela mesma Comissão, ou seja:

- Ter um sector total de tiro 120°, com limite de tiro à direita dirigido para a Praia da Boca do Asmo;

¹²⁴ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 2, vol. 1, Parecer 3 Maio 1904 – Cópia / Conclusões [em tratamento]

- Ser construída de tal forma e posição que as bocas-de-fogo quando vistas do mar se projectem sobre o termo da retaguarda; ou seja uma construção que não se projectasse no horizonte quando vista do mar, adquirindo uma posição absolutamente camuflada.

- Ter um traçado geral idêntico ao da Bateria de S. Julião da Barra, mas sendo suprimidos os travezes e alargadas as respectivas plataformas para que as bocas-de-fogo atingissem um ângulo de tiro de 120°.

- Ter abrigos para a guarnição de serviço das bocas-de-fogo que deverão ser construídos com os respectivos paióis da bateria nos maciços das plataformas com a respectiva protecção devendo os paióis contar com 50 tiros por peça.

- Dispor de um observatório de comando de tiro e projector, no flanco direito da bateria, para não ser prejudicado pelos fumos da pólvora das bocas-de-fogo. Este observatório deveria ter de diâmetro 2 m para servir também de posto de observação.

Um ano mais tarde, 1905, efectuou-se o levantamento topográfico da posição militar desta bateria, ficando a cargo do Capitão de Infantaria José Gomes Júnior. Estes trabalhos serviram de base à elaboração dos projectos da bateria, quartel e ramal de serventia realizados pela Inspecção do Serviço de Engenharia no CEL, sob a direcção do Coronel de Engenharia Duval Teles.

Em 29 de Julho de 1905,¹²⁵ o Inspector do Serviço de Engenharia no CEL enviou uma nota ao Capitão Carlos Joyce, Chefe de Secção, para que este procedesse à elaboração de um projecto e orçamento para a bateria a construir na Parede, segundo as condições da Comissão de Fortificações do Reino, referidas no parecer de 2 Maio 1904.

O projecto da bateria foi elaborado pelo Capitão Carlos Joyce, sendo os dois outros projectos (quartel e ramal de serventia) entregues ao Capitão de Engenharia Roberto de Oliveira Pinto e ao Tenente de Engenharia António Mexia Leite.

O primeiro orçamento de que temos conhecimento terá sido elaborado em 1906¹²⁶ pela Inspecção do Serviço de Engenharia do CEL e enviado a 28 de Fevereiro desse mesmo ano em nota ao Chefe de Estado Maior Interino da Direcção Geral do

¹²⁵ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 1, Nota ao Capitão Carlos Joyce a 29 Julho 1905. [em tratamento]

¹²⁶ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx.2, Documento da Inspecção do Serviço de Engenharia no CEL, n.º 273, 28 Fevereiro 1906. [em tratamento]

Serviço de Engenharia. Nele se mencionaria não só que o projecto cumpriria o que fora determinado na Nota 6 – K (3 Maio 1904), mas também como sugeria as alterações necessárias para a instalação das bocas-de-fogo e a necessidade de construir novos tirantes¹²⁷ e chapuzes¹²⁸ de feriação¹²⁹ nas plataformas dos peões das bocas-de-fogo.

O referido documento determinaria ainda que seria necessária a expropriação de 1.840 m² de terreno para a construção da bateria.

O Director Geral do Serviço de Engenharia, a 17 de Maio, solicitou ao Director Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra que fossem cumpridas as indicações referidas na nota n.º 683¹³⁰. Autorizou a aquisição das parcelas de terreno por meio de contracto de compra e venda junto dos proprietários que demonstrassem que as mesmas propriedades lhes pertencessem.¹³¹

No entanto, terá sido apenas a 15 de Junho do mesmo ano que a Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra autorizou o Conselho de Administração do Governo do CEL a despende, por conta da verba destinada às obras de fortificação do mesmo campo a quantia de 62.000\$000 reis para a execução da obra da Bateria da Parede, segundo o orçamento datado de 28 de Fevereiro de 1906.

Contudo, o projecto de construção da Bateria da Parede sofreu no final desse mesmo ano alterações de forma a reduzir-se o mais possível a despesa com a sua construção, sem prejudicar as condições operacionais de defesa.¹³²

No final do ano de 1906, após a conclusão da construção de outras baterias de defesa, o Inspector do Serviço de Engenharia no CEL, voltou a frisar a importância da construção da Bateria da Parede para a defesa da Barra do Tejo, considerando que essa seria a altura indicada para proceder à compra dos terrenos para a sua implementação, bem como para o início da sua execução.

Com o início dos trabalhos, no primeiro trimestre de 1907, a cargo da direcção do Capitão de Engenharia Carlos Filipe da Costa, verificou-se a necessidade de se

¹²⁷ Tirantes - Corda com a qual se puxam os reparos.

¹²⁸ Chapuzes - Parte do reparo onde descansa a culatra da peça.

¹²⁹ Feriação - intervalo.

¹³⁰ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 1, Nota n.º 683 de 15 de Abril de 1906 da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. [em tratamento]

¹³¹ Anexo n.º 34 -Mapa de Expropriações para a construção da Bateria da Parede.

¹³² DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 2, Nota da Secretaria de Guerra n.º 1409, 8 Outubro de 1906. [em tratamento]

efectuar novas alterações ao projecto de 1906. O aumento significativo do valor das escavações, aumento esse que se deveu ao tipo de terreno existente (rocha) provocou um excesso de despesas face ao anterior orçamento, onde tais condições não estavam previstas.

Paralelamente a isto, também se efectuaram alterações relativamente às plataformas¹³³ o que provocou um aumento nas despesas de administração. Resultado de uma maior duração do trabalho que tinha sido subavaliado em 90 dias.

Todas estas modificações resultaram num acréscimo ao orçamento inicial de 16.626\$458 reis.

As alterações previstas no novo projecto de 18 Março 1907¹³⁴ assentavam entre outras substituições, essencialmente na redução da protecção de betão na parte da frente da bateria e noutros sectores, bem como na construção quer de abrigos para as guarnições ao nível da plataforma geral, quer na construção de uma plataforma em toda a frente da bateria. Para além destas alterações foram ainda determinadas pelo Inspector do Serviço de Engenharia no CEL que fossem observadas diversas condições ao nível da protecção da estrutura, bem como a sua melhor adaptação ao terreno, e a distância necessária para a instalação do posto de observação (PO).

O mesmo Inspector salienta ainda, a necessidade de alterar a disposição interior dos compartimentos nos paióis de forma a aumentar a sua capacidade. Calcularam-se para uma capacidade para mais de 50 tiros, através de uma construção de frente em arco de crioulo, o que resultou num aumento da resistência horizontal.

Todas estas alterações previstas neste novo projecto teriam um orçamento inferior a 4.000\$000 reis; ficando a despesa da construção da bateria e do ramal calculada em 58.000\$000 reis, valor inferior ao que fora calculado para o projecto primitivo. Este novo projecto destaca que com o aproveitamento da pedra das escavações, a execução desta obra permitiria economizar em mais alguns aspectos.

Ao nível das expropriações, o projecto apresentado em 1907, demonstra também uma redução no valor total das expropriações, menos 439\$130 reis, valor esse obtido através da aquisição de terrenos a preço mais favorável.

¹³³ Alteração da elevação da espessura da Bateria da Parede de 1,75 m para 2 m para assim poder receber o material 28 cm, com os chapuzes e cavilhões necessários para a sua instalação.

¹³⁴ Anexo n.º 35 - Alterações ao Projecto da Bateria da Parede.

A importância deste novo projecto de construção foi justificada não só através da redução de custos da mesma, como também através da implementação de diversos factores que iriam introduzir algum conforto e protecção aos operacionais aí de serviço. Ou seja, existiria uma maior protecção das galerias de acesso aos paíóis, a comunicação entre os mesmos passa a ser mais fácil ao contrário do que aconteceria anteriormente.

Os alojamentos projectados inicialmente nos traveses 3 e 5 foram transferidos para os pavilhões destinados para serviços, em tempo de paz, mas com melhores condições.¹³⁵

Em cumprimento do que foi determinado nas notas n.º 120 G de 26 de Janeiro e na nota n.º 201 G de 9 de Fevereiro de 1907,¹³⁶ Carlos Joyce Diniz enviou as alterações do novo projecto, bem como as respectivas diferenças orçamentais das despesas correspondentes às alterações a 18 Março do mesmo ano.

Após a aprovação deste novo projecto, a 22 de Maio de 1907, o Inspector informou o Chefe da 1.ª Secção da Inspecção das Fortificações e Obras Militares que face à urgência e rapidez nas expropriações dos terrenos, os mesmos poderiam ser adquiridos na sua totalidade por simples contratos de compra e venda. Este processo era em regra o mais favorável aos interesses da fazenda, sendo também o mais rápido. Porém, as expropriações só poderiam ser efectuadas pela forma indicada desde que não houvesse dúvidas quanto à legitimidade dos direitos dos proprietários bem como os preços praticados na aquisição dos mesmos.

As negociações ficaram a cargo do director da obra, o Capitão Dinis, que já tinha estabelecido contactos neste sentido com a maior parte dos proprietários.

A 6 Junho de 1907, o Director de Engenharia na nota n.º 434, autorizou que se empregasse o simples contrato de compra e venda proposto anteriormente, bem como aprovou a despesa de 2.267\$000 reis com a aquisição dos ditos terrenos constantes do mapa que fora remetido.

Apesar de terem existido vários projectos em 1904 e 1906, o projecto definitivo remonta a 1907.

¹³⁵ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 2, vol.1, Documento da Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, n.º 217, 8 Fevereiro de 1907. [em tratamento]

¹³⁶ Notas onde se menciona a necessidade de se elaborar um projecto onde os custos orçamentais se apresentem mais baixos que os iniciais. DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 1 e 2. [em tratamento]

Entre 1907 e 1910 o processo de construção da Bateria da Parede resumiu-se a pequenos contactos entre o Estado e os proprietários. Poucos foram os avanços nas negociações entre as duas partes envolvidas.

Ainda em 1910, 18 de Agosto, surge a premência de aumentar a área de expropriação necessária para a construção da bateria e do seu ramal. O novo orçamento, de 28 de Julho, determinou não só a expropriação de 7.396 m² de terreno para esta obra, bem como contemplou a construção de depósitos de grandes quantidades de rocha e terra provenientes do excesso das escavações da bateria. A verba necessária, de 200.000 reis foi disponibilizada por ordem do Coronel Inspector e comunicada ao Conselho Administrativo da Inspeção a 2 de Setembro.

A construção do ramal de acesso à bateria pretendia primeiramente ligar através de um ramal a estrada da Parede ao Murtal. Contudo, foi posteriormente alterado, uma vez que se verificou a necessidade de construir um quartel próximo deste local, ou seja 250 m entre a povoação e a bateria.

Neste novo projecto a estrada segue em direcção paralela à marginal indo estabelecer a ligação com a estrada da Parede – Murtal a cerca de 200 m das primeiras casas da povoação. Com a adaptação deste novo projecto verificou-se um aumento de despesa no valor de 2.172\$480 reis.

O Estado adquiriu com este segundo projecto mais 5.556 m² de terreno com o orçamento de despesa de 153\$720 reis o que corresponde à aquisição de terrenos ao preço médio de 27,6 reis por m².

Após a implantação da República, e a constituição do Governo Provisório, em 1911, retomou-se o tema da defesa da Capital e o processo de construção da Bateria da Parede. Prosseguiu-se com a aquisição de terrenos, efectuando-se em alguns casos contratos de compra e venda com os mesmos proprietários para a construção do ramal de acesso da bateria. Como refere na Nota de 21 de Julho da Secção da Inspeção das Fortificações e Obras Militares n.º 809 – N.¹³⁷ No mesmo documento descreve-se o contrato de aquisição da parcela n.º 3 com a área de 1.010 m² de sementeira por 101\$000 reis.

Um ano mais tarde, em Junho de 1912, houve novamente um reforço do orçamento inicial, reforço esse que pretendeu suprir os custos dos materiais utilizados e

¹³⁷DIE, *Processo da Bateria da Parede*, Cx.2, Vol.1. [em tratamento]

o pagamento dos operários. Este orçamento suplementar¹³⁸ surgiu porque o orçamento anterior, de 1 de Julho 1911, foi insuficiente para a conclusão da obra. Insuficiente devido ao aumento das despesas com as escavações correspondente ao rebaixamento de 0,50 m da linha de fogo da bateria para melhor satisfazer a indicação dada pela Comissão das Fortificações do Reino, e ao encarecimento do trabalho resultante da redução da carga horária, passagem para 8 horas diárias.

Nele não foram contemplados os custos das terraplanagens, das alvenarias, da carpintaria, das caiações e o trabalho de serralharia para fixação das pivotagens das peças 28 cm de S. Julião da Barra e do Bom Sucesso.¹³⁹ Estes trabalhos não constavam nesse orçamento porque houve uma alteração quanto às peças que armariam a Bateria da Parede, pois constatou-se que seria impossível recuperar as bocas-de-fogo dos Fortes do Bom Sucesso e de S. Julião da Barra.

Esta bateria passaria a ser artilhada com seis peças 15 cm CTR,¹⁴⁰ conforme o proposto na Carta da Secretaria de Guerra / Repartição do Gabinete n.º 909, enviada ao Director da Segunda Direcção Geral do Chefe da Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra e à Inspecção-Geral de Fortificações e Obras Militares.

No final desse ano, a Inspeção das Obras e Fortificações do CEL propôs que fosse decretada a servidão militar da respectiva bateria, nos termos da legislação em vigor e em harmonia com o art.º 32 da Carta de Lei de 24 Maio de 1902, tendo em conta o estado adiantado de construção da obra. Como tal propôs-se que fosse decretado que:

- A esplanada da bateria tivesse a largura de 40 m em sua volta, ficando sujeita ao determinado nos art.º 4 e 5 da Carta de Lei de 24 de Maio 1902;

- Ficaram sujeitos à servidão da terceira zona, constituindo um polígono reservado nos termos do art.º 32 da citada Carta de Lei os terrenos que, partindo do limite exterior da esplanada se estendessem pela frente até à linha de costa. Pela direita até ao alinhamento tirado do ângulo de espalda direito da bateria para o extremo interior da Praia da Boca do Asmo, pela esquerda, até ao alinhamento tirado do ângulo de

¹³⁸ Orçamento suplementar de 12.930\$00, sendo 3.500 para materiais e 9.430 para despesas com os trabalhadores.

¹³⁹ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 3, Nota da Inspeção das Fortificações de Lisboa, n.º 1012, 28 Junho de 1912. [em tratamento]

¹⁴⁰ Anexo n.º 36 – Características da Peça 15CTR *Krupp*.

espalda esquerdo da bateria formando com o alinhamento anterior um ângulo de 120°. ¹⁴¹

A necessidade de se estabelecer os perímetros da servidão prendeu-se com o facto de se verificar um aumento na construção imobiliária nesta zona costeira.

No início de 1913, foi enviado pelo Inspector das Obras e Fortificações do CEL ao Inspector-Geral das Fortificações e Obras Militares do Reino uma planta na escala 1/20000 aproveitando a carta dos arredores de Lisboa, publicada pela Direcção do Serviço de Estado Maior na qual se indica a crista da Bateria da Parede, onde se salienta os dois alinhamentos. ¹⁴²

Durante os primeiros meses desse ano efectuaram-se várias escrituras relativamente ao processo de expropriações de terrenos para a construção da serventia de acesso à bateria, bem como se estabeleceu a adjudicação do fornecimento de materiais. Esta era em muitos casos atribuída a empresas ou a particulares com quem já o Estado tivera anteriormente estabelecido um contacto. No entanto, todos eles foram celebrados tendo em conta a sua situação, ou seja, a situação mais vantajosa para o Estado, como refere a nota n.º 1525 da Inspecção dos Serviços Administrativos do CEL. Estas adjudicações efectuaram-se sem concurso público nos termos do art.º 1 da portaria de 14 Novembro 1911. Apenas se verificavam contratos entre ambas as partes.

As más condições de alojamento conjuntamente com o excesso de praças que se alojavam no quartel da Medrosa determinou, em Março de 1913, a necessidade de se construir um quartel junto da Bateria da Parede. ¹⁴³ O local escolhido para essa construção foi uma parcela de terreno junto à estrada em direcção ao Murtal. Nesse local, o quartel não ficaria exposto aos tiros dirigidos da bateria, nem muito afastado dela. Liga-se por um lado à bateria através de um ramal de estrada militar e por outro ao depósito de água da Companhia da Parede

A área pretendida seria de 7.515 m², sendo 1.480 m² ocupados pelos edificios, muro e vedação e os 6.035 m² para a parada. O edificio apresentava uma estrutura muito semelhante a outros quartéis do CEL:

¹⁴¹ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 3, Nota da Inspecção das Obras e Fortificações do CEL n.º 2236, 26 Dezembro de 1912. [em tratamento]

¹⁴² Anexo n.º 37 – Planta para delimitação da Zona da Servidão da Bateria da Parede.

¹⁴³ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 2, vol. II. [em tratamento]

Casernas – lado sul/norte – maior afastamento da entrada do quartel (80 praças)

Corpo de comando – lado direito da entrada (terreno mais elevado) voltado para a povoação da Parede e do mar.

Na sua construção foi aproveitada a pedra que ficou da construção da Bateria da Parede.

Para além da estrutura base da bateria e do quartel, o Coronel de Engenharia Gomes Teixeira, em Abril desse mesmo ano, informou que deveriam ser construídos dois observatórios contíguos, um para serviço da Bateria da Parede, outro para a Bateria de S. Gonçalo.

No final de 1913, urge a necessidade de se elaborar um novo orçamento,¹⁴⁴ que visasse a conclusão da Bateria da Parede. Nele constariam os trabalhos finais da obra, trabalhos de alvenaria, ferragens, pinturas, monta-cargas e instalações eléctricas. Estas eram alimentadas por um grupo electrogéneo (calculado para produzir corrente eléctrica para as instalações, e ainda para um projector). Este grupo, formado por um motor vertical a gasolina ligado directamente por um dínamo¹⁴⁵, de ampla voltagem, teria uma potência de 25 cavalos, podendo fornecer 140 amperes sob 110 volts. Deveria fornecer, de dia, a corrente para a iluminação dos paióis, o serviço de elevadores e o carregamento da bateria de acumuladores¹⁴⁶; e de noite o projector.

A 31 de Dezembro de 1913, a obra de construção da Bateria da Parede e o ramal de serventia ficou concluída, não tendo ficado qualquer saldo, como salienta o Inspector das Obras e Fortificações do CEL em nota ao Inspector-Geral das Fortificações Obras Militares.¹⁴⁷

A bateria foi construída com a autorização na totalidade de quatro orçamentos com a importância final de 81.430\$000 reis.

Após a conclusão da construção da bateria procedeu-se rapidamente ao assentamento e montagem do material 15 CTR *Krupp*. Apesar dessa tarefa ter sido efectuada pelos operários do arsenal do exército, as despesas provocadas pelas mesmas não foram

¹⁴⁴ Orçamento datado de 26 de Setembro de 1913, no valor de 17.659\$000, 12.100\$000 para materiais e o restante para jornaes. Cf. DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 3, vol. 1. [em tratamento]

¹⁴⁵ Dínamo - Gerador eléctrico.

¹⁴⁶ Bateria de acumuladores – Calculada para ter a capacidade suficiente para alimentar a iluminação eléctrica durante 10 horas e, fornecer corrente ao monta-cargas, considerando-se que estes subam e desçam 100 vezes durante 10 horas.

¹⁴⁷ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 3, vol. 1. [em tratamento]

suportadas pelas verbas do arsenal, foram integradas nas despesas da bateria uma vez que já tinham sido previstas no orçamento anterior.¹⁴⁸

Durante o ano de 1914, foram disponibilizadas por diversas vezes quantidades de dinheiro para a conclusão da Bateria da Parede, segundo sempre o orçamento de 26 de Setembro 1913.

No final de Março do ano seguinte, foram adquiridos 7.515 m² ¹⁴⁹ para a construção do quartel para a guarnição da Bateria da Parede. Porém, a verba que se encontrava disponível, 2.301\$000, mostrava-se insuficiente para a aquisição dos terrenos ou mesmo para a construção dos equipamentos complementares necessários. Como tal, foi transferida para ser aplicada na construção da Bateria do Carrascal. Face a esta transferência monetária, a obra foi interrompida como demonstra a nota n.º 754 de 23 de Abril de 1915 do Inspector ao Inspector-Geral das Fortificações e Obras Militares, *“Interrupção das obras em virtude do exposto na nota n.º 582 de 31 Março findo, que motivou a transformação da quantia autorizada para essa obra e ainda disponível para a obra de conclusão da Bateria do Carrascal como consta da nota n.º 637 K de 14 corrente.”*¹⁵⁰

Contudo, a continuação da construção apenas foi retomada no final desse ano, após a autorização do Conselho Administrativo do Governo do CEL para concessão de uma nova verba. Esta, no valor de 1.110\$00, destinava-se à continuação da obra da construção da Bateria da Parede e o ramal de serventia, segundo o orçamento de 26 de Setembro de 1913 que acompanhou a nota dessa secção n.º 56 da mesma data.¹⁵¹

Com o início da I Grande Guerra, Portugal encontrava-se numa posição difícil face às políticas externas, sobretudo no que se refere à Aliança Luso-Britânica. Chefiado por Bernardino Machado, o governo tentava uma reconciliação nacional procurando dar especial atenção ao país e às suas colónias.¹⁵²

¹⁴⁸ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 3, Nota n.º 499 da Inspeção das Obras e Fortificações do CEL, 20 Janeiro de 1913. [em tratamento]

¹⁴⁹ Expropriação dos terrenos (Virgínia Braga de Oliveira (414,36 m²), Joaquim Pereira Roque (36,54 m²), Eugénio de Carvalho e Silva (11,25 m²) num total de 462,15 m². DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 4, [em tratamento]

¹⁵⁰ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 3. [em tratamento]

¹⁵¹ *Idem, Ibidem*

¹⁵² Em 1914 as colónias de Angola e Moçambique eram alvo de frequentes ataques por parte das tropas alemãs. Neste sentido, organizou-se, nesse ano uma expedição militar com destino a estas duas colónias visando a defesa das nossas fronteiras.

Em 1915, enquanto a Europa fervilhava em conflitos, Portugal discutia a sua posição face à política seguida anteriormente por Afonso Costa de “empurrar” o país para a guerra. O então Presidente da República, Manuel de Arriaga compreendia a posição defendida pelos democratas, pois o país encontrava-se com fracos recursos e necessitava de forma absoluta do apoio da sua velha aliada, não só politicamente e diplomaticamente mas também economicamente e militarmente. Estes apoios eram fundamentais para Portugal poder manter as suas colónias africanas. Para além disso, a recente instaurada República necessitava de marcar presença e alcançar algum prestígio nas nações europeias.

O ano 1916 foi um ano marcante para a política externa portuguesa. Em nome da velha aliança, o Governo Português recebeu um pedido do Governo Britânico, a requisição urgente de todos os barcos inimigos estacionados em portos portugueses para serem, posteriormente, colocados ao serviço da causa comum luso-britânica. Portugal acatou o pedido inglês e apreendeu todos os navios mercantes alemães fundeados nos seus portos, o que levou a Alemanha a declarar guerra ao nosso país.

Portugal deixara a sua posição de neutralidade, e a pedido dos ingleses (15 de Junho de 1916) entra formalmente como parte activa nas operações militares dos aliados.

Com a entrada de Portugal na guerra, o Corpo Expedicionário Português (CEP), constituído na sua maioria por homens pouco preparados militarmente, partiu para França (*La Lys*)¹⁵³ com o objectivo de engrossar as trincheiras aliadas e guarnecer as baterias de artilharia. Estes militares, artilheiros de costa na sua maioria, não estavam habituados a situações extremas de guerra, nem tão pouco às condições adversas que encontraram. Com o aumento do número de militares que partiam para o conflito, os militares existentes nas baterias de costa eram muito reduzidos ou em alguns casos mesmo nulos.

A excessiva “leva” de militares para o conflito provocou um abandono nas baterias de costa durante os anos da guerra e condicionou a existência dos mesmos nos

¹⁵³ Batalha de *La Lys* – Batalha travada na região da Flandres, durante a Primeira Guerra Mundial, entre as forças da Alemanha e do Império Austro-Húngaro, por um lado, e a coligação de países constituída pela Inglaterra, a França e Portugal, por outro. A batalha decorreu em 9 de Abril de 1918 e as forças portuguesas do Corpo Expedicionário Português assumiram um papel importante na conquista deste confronto.

anos seguintes, uma vez que muitos foram os militares que faleceram durante as batalhas.

Entre 1917 – 1926, o país sofreu conturbadas manifestações sociais e políticas que condicionaram a continuação dos trabalhos nas diversas fortificações na Barra do Tejo.

No processo da Bateria da Parede verificou-se apenas a regularização do processo das expropriações,¹⁵⁴ e a elaboração de um novo orçamento, no valor de 146\$00 escudos para obras de caiação e pinturas na mesma.¹⁵⁵

A situação económica e social do país agravara-se. Na actuação do CEP houve milhares de baixas de soldados portugueses; o desemprego aumentou; os preços subiram; faltavam alimentos e o país encontrava-se mais endividado do que antes.

A instabilidade política e a grave situação social e económica conduziram a um descontentamento generalizado que se manifestara em tumultos incontornáveis, em greves e em revoltas que amedrontavam as classes médias urbanas. A tudo isto, as forças da ordem respondiam com sobredimensionados bastantes fortes, inadequados à situação em que se vivia. Começou a ganhar força a ideia de que era preciso impor estabilidade social, culpando o regime existente.

A I Guerra Mundial representou um avanço tecnológico na área militar. Poder-se-á afirmar que neste conflito verificou-se uma mistura da tecnologia do século XX com tácticas do século XIX. Uma vez que ao nível táctico poucas foram as alterações efectuadas. Os aviões foram utilizados pela primeira vez com fins militares durante a I Guerra Mundial. Inicialmente, as suas missões consistiam essencialmente no reconhecimento, contudo rapidamente se expandiram para ataque ar-terra e actividades ar-ar. Foram desenvolvidos bombardeiros estratégicos principalmente pelos alemães e pelos britânicos, já tendo os alemães utilizado zeppelins para bombardeamento aéreo. A guerra química e o bombardeamento aéreo

¹⁵⁴ São enviadas os adjuntos dos trabalhos de escrituras publicadas de compra de terrenos para a compra e venda para a construção da Bateria da Parede, tendo apensos os respectivos certificados de registo na conservatória transladados. Cf. DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 7, Nota n.º 809 – N, de 12 Agosto de 1913. [em tratamento]

¹⁵⁵ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 3. [em tratamento]

foram utilizados pela primeira vez em massa, embora ambos tenham sido considerados ilegais após a Convenção *Hague*¹⁵⁶ de 1907.

II.2 - Plano *Barron*¹⁵⁷

As primeiras décadas do século XX foram marcadas quer em Portugal, quer no resto da Europa por fortes contestações políticas¹⁵⁸ e económicas que conduziram ao surgimento de uma nova guerra mundial.

Portugal, no final da década de 30, era um país marcadamente governado por uma ditadura militar. Fechado como uma concha, o país de Salazar não progredia, não inovava, não se desenvolvia; apenas se mantinha longe dos grandes sobressaltos e conflitos que se iniciavam nessa década numa Europa a “ferro e fogo”.¹⁵⁹

Exercendo uma política de neutralidade cooperante com as duas partes em conflito na II Guerra Mundial, o regime salazarista desde muito cedo, tentou tirar partido da situação que se vivia na Europa. Consciente da sua posição, o estado português não iria repetir o sucedido na anterior I Grande Guerra, combatendo ao lado da sua aliada Inglaterra, uma vez que a situação actual era diferente da ocorrida em 1914.

A posição estratégica de Portugal, nomeadamente de Lisboa, cada vez mais despertava interesses por parte da Alemanha.

¹⁵⁶ Convenção *Hague* (1907) - tratado que estabelecia os regulamentos para o começo das hostilidades e da conduta dos beligerantes (tropas, combatentes) e poderes, bem como o uso de determinados tipos de armas na guerra.

¹⁵⁷ Plano *Barron* – Plano de defesa da Barra de Lisboa e de Setúbal elaborado pelo Major-General F. W. *Barron* durante o período da II Guerra Mundial. Anexo n.º 38 – Baterias de Costa - Plano *Barron*. Anexo n.º 39 – Mapa da Organização dos Grupos das Baterias do Plano *Barron*

¹⁵⁸ Pela Europa proliferavam no poder, governos fascistas. Em Itália, Benito Mussolini, líder do partido fascista, induziu o rei Vítor Manuel II a entregar-lhe o poder. Na Alemanha, o partido Nazi ganhou as eleições elegendo *Adolf Hitler* como chanceler. Em Espanha, inicia-se a Guerra Civil Espanhola, que durará quase 3 anos, onde militares de direita liderados por Franco tentam derrubar a República.

¹⁵⁹ Desde 1933 a Europa sofrera sucessivas violações ao Tratado de Versalhes (documento que em 1919, redesenhara o mundo após a I Guerra Mundial) praticadas por *Adolf Hitler*, tendo estas culminado nos acontecimentos ocorridos em 1939, anexação da Áustria.

Na década de 30 tornara-se necessário estabelecer novos meios de defesa costeira, uma vez que o CEL tornara-se ineficaz na defesa da Capital. Em 1933, esta vã defesa é denunciada por Elias da Costa, que considerava-a inútil, pois os meios de defesa encontravam-se inseridos na multiplicação de novos e populosos bairros, junto à orla da cidade, e o seu armamento achava-se obsoleto. Era necessário reorganizar a nossa defesa, baseada não numa linha contínua ao longo da nossa costa mas em pontos estratégicos, mais sensíveis e alvo de possíveis ataques. Neste período salienta-se a importância de estabelecer diversos elementos de defesa local interligados entre si; a edificação de fortificações em posições estratégicas, a elaboração de uma defesa submarina através da aplicação de minas e meios de embargo, a aplicação de diversas forças em conjunto, aéreas e submarinas e a sua articulação com um exército de campanha. Era necessário reelaborar a defesa de Lisboa com base no princípio geral “(...) *de que melhor se defende atacando*”¹⁶⁰.

A defesa de Lisboa e do seu porto manifestava-se deficiente e inútil face aos avanços da artilharia, nomeadamente da artilharia dos navios de guerra contemporâneos. As suas fortificações a céu aberto e sem qualquer tipo de camuflagem tornaram-se rapidamente alvos fáceis para o bombardeamento aéreo. O plano de defesa costeira do porto de Lisboa necessitava de uma reavaliação quanto aos métodos e sistemas existentes. Era necessário construir meios de defesa capazes de travar o ataque do inimigo, quer por mar, quer por terra ou ar.

Durante o ano de 1939,¹⁶¹ na tentativa de desenvolver uma defesa mais eficaz, o governo salazarista procurou através da constituição de uma comissão militar de técnicos britânicos e portugueses elaborar levantamentos de defesa do porto de Lisboa, não só contra navios ligeiros, mas também contra submarinos caso estes tivessem conseguido iludir as defesas do porto existentes.

A estes técnicos coube avaliar a defesa do porto de Lisboa e Setúbal, novas localizações de baterias de costa e antiaérea, os materiais existentes, as alterações necessárias a adaptar nas fortificações actuais, bem como a elaboração de uma defesa interior do porto através da aplicação de redes de minas fixas.

O relatório do dispositivo da defesa de costa, designado por Plano *Barron* (Plano B), foi elaborado pelo Major-General F. W. *Barron* (*Inspector of Fixed Defences*)

¹⁶⁰ Tenente-Coronel Berger, *Op. cit.* p. 6

¹⁶¹ AHM, fundo 6, série 9, cx. 24, n.º 1, Ministério da Marinha, 1939.

apoiado pelo comandante F. H. *Vaughan*, e estabelecido a partir da fixação de zonas vulneráveis da região de Lisboa (cidade, fundeadouro, Alfeite, Barreiro....) e de Setúbal (cidade e fundeadouro), uma vez que tais zonas poderiam ser batidas pelo fogo de peças dos cruzadores.

A Comissão de Defesa do Porto de Lisboa, conjuntamente com peritos ingleses organizou os possíveis meios de defesa a partir do exterior da Barra do Tejo para o seu interior. Neste sentido, consideraram importante a construção dos seguintes obstáculos:

1. Campos de minas independentes, localizados na barra norte entre S. Julião e Cascais;
2. Indicadores de passagem de submarinos (Indicador *Loup System*)¹⁶²;
3. Barragem de minas – estudadas especialmente tendo em atenção a hidrografia do rio Tejo
4. Barragem de redes metálicas, que não sendo por si só um obstáculo de defesa, eram, no entanto indicadores. Estas redes quando batidas pelo fogo eram um obstáculo extremamente eficiente.
5. Barragem de madeira – elaborada especialmente contra as vedetas-torpedeiras

O plano visava ainda a elaboração de um conjunto de baterias e órgãos anexos necessários para a defesa dos dois portos (Lisboa e Setúbal). Neste sentido, foram então traçados arcos, tendo como centro o ponto médio daquelas zonas, e com o raio equivalente ao alcance máximo do “arco de bombardeamento”. Estabeleceram-se as condições de ataque, tendo em conta a linha perigosa do referido arco, designando-se a necessidade de dois tipos de defesa: contra-bombardeamento e defesa próxima.

A estes dois tipos de defesa seriam atribuídos diferentes locais, bem como diferentes tipos de artilharia.

O autor do plano considerou que o primeiro tipo de defesa fosse executado por duas baterias pesadas de 9"2 (23,4 cm *Vickers*) com o alcance de 36 km, localizadas junto à povoação de Alcabideche e próximo do marco trigonométrico da Raposa (Fonte

¹⁶² Processo que reside no facto de se originar uma perturbação na corrente eléctrica dum condutor quando do mesmo se aproxima qualquer coisa metálica.

da Telha), e o segundo com a construção de duas baterias de calibre médio 6" (15,2 cm) localizadas na Parede e no Outão com o alcance máximo de 22 km.

Para além das referidas baterias, o mesmo plano apresentou a necessidade de se construir mais baterias de defesa próxima nos dois portos, nomeadamente, no Reduto de Gomes Freire, na Laje e Raposeira (no porto de Lisboa), e Albarquel (no porto de Setúbal). Esta última seria guarnecida com antigas peças *Krupp* 15/40 CTR. Previa ainda, uma peça *Krupp* 15/40 CTR para a Praia da Figueirinha, a fim de eliminar o ângulo morto de uma área considerável, obtido com a Bateria do Outão.

Todas estas baterias colaboravam entre si na fiscalização e controlo de todos os navios que pretendessem entrar nos dois portos.

Este plano era ainda completado pelo estabelecimento de um conjunto de seis peças geminadas de 5,7 cm, localizadas no antigo Forte do Bom Sucesso, no Lazareto, em Corralinhos e no Sanatório do Outão, contra as lanchas torpedeiras que pretendessem forçar o Tejo para além da linha Torre de Belém – Lazareto e no Sado na linha da Fábrica de Cimento “Secil” – Tróia.

Para realizar as missões de contra-bombardeamento foram estabelecidas duas redes gerais de telemetria e observação (RGTO), uma a norte do Tejo e outra a sul, constituídas por dois postos de observação e duas centrais eléctricas, com o objectivo de fornecer constantemente às centrais de tiro das baterias, os elementos de telemetria e observação dos portos de chegada, permitindo bater o alvo.

Durante a noite, as baterias de defesa estavam dotadas com projectores destinados a iluminar e pesquisar os objectivos, organizando um sistema de projectores de descoberta, com uma divisão no Cabo Raso, e outra na Fonte da Telha.

Em suma, a execução do dispositivo do Plano *Barron* exigiria não só a edificação de novas fortificações, como também de outras construções a elas associadas (postos de comando, de observação, quartéis, abrigos para projectores, e outros equipamentos e toda uma rede de transmissões através de cabos enterrados ou submarinos). Para além destas, foram ainda realizadas alterações de remodelação em algumas das fortificações existentes que assim passariam a estar inseridas no referido plano.

Este relatório de defesa de costa, foi entregue em 28 de Julho de 1939, tendo sido aprovado em Setembro seguinte. Após a sua aprovação o Governo Português

solicitou o apoio do Governo Britânico, designadamente na facilitação das encomendas de armamento necessárias para a defesa da Capital.¹⁶³

Em Novembro, a Missão Portuguesa, chefiada pelo Coronel do Estado-Maior Barros Rodrigues, realizou um sem número de diligências, em Inglaterra, para a aquisição do referido armamento, bem como iniciou as negociações para a compra de artilharia antiaérea de 9,4 cm. Porém, numa dessas diligências o plano terá sido revisto pelo Major-General K. M. *Loch*, Director da Defesa Antiaérea e de Costa no *War Office*, em Londres.

A implementação do mencionado plano desenvolver-se-ia de acordo com os estudos operados anteriormente e com a nova organização da localização do dispositivo de costa. Este novo dispositivo organizar-se-ia da seguinte forma: um Comando de Defesa de Costa (CDC), uma zona de contra-bombardeamento constituída por dois grupos de artilharia de costa e com duas redes de telemetria e observação (RGTO), e duas zonas de defesa próxima (incluía dois grupos de artilharia de defesa próxima, duas unidades de defesa contra pequenas unidades navais, duas zonas iluminadas, duas zonas de projectores de descoberta, uma faixa de minas e uma barreira no rio para protecção interior do porto).

O primeiro, Comando de Defesa de Costa, com o posto na defesa marítima de Lisboa situado no Puxa-Feixe seria constituído pelo grupo de contra-bombardeamento norte e o grupo de contra-bombardeamento sul, ambos coordenados na sua função de defesa, no cruzamento de fogos.

O Grupo de contra-bombardeamento norte deveria ser constituído por:

- Um Posto de Comando (PC), situado na Quinta da Marinha em Cascais,
- 1.^a Bateria, em Alcabideche, guarnecida com três peças de 23,4 cm (*Vickers*), e um posto de observação em Alcabideche;
- 2.^a Bateria, na Parede, guarnecida com três peças 15,2 cm (*Vickers*), e um posto de observação em Rana;
- Uma Rede Geral de Telemetria e Observação norte, com central de observação em Alcabideche e postos de observação em Pianos, Roca, Cidreira e Puxa-feixe.

¹⁶³ Tenente-Coronel Berger, *Op. cit.* p. 9.

Por sua vez, o Grupo de contra-bombardeamento sul deveria ser criado e constituído também com mesmas características, ou seja por:

- Um Posto de Comando (PC), situado agora no Cabo Espichel e que não fora completamente instalado,
- 6.^a Bateria, na Raposa (Fonte da Telha), guarnecida com três peças de 23,4 cm (*Vickers*), e um posto de observação na Fonte da Telha;
- 7.^a Bateria, no Outão, guarnecida com três peças 15,2 cm (*Vickers*), e um posto de observação junto ao Castelo de S. Filipe em Setúbal;
- Uma Rede Geral de Telemetria e Observação sul, com central de observação na Raposa e postos de observação em Pinhal, Espichel e Picoto.

No que diz respeito ao Grupo de defesa próxima, este seria constituído por:

- Um posto de Comando, no Reduto Velho de Oeiras;
- 2.^a Bateria, na Parede, destinada à fiscalização entre o sector do Monte Estoril – Carcavelos, artilhada com peças 15,2 cm (*Vickers*), e com três projectores de iluminação;
- Bateria Gomes Freire (Oeiras), guarnecida com três peças 15 cm CTR (*Krupp*), e dois projectores de iluminação para o sector Carcavelos-Oeiras;
- 3.^a Bateria, na Laje (Oeiras), guarnecida com três peças 15 cm CTR (*Krupp*) e dois projectores de iluminação para o sector Oeiras – Paço d’Arcos;
- 5.^a Bateria, na Raposeira (Trafaria), guarnecida com três peças 15 cm CTR (*Krupp*) e dois projectores de iluminação para o sector Paço d’Arcos - Algés;
- 4.^a Bateria, constituída pela Divisão do Bom Sucesso (Pedrouços) artilhada com duas peças duplas de 5,7 cm CTR, e cinco projectores de iluminação; e pela divisão do Lazareto (Porto Brandão) guarnecida com duas peças duplas iguais à divisão anterior, e três projectores de iluminação, os quais acabariam por não ser instalados. Ambas as divisões estavam integradas na área iluminada do Tejo, BOOM, e pretendia efectuar a defesa contra pequenas unidades que conseguissem passar a Barra do Tejo.

Esta zona iluminada seria ainda constituída por um posto de observação, instalado no Bom Sucesso, comando do BOOM, e central de comando dos oito projectores.

- Duas divisões de projectores de descoberta, uma no Cabo Raso, e outra na Fonte da Telha. Seriam organizadas com dois projectores de pesquisa cada e o seu respectivo posto de comando. No entanto, ambas acabariam por não ser instaladas.

- Faixa de torpedos fixos e minas, instaladas na zona de Oeiras, não permitiriam a entrada na barra entre o Forte das Maias e a Torre do Bugio;

- Barreira de correntes e redes metálicas colocadas à entrada do porto de forma a controlar o acesso de entrada do mesmo, com posto de observação e comando de sua defesa.

- Ancoradouros de fiscalização: externa (sector entre a Baía de Cascais e S. Pedro do Estoril), interna (sector desde a margem sul do porto, Bugio, Paço d'Arços e Cruz Quebrada).

O Grupo de defesa próxima do estuário do Sado seria constituído por:

- Um posto de Comando, no Castelo de S. Filipe, Setúbal;

- 7.^a Bateria, no Outão, destinada à fiscalização entre o sector da Barra do Sado – Tróia, seria guarnecida com peças 15,2 cm (*Vickers*) e com dois projectores de iluminação;

- 8.^a Bateria, em Albarquel, guarnecida com três peças 15 cm CTR (*Krupp*), e dois projectores de iluminação, iluminando a entrada da Barra de Setúbal até Tróia;

- Uma peça isolada de 15 cm CTR, instalada junto à Praia da Figueirinha para colmatar o ângulo morto provocado pela Bateria anterior, mas que acabaria por não ser instalada.

- Baterias de defesa contra pequenas unidades: Divisão do Sanatório e a Divisão na Rasca, ambas organizadas por duas peças cada de 5,7 cm e por três projectores. Contudo, os órgãos destas divisões acabariam por não ser instalados o que provocaria a inexistência de uma zona iluminada no Sado.

- Fundeadouro no estuário do Sado, frente a Setúbal.

Paralelamente a tudo isto o referido plano previa ainda, uma componente de radar na Rede Geral de Telemetria e Observação. No entanto, esta acabaria por não ser instalada face aos graves problemas económicos do país. Este controlo passaria a ser efectuado por meios navais e aéreos, que durante o dia forneceriam informações sobre possíveis aproximações de esquadras inimigas, facultando as coordenadas das posições dos alvos, a cooperação na correcção do tiro e estabelecendo ligações com os diversos postos de comando das baterias. Relativamente, à defesa antiaérea das baterias na Barra de Lisboa, esta estaria beneficiada pela protecção de defesa aérea da própria capital.

Este dispositivo estaria organizado por catorze baterias fixas com cinquenta e seis peças antiaéreas de 9,4 cm e setenta e quatro projectores. A defesa das baterias marítimas seria ainda equipada por peças móveis de 4 cm que seriam provisoriamente colocadas em diversas baterias (n.º 15, na Pampilheira (Cascais); n.º 16, São Gonçalo (Oeiras); n.º 17, na Chibata (este da Costa da Caparica).

Os novos acontecimentos da II Guerra Mundial em 1940 colocaram a neutralidade de Portugal numa situação de ameaça. Com a queda de França, a Alemanha passa a dispor de grande possibilidade de ocupar não só o norte de África, como também a Península Ibérica e as Ilhas Atlânticas e assim dominar o mediterrâneo. Por esta altura a nossa velha aliada já não se encontrava em condições de defender as nossas fronteiras face à possibilidade de um possível ataque Alemão. No entanto, ser-lhe-ia favorável a posição de neutralidade do país, e nesse âmbito efectuou importantes concessões, nomeadamente, no fornecimento económico e militar.

Posto de parte o risco de uma possível invasão do país, e com o desenvolvimento da situação internacional, os Açores revelar-se-iam uma posição com grande valor estratégico para a Alemanha e aliados. Aliciado por ambas as partes, o governo salazarista conseguiu durante a primeira parte do conflito mundial gerir a sua posição de neutralidade, uma vez que mantinha interesses com ambas as partes do conflito.

Contudo, só em Agosto de 1943, estabeleceria um acordo com Inglaterra tendo sido instalado naquele arquipélago uma base britânica. Com o referido acordo a nossa defesa de costa recebeu peças modernas de 23,4 cm, 15,2 cm e 5,7 cm; bem como predictores, telémetros, projectores e material para os torpedos fixos (minas).

Entre finais de 1941 – 1944, a execução do Plano *Barron* foi praticamente abandonada, tendo sido retomada neste último ano.

Em 1946-47, um grupo de nove oficiais que constituíam a missão de artilharia terá frequentado um curso de artilharia de costa em Inglaterra, no *Coast Artillery School*, onde terão adquirido conhecimentos sobre os mais modernos equipamentos e materiais de defesa, exigidos para uma defesa eficiente e com os quais se pretendia guarnecer de peças a costa portuguesa.

II.2.1- Bateria da Parede do Plano Barron (1941)

II.2.1.1 – Localização táctica

Localizada na mesma posição da antiga bateria de 6 peças 15/40 CTR (*Krupp*) a Bateria da Parede, agora guarnecida com três peças 15,2 cm (*Vickers*), desempenhou um papel importante na defesa do porto de Lisboa, nomeadamente em missões de contra-bombardeamento, defesa próxima e fiscalização (exame de todos os navios que demandavam o porto de Lisboa) com a colaboração das Baterias da Raposeira, Laje e Gomes Freire.

A escolha do local para a sua instalação não foi aleatória, uma vez que o mesmo ainda possuía as mesmas características pelas quais ali fora instalada a anterior bateria.

A proximidade à Baía de Cascais com as suas características quer de porto de pesca, quer como porto de abrigo propício a ataques navais, facto já descrito ao longo do trabalho, exige uma atenção especial no que respeita a acções de defesa de costa.

A importância estratégica que esta Baía representa, e o seu valor patrimonial mormente no que respeita às características militares que se tinham afirmado ao longo da história, do que são facto evidentes as fortificações marítimas e construções abaluartadas que circundam a referida Baía, concedem-lhe uma importância que deve ser considerada pelas nossas forças como um alvo a defender de qualquer ataque naval.

A Bateria da Parede construída numa cota que a protegia de possíveis ataques vindos do mar, e tendo em atenção que possuía grande comandamento sobre as zonas de tiro e áreas de observação para artilharia, fazendo parte do Campo Entrincheirado de Lisboa, apresentava-se com óptimas condições para cumprir uma missão de defesa do

porto, baseada nas suas características táticas e operacionais que lhe permitiam mais facilmente a sua adaptação ao material inglês. Assim, o aproveitamento das instalações existentes quer para as plataformas das peças e seus órgãos anexos, quer para os órgãos complementares da bateria tornaram-se importantes na escolha deste local, uma vez que o país sofria graves problemas económicos e tendo em atenção que os estudos realizados com a finalidade de implementar uma bateria de artilharia se encontravam já desenvolvidos e com grande adaptação àquele local.

Esta posição tornava-se extremamente importante do ponto de vista tático, tendo em atenção que as suas características físicas possibilitavam a instalação de uma peça, avançada em relação à linha de tiro, de maneira a bater com fogos toda a Baía de Cascais, permitindo assim otimizar o seu cumprimento de missão. A posição referida concedia a esta bateria características únicas do ponto de vista de missão de tiro, tal facto só era possível porque como já referimos anteriormente a localização era numa cota extremamente elevada.

II.2.1.2 – Processo de adaptação da Bateria ao material inglês

Inserida no Plano *Barron*, a Bateria da Parede viria a ser alvo de alargados estudos de modernização e adaptação ao material inglês logo em 1941.

Ainda durante esse ano desenvolveram-se diversas actividades nos diversos organismos competentes, Direcção da Arma de Artilharia (DAA) e Direcção da Arma de Engenharia (DAE) no âmbito da defesa costeira de Lisboa.

A DAA, entre Maio e Julho, efectuou o reconhecimento das posições indicadas no Plano *Barron*, tanto no que diz respeito à instalação das baterias como dos postos de comando e postos de observação, tendo-se considerado concluído este trabalho preliminar em 4 de Agosto desse mesmo ano.

O primeiro relatório secreto sobre a Bateria da Parede, que se tenha conhecimento, foi entregue a 12 Maio 1941 na DAA. Descrevia o estudo inicial onde se verificavam as modificações e adaptações da referida bateria ao material de 6" *Vickers*. Nesse Relatório estavam apresentadas as alterações necessárias, segundo os critérios da

DAA, para a tornar apta a ser incluída no Plano *Barron* para defesa do porto de Lisboa. As condições colocadas por esta direcção foram as seguintes:

- Não haver órgãos salientes, acima do terreno natural;
- A existência de elevador de munições a abrir tanto quanto possível junto das plataformas;
- A comunicação enterrada a ligar as três plataformas.

O ante-projecto foi elaborado pelo Capitão de Engenharia Joaquim António Rodrigues de Oliveira Júnior.

A 30 Maio 1941 o ante-projecto sofrera novas alterações, agora com a colaboração do Tenente de Engenharia, Jorge Luiz *Tedeschi* Seabra, o que incitou à elaboração de um segundo relatório (13 Junho 1941), não só com vista a satisfazer as condições anteriormente mencionadas, como também a salientar a necessidade de outros órgãos anexos que a bateria deveria comportar (posto de observação diurno e nocturno, oficina para a bateria e depósito de tintas) e para ao quais ainda não se conheciam o tipo de localização. Contava ainda com o aproveitamento da central eléctrica existente e com a central de tiro da bateria, bem como com o paiol da terceira peça da bateria do CEL.

Em Julho de 1941, foi entregue, por forma a complementar os relatórios anteriores, uma relação de estimativas para os diferentes trabalhos a executar. Nela constava os trabalhos de construção civil para a modificação e adaptação da bateria no valor de 5.421.000\$00.

Entre 1941 e 1944, a implementação do Plano *Barron*, bem como a adaptação da Bateria da Parede sofreu uma interrupção devido ao desenvolvimento dos acontecimentos da II Guerra Mundial.

Retomada a execução deste plano em 1944, em Setembro desse mesmo ano proceder-se-ia ao levantamento das zonas destinadas à construção das Baterias da Raposa, Outão, Parede e Alcabideche, por ordem do então Gabinete do Ministério da Guerra.¹⁶⁴

¹⁶⁴ AHM, fundo 6/D, série 20, cx 35; n.º 6, 1944, *Plano Barron*, processo 5 e 6.

Nesta mesma data a Missão de Artilharia de Costa numa primeira conferência com a Missão Inglesa concluiria, de comum acordo, que face à sua urgência a Bateria da Parede seria a primeira bateria a ser alvo de estudos. Assim sendo, ainda nesse mês a Missão Inglesa enviaria a aprovação superior, o seu relatório n.º 1 – Bateria da Parede. Nele se expunha concretamente as obras a realizar, tendo em consideração os estudos anteriormente realizados pela DAE.

A 19 Setembro e segundo o que fora determinado anteriormente, foi elaborado um ante-projecto, constituído por uma memória descritiva das obras, numa estimativa correspondente a 6 desenhos/plantas da Bateria, e enviado à DAA. A memória descritiva não só indicava as alterações necessárias à adaptação da bateria ao material inglês, como também referia a implementação de novos equipamentos; postos de observação diurnos e nocturnos, um edifício destinado às oficinas e um depósito de tintas e óleos. Salientava ainda, o aproveitamento da central eléctrica da Bateria do CEL, bem como o paiol da peça n.º 3 para a central de tiro. Estimava-se que todos estes trabalhos teriam um valor aproximado de 7.100.000\$00 escudos.

No entanto, como não estavam definidos os locais, orientações, alturas dos PO, bem como o seu número, localização e orientação dos projectores, foram solicitados estes elementos à DAA, aguardando a Missão Inglesa elemento para a elaboração desse estudo no Plano *Barron*.

No final do 1944¹⁶⁵ iniciaram-se os estudos baseados no que fora anteriormente mencionado, sendo posteriormente suspensos face à existência de novas concepções sobre a protecção dos órgãos à prova, aguardando-se do *War Office* os desenhos correspondentes àquelas concepções

Durante o segundo trimestre do ano seguinte, 1945, os trabalhos de estudo do ante-projecto das obras que constituiriam o Plano *Barron* encontravam-se quase ultimados, apenas faltavam os aspectos relacionados com a implementação das baterias 9"2 (polegadas), uma vez que se esperava ainda a chegada dos respectivos desenhos de Inglaterra, com as novas concepções sobre as protecções dos órgãos à prova.

Seguiram-se os estudos de pormenor de todos os elementos sobre a Bateria da Parede, por parte da DAE que conjuntamente com a DAA tinha cooperado com a

¹⁶⁵ 5 Dezembro 1944

Missão Inglesa na organização de relatórios sobre o estudo das baterias e seus acessos. Esta cooperação foi feita por intermédio do Capitão de Engenharia Oliveira Júnior.

Neste sentido, após a chegada da Missão Inglesa foram elaborados, no que diz respeito à Bateria da Parede:¹⁶⁶

- Uma planta conjunto à escala 1/500,¹⁶⁷
- Uma planta ao nível das plataformas à escala 1/200,¹⁶⁸
- Uma planta ao nível da comunicação enterrada à escala 1/200¹⁶⁹
- Pormenor da central de tiro da Bateria à escala 1/50.
- Todos os estudos referentes às outras instalações da bateria, que se encontravam suspensas aguardando os desenhos do *War Office*.

A elaboração de um orçamento descritivo para a adaptação da bateria ao Plano *Barron* tornar-se-ia difícil, neste período, uma vez que se desconhecia no momento as verbas respeitantes à camuflagem e a outros materiais que teriam de ser adquiridos no mercado inglês. Porém, elaborou-se um orçamento, estimado de acordo com o despacho de 28-4-45,¹⁷⁰ que serviria de base às obras, para os trabalhos no âmbito do projecto de construção civil, no valor de 11.000.000\$00.¹⁷¹

Devido à impossibilidade de se fixar as espessuras para o betão das coberturas das paredes dos órgãos da bateria, bem como a natureza e constituição das armaduras com que havia de ser reforçado o tal betão, este projecto não foi o projecto definitivo da bateria. Acentua-se a necessidade de uma deslocação do oficial de engenharia, que acompanhara desde o início (1941) a implementação do Plano *Barron*, a Inglaterra, para atestar os seus conhecimentos nesta matéria. Esta seria uma oportunidade única para o esclarecimento de qualquer dúvida que pudesse surgir e traria resultados e benefícios apreciáveis para a execução dos trabalhos pretendidos.

¹⁶⁶ AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 233, n.º 01.

¹⁶⁷ Anexo n.º 40.

¹⁶⁸ Anexo n.º 41.

¹⁶⁹ Anexo n.º 42.

¹⁷⁰ *Idem, Ibidem*

¹⁷¹ Cf. DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 1. [em tratamento]

Assim, propõe-se a deslocação do Capitão de Engenharia Oliveira Júnior,¹⁷² juntamente com Director das Obras e Fortificações (E.I.B. *Buchanan*) a Inglaterra, nomeadamente à região fortificada de *Dover* em missão de estudo do plano de construção da Bateria da Parede, designadamente no que diz respeito ao grau de protecção dos órgãos à prova. Ou seja era uma visita que tinha por objectivo observar “in loco” as baterias e os seus órgãos anexos aí existentes, pois estes seriam muito similares aos que se pretendiam instalar para a defesa marítima de Lisboa e de Setúbal.

Esta deslocação provocou uma interrupção nas obras de construção da Bateria da Parede entre 31 de Maio e 20 Junho de 1945.

Numa das deslocações a Inglaterra, de 2 a 7 de Junho de 1945, o então Capitão de Engenharia, Oliveira Júnior, visitou as instalações da Escola Prática de Artilharia e testemunhou a prática de tiro dos diferentes materiais que interessavam à Missão Inglesa, especialmente no norte de *Gogarth*, junto a *Llandudno*, a peça de 9"2; e em *Crosville* a peça 6".¹⁷³ Visitou ainda, a referida zona fortificada de *Dover*, zona de fortificação de artilharia de costa na defesa do porto de *Dover*, considerada uma das portas de entrada de Inglaterra. Nesta zona pode ainda observar no activo as referidas baterias com todo o tipo de construções adjacentes: plataformas, paióis, abrigos, arrecadações, projectores fixos e suas centrais geradoras, postos de observações, entre outros.

Nesta viagem, os técnicos portugueses puderam constatar que contrariamente ao que acontecia com o sistema fortificado das costas da Normandia (sistema onde se aplicou uma protecção muito forte nos elementos constituintes das baterias), o sistema existente em *Dover*, dispunha de uma forte defesa aérea. Por isso, apenas sofreu uma ou outra acção de contra-bateria, ao contrário do que aconteceu na Normandia, onde as baterias de costa foram gravemente destruídas pela aviação inglesa.

Assim, constatou-se que o principal factor de defesa num sistema fortificado reside na defesa aérea, precisamente porque o avião de bombardeamento é o seu principal inimigo. Neste sentido, ficou provado que não seriam necessários grandes níveis de protecção nas diversas baterias de costa da defesa marítima de Lisboa.

¹⁷² Cf. DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 1, Nota 191 – Pº 1-PB de 21 Abril e Nota n.º 1397, 5 Maio de 1945. [em tratamento]

¹⁷³ AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 234, n.º 1, *Relatório*, Julho de 45.

Contudo, este assunto teria que ser debatido entre as duas direcções envolvidas no processo da bateria, DAA e DAE, elaborando em conjunto um relatório sobre o referido assunto para posteriormente ser sujeito a aprovação e parecer do *War Office*.¹⁷⁴

A discussão do grau de protecção dos órgãos à prova de um sistema fortificado não era um problema exclusivo da competência da engenharia militar, pois comportava a necessidade de um conjunto de conhecimentos de variada ordem, desde a natureza estética até à natureza económica. Porém, tendo em conta as decisões tomadas quer na Missão de Artilharia de Costa, quer no *War Office*, poderemos concluir que no que diz respeito à Bateria da Parede, esta sofreria o aproveitamento de algumas partes das instalações antigas, nomeadamente das peças n.º 1 e n.º 2 e seus respectivos paióis; assim como a instalação de uma nova peça, n.º 3. Estas, segundo a opinião do Brigadeiro *Court-Treath*,¹⁷⁵ deveriam ser construídas com uma protecção contra granadas de 8" (polegadas) e bombas de 1.000 libras (454 kgs).

Neste sentido, coube ao Capitão Oliveira Júnior elaborar um segundo relatório onde se mencionou as conclusões definidas sobre o assunto em discussão, a fim da Missão de Artilharia de Costa efectuar o seu parecer técnico sobre os assuntos ali mencionados.

Os novos desenhos foram elaborados em harmonia com as conclusões dos relatórios apresentados e foram enviados pelo Coronel *Carter* ao *War Office*, para apreciação, garantindo a protecção mencionada, conforme se verifica na carta daquele organismo de 21 de Setembro dirigida ao chefe da missão do Plano *Barron*.¹⁷⁶

A apreciação foi entregue ao Director General Ruy E. Ribeiro a 25 de Setembro, contendo toda a documentação que a discussão sobre o assunto originou tanto entre a Missão Portuguesa e Inglesa, como no *War Office*.

Os trabalhos de terraplanagem da bateria iniciaram-se em 20 Setembro de 1945, tendo sido adjudicados à Sociedade de Construções Cíveis, Lda..¹⁷⁷

Durante este período, e tendo-se estipulado qual o grau de protecção da bateria, coube à DAE estudar quais os elementos da mesma que seriam alvo desse tipo de

¹⁷⁴ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 1, Nota 2535/C, P.º B.4.5 de 31 de Julho de 45. [em tratamento]

¹⁷⁵ Opinião expressa na minuta da conferência n.º 7. Anexo n.º 43.

¹⁷⁶ Anexo n.º 44.

¹⁷⁷ Cf. AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 234, n.º 1.

protecção.¹⁷⁸ Esta apresentou, a 6 Outubro, para aprovação superior um relatório onde expôs que órgãos deveriam possuir essa protecção, e qual a forma possível para a realização do mesmo. Os órgãos à prova da Bateria da Parede seriam os paióis, a central de tiro e o posto de comando, todos com protecção contra granadas de 8" (polegadas) e contra as bombas de avião de 1.000 libras (454 kgs). Esta protecção seria realizada conforme se expõe na alínea seguinte, mencionada no Processo dos trabalhos de construção civil, processo n.º 1 – PB,

“Detalhes sobre a forma de realizar o grau de protecção – aprovado,

I – protecção dos órgãos da Bateria que deverão resistir ao impacto isolado da granada de 8" (polegadas) ou da bomba de 1.000 libras, como os paióis, a central de tiro e o posto de comando

II- Protecção em menor escala dos restantes elementos, como abrigos de alarme, abrigos de reforço, comunicação enterrada, postos de observação, etc.

III – protecção de paióis, central de tiro e posto de comando – em betão armado com malha cúbica de ferro de ½" de diâmetro.

IV- Protecção das paredes e tectos expostos aos impactos directos deverão ter pelo menos 7' (pés) de espessura, para darem protecção contra granadas de 8" (polegadas).

Quando as paredes estiverem protegidas pelo terreno natural poder-se-á reduzir a espessura, de uma quantidade dependente da natureza do solo.

Aquela protecção será bastante para bombas de 1.000 libras (454 kgs)

O cimento será armado com malha cúbica com ferros de ½" de diâmetro afastados de 12" de centro a centro.

Os varões de ancoragem ficarão ligados ao ferro “Troughing”, e deverão ser caldeados e não rebitados ou aparafusados. Este ferro deverá ser soldado numa

¹⁷⁸ DAE responsável pelo estudo da fixação do grau de protecção à prova das baterias do Plano Barron, segundo fora estipulado pela sua Ex.^a o Sub-secretário no seu despacho de 26/7/945. *Idem, Ibidem*

só peça, porque os parafusos ou rebites poderão soltar-se quando sujeitos ao choque.

V – Protecção dos restantes elementos

Além das cargas normais devidas ao peso próprio dos elementos calculados acrescerá o peso das terras que suportam, tendo sido prevista uma sobrecarga accidental de 5 toneladas por metro quadrado, a fim de se obter para aqueles elementos espessuras de betão e armaduras metálicas susceptíveis de oferecerem protecção contra tiros, devendo tomar-se em atenção, que essas espessuras, particularmente pelo que respeita à comunicação enterrada que permitirá o acesso subterrâneo às plataformas e órgãos que as servirão, fiquem aquém das previstas pelos regulamentos estrangeiros para tal efeito.”¹⁷⁹

O relatório n.º 1 da Missão Inglesa, manifestou tudo o que diz respeito ao aproveitamento, orientações e cotas dos elementos que foram relacionados anteriormente, esclarecendo que as soluções apresentadas para as plataformas deviam estar em harmonia com os desenhos ingleses tipo, ou seja de acordo com a primeira solução apresentada pela DAE em 12 de Maio de 1941.

A Bateria da Parede enquanto elemento de defesa do porto de Lisboa, artilhada com três peças de 15,2 cm, manifestava as missões de: contra-bombardeamento, defesa próxima e fiscalização.

Para que fosse possível realizar tais missões, foram-lhe atribuídas os seguintes órgãos principais:

- 3 Peças de 6" (polegadas) *Vickers*¹⁸⁰, em 3 plataformas, com disposição triangular, localizadas segundo as indicações do relatório n.º 1 da Missão Inglesa.
- 1 PO noite¹⁸¹ – missão de defesa próxima e fiscalização
- 1 PO dia¹⁸² – missão de contra-bombardeamento
- 1 Posto de comando da bateria

¹⁷⁹ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 1. [em tratamento]

¹⁸⁰ Anexo n.º 45 – Características da Peça 15,2 cm *Vickers*.

¹⁸¹ Anexo n.º 46 – Planta de PO noite.

¹⁸² Anexo n.º 47 - Planta de PO diurno.

- 3 Projectores, comandados de um posto de comando de projectores, a instalar no PO nocturno.

Dependia de dois postos de comando, dependendo do seu tipo de missão. Assim, do posto de comando do grupo norte, instalado no Alto das Dunas, Quinta da Marinha, em Cascais, nas suas missões de contra-bombardeamento e defesa próxima; do posto de comando do grupo Tejo (instalado no reduto velho de Oeiras, anexo ao posto de comando de artilharia), na missão de fiscalização.

Estava ligada à rede geral de telemetria e observação norte, localizada na central de tiro da Bateria de Alcabideche, que lhe fornecia elementos de tiro a partir da central de observação norte, por ordem do PC do grupo norte a que pertencia também o comando da RGTO norte.

Trabalhavam também para o seu contributo os projectores de descoberta, quer da divisão do Cabo Raso, quer da Fonte da Telha, na pesquisa de possíveis objectos na missão de defesa próxima.

Do ponto de vista da sua construção, procurou-se resolver a sua adaptação ao material inglês, ao número de peças, e à possibilidade de aproveitamento de algumas plataformas existentes, nomeadamente das plataformas n.º 2 e 5 para as novas peças n.º 1 e 2.¹⁸³ Sendo apenas necessário a construção de uma plataforma inteiramente nova para a peça n.º 3, modificado de acordo com o grau de protecção aprovado.

Contudo, a nova bateria deveria ainda sofrer diversas obras para que pudesse ser constituída pelos seguintes órgãos principais:

- 3 Plataformas com disposição triangular, localizadas à superfície
- 3 Paióis enterrados, cada um com o seu elevador, à prova da granada de 8" (polegadas) e da bomba de 1000 libras
- 3 Abrigos de vigilância e alerta para as guarnições das três peças, à superfície
- 3 Abrigos para a palamenta das peças à superfície

¹⁸³ Os paióis das plataformas n.º 2 e 5 da Bateria do CEL podem servir para abrigos, como permitem a construção de um poço único de acesso aos dois paióis que as referidas plataformas. Não se afastando da distância imposta entre as peças 1 e 2, 73 m.

- 1 Central de tiro, subterrânea - localizada junto aos paióis das peças n.º 1 e 2 da Bateria do CEL. Seria à prova de granada 8" (polegadas) e da bomba 1000 libras, com a organização constante do Despacho 215/1/P.B
- 1 Central eléctrica, subterrânea
- 1 Oficina da bateria, subterrânea
- 1 Arrecadação da bateria, subterrânea
- 1 Depósito de tintas e óleos, subterrânea
- 1 PO de noite, à superfície
- 1 PO de dia, à superfície
- 3 Projectores junto à costa
- 3 Centrais geradoras, uma para cada projector
- 1 Posto de comando da bateria para linha de peças, subterrâneo
- 1 PO Eventual¹⁸⁴, à superfície
- 2 Postos de metralhadoras ligeiras antiaéreas, à superfície e em local elevado

Aproveitando-se as instalações dos flancos existentes da bateria, estabeleceu-se uma ligação entre as três plataformas, uma comunicação enterrada, que facilitava não só os acessos às mesmas, como também a sua própria utilização.

No que diz respeito à camuflagem definitiva de cada órgão, esta deveria ser estudada de acordo com o relatório n.º 1 da Missão Inglesa, à medida que a sua construção fosse realizada.

Como o problema da protecção ainda não se encontrava totalmente ultrapassado, tornava-se impossível organizar um orçamento rigoroso do conjunto da obra de construção civil da Bateria da Parede. Porém, sugeriu-se que o trabalho da construção de cada uma das partes não devesse exceder a verba de 400 contos.

No ofício dirigido pela missão inglesa ao Coronel de Artilharia, Monteiro do Amaral, a 6 Setembro de 1945, referindo a conferência n.º 8,¹⁸⁵ nomeadamente o

¹⁸⁴ Anexo n.º 48 - Planta de PO eventual.

¹⁸⁵ Anexo n.º 49 – Conferência n.º 8.

segundo parágrafo da minuta dessa mesma conferência realizada a 24 de Agosto salienta-se que seja estabelecido pelas entidades militares portuguesas, um novo contacto com o *War Office*. Uma vez que, uma bateria não é apenas constituída por um único órgão, mas por vários ligados entre si por redes de comunicações, pessoal e por transmissões.

Por sua vez, *War Office* acentuou que alguns órgãos mais importantes na bateria, não poderiam conter grande protecção, como seria o caso das peças propriamente ditas e da rede de transmissões, independentemente do grau de protecção que se atribuisse aos paíóis e aos abrigos de alarme.

Por ser impossível estabelecer um tipo uniforme de protecção para os vários órgãos de que se compõe uma bateria, a missão mencionou que seria desperdiçar tempo e dinheiro atribuir uma protecção desproporcionada a outros órgãos de menor importância na mesma.¹⁸⁶

A 10 de Novembro de 1945 o Coronel Faro Viana realça a importância de uma boa defesa antiaérea num sistema defensivo. Esta, como ficara comprovado no decorrer dos acontecimentos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial nas diversas zonas fortificadas na Europa, não residia apenas no grau de protecção das baterias, mas na sua capacidade de defesa antiaérea.

O importante seria estabelecer um justo e lógico equilíbrio, por forma que as construções reforçadas dessem uma protecção suficiente não só contra as bombas aéreas, como também contra a artilharia naval. No caso das nossas baterias de costa de 6", não deveriam ser alvo de ataques de peças de grande calibre, mas sobretudo dos projecteis das peças dos navios que forçassem a entrada da barra, uma vez que se localizavam no interior do sistema defensivo, e portanto ao abrigo das baterias de 23,4 cm.

Relativamente, à possibilidade de sofrerem ataques aéreos, estes não seriam efectuados com bombas de grande calibre, uma vez que as bases terrestres mais próximas se encontravam em Espanha.¹⁸⁷

Aprovado o grau de protecção de cada órgão, procedeu-se à elaboração de um novo orçamento.¹⁸⁸ Porém, este tornara-se impossível de concretizar porque se

¹⁸⁶ AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 234, n.º 14, pasta n.º 3.

¹⁸⁷ AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 233, n.º 02, pasta n.º 3.

desconhecia totalmente os preços dos materiais metálicos necessários, que certamente teriam que ser adquiridos em Inglaterra. No entanto, considerando as estimativas apresentadas em Julho de 41, Setembro de 44, Maio de 45, bem como os desenhos definitivos elaborados, poder-se-ia orçamentar de forma aproximada esta obra.

Contudo, neste orçamento não constariam quaisquer verbas para fazer face aos seguintes trabalhos: transmissões (aberturas de valas, aquisição de cabos, e aparelhagem e seu assentamento); fornecimento de energia para iluminação; equipamento de centrais eléctricas, PO e aquartelamento.

Este orçamento apenas se referia à construção civil, esgotos, alimentação de água, iluminação eléctrica (canalização interior, armaduras, e lâmpadas) ventilação, assentamento das pivotagens das peças e aquisição de terrenos

Assim, o orçamento resumir-se-ia aos seguintes valores:¹⁸⁹

Trabalhos na bateria, incluindo os PO nocturno e eventual – 8.100.000\$00

PO diurno - 350.000\$00

Projector 1 e s/ central geradora – 250.000\$00

Projector 2 e s/ central geradora – 250.000\$00

Projector 3 e s/ central geradora – 250.000\$00

Comparticipação à Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos pela execução da defesa das arribas, frente ao casal de S. José – 28.000\$00

Idem, da praia das Avencas – 64.000\$00

Verba destinada à aquisição de material metálico em Inglaterra (ferro “Troughing”, cavilhões, etc) – 1.200.000\$00

Administração das obras e outros encargos – 508.000\$00

Total Geral – 11.000.000\$00

¹⁸⁹ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx.1. [em tratamento]

No ano de 1946, a missão do Plano Barron, sofreu algumas alterações, nomeadamente na Missão Inglesa. Verificou-se não só a substituição do Coronel *Carter* devido a incompatibilidades entre este e as autoridades portuguesas, como também do Brigadeiro *Court-Treant*, uma vez que este se encontrava gravemente doente. Passando o Major *Poole*, a desempenhar funções de chefe interino fazendo ligação com o serviço de engenharia do *War Office*.¹⁹⁰

Em Janeiro, o ainda brigadeiro da missão, B.D. *Court-Treant*, destacava a importância de uma nova deslocação portuguesa a Londres,¹⁹¹ no sentido de se discutir o tipo de centrais eléctricas a adoptar nas baterias marítimas de Lisboa. Uma vez que o *War Office* se encontrava a modificar o velho sistema numa única central eléctrica que fornecia por meio de cabos eléctricos as três plataformas das peças e outros pontos necessários na bateria. Este novo sistema pretendia que cada instalação da peça ficasse completamente independente, com a sua força motriz própria, evitando assim o corte de energia no caso de bombardeamento aéreo ou de granadas.

Este novo método acarretou a necessidade de algumas alterações nos desenhos, designadamente na construção das instalações das peças e outros órgãos da bateria e na natureza da maquinaria eléctrica e mecânica necessárias. Paralelamente, a tudo isto, esta visita serviria ainda para discutir com a Direcção das Obras e Fortificações Inglesas o fornecimento dos materiais de construção que fossem necessários para a construção de toda a defesa costeira de Lisboa.

A visita realizou-se a entre Fevereiro e Março de 1946,¹⁹² tendo-se concluído os seguintes trabalhos relativamente à Bateria da Parede:

1. Preparativos para fornecimento de certos materiais, requisitados pelas autoridades portuguesas para a construção das Baterias da Parede e do Outão. O *War Office* fornecerá aqueles materiais com as necessárias características, tendo sido acabados os desenhos. A DAE foi informada daqueles preparativos pela missão.

¹⁹⁰ AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 233, n.º 03, pasta n.º 4.

¹⁹¹ *Idem, Ibidem.*

¹⁹² *Idem, Ibidem.*

2. Discussão sobre o modo como *War Office* teria de fornecer o equipamento de artilharia. Foram elaboradas listas de materiais e equipamentos já fornecidos pelo *War Office*, e a indicação do início dos trabalhos de instalação.
3. Execução de desenhos referentes às instalações eléctricas das Baterias da Parede e do Outão.

A necessidade de se adaptar a Bateria da Parede ao novo tipo de material, material inglês, que se efectuou na década de 40, conduziu à aquisição de novas parcelas de terreno. Assim, para instalar órgãos indispensáveis à sua acção adquiriram-se três parcelas, por escritura no Notário Vieira e Sousa, em Cascais, que a seguir se discriminam:¹⁹³

- a) Por escritura de 16 Abril de 1946, a aquisição de uma parcela terreno com 275 m², por parte do Ministério da Guerra a António Francisco Pereira Coelho destacada da propriedade militar sob o art. 3407.
- b) Por escritura de 20 Abril de 1946, duas parcelas situadas no lugar de Rana da freguesia de São Domingos de Rana, destinadas ao mesmo fim. Uma com 400 m² pertencente a Francisco Assis Mafra e Mulher, destacada da propriedade descrita na 3.^a conservatória de Lisboa sob o n.º 20.745; e a outra com 670 m² pertencente a Júlia Pinheiro Pereira Duarte destacada da propriedade descrita na 3.^a conservatória de Lisboa sob o n.º 22.797.

Num total de 2.690\$00 estas Escrituras foram visadas pelo tribunal de contas em 17 de Junho ficando registadas com os números respectivamente de 13.057, 13.056 e 13.058.

As parcelas mencionadas foram importantes para a construção do PO de contra-bombardeamento e para o PO de defesa próxima, da própria bateria.

A 2 de Setembro de 1946, foram cedidas, por auto,¹⁹⁴ as referidas parcelas ao ministério da guerra com o destino “uma obra de carácter militar na região da Parede”.

Durante o ano de 1946, pretendeu-se acentuar a necessidade de se elaborar um Centro de Instrução de Artilharia de Costa, centro esse que se destinava a preparar os quadros permanentes para prestar serviço na defesa da frente marítima de Lisboa. Uma

¹⁹³ Anexo n.º 50 – Mapa de Expropriações de terrenos.

¹⁹⁴ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx. 7. [em tratamento]

preparação dos quadros milicianos (subalternos e sargentos), mandados especializar neste ramo de artilharia. O centro devia permitir a instrução e o treino exigidos àquele pessoal.¹⁹⁵

Nesse ano ainda, em virtude de um pedido de construção de uma habitação (pedido efectuado por Aleu Saldanha Quadros e Cruz) próximo do Forte das Maias, assentou-se a importância de se elaborar, conjuntamente com as autoridades navais e com exactidão em relação a cada bateria, as zonas de servidão militar. O então Director da DAE Ruy F. Ribeiro determinou que fosse constituída uma comissão, presidida pelo Coronel Monteiro do Amaral, o Capitão Oliveira Júnior e um perito naval, nomeado pelo Ministério da Marinha. Esta comissão deveria apresentar à aprovação ministerial a resolução que entendesse ser adoptada em todas as baterias na margem norte do rio Tejo sobre as zonas de servidão militar.¹⁹⁶

Ainda nesse mesmo ano, aprovou-se a instalação do sistema de transmissões Magslip.¹⁹⁷ Sistema esse, de capital importância para o funcionamento da bateria, pois que era o sistema que na altura permitia a transmissão de dados entre o posto de observação, posto central de tiro e as peças. Este sistema representava à época uma inovação em termos de transmissão de dados pois que, até essa altura, os dados tinham que ser transmitidos à voz, com todos os inconvenientes resultantes da transmissão e recepção de valores e sobretudo da perda em tempo que isso representava. Verifica-se pois, que a existência de uma rede de cabos *Magslip*, numa Bateria permitia a execução de tiro em tempo real com uma oportunidade que até aí era impossível de atingir.

Nos finais de 1946 e início de 1947, chegava a Lisboa o material necessário para colocar a bateria operacional, nomeadamente o telémetro *Position Finder "T"*, *Mark 3*.¹⁹⁸

As encomendas de material militar efectuadas a Inglaterra foram realizadas através do acordo de *Lease Lend* de 1943 por intermédio da secção de rearmamento. Terão sido saldadas por conta dos ajustes que o Governo Português tinha no *War Office*;

¹⁹⁵ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx 1, Despacho de Gomes Araújo de 25 de Janeiro de 1946. [em tratamento]

¹⁹⁶ DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cx 4, Nota n.º 834 de 26 Junho de 1946. [em tratamento]

¹⁹⁷ Anexo n.º 51 e 51-A - Mapa de sistema de transmissões.

¹⁹⁸ AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 235, n.º 18, Nota n.º 1228, 21 de Outubro de 1946.

ou por conta de verbas anteriormente remetidas; ou ainda por verbas a pagar durante o ano de 1948.¹⁹⁹

O processo de construção da Bateria da Parede do Plano Barron terminou em 1948, como demonstra a nota de Comissão Executiva das Obras Militares, presidida pelo General Ruy F. Ribeiro, tendo sido entregue ao governo militar de Lisboa.²⁰⁰ Tendo sido o custo total da adaptação da obra 12.975.749\$40.

Equipada com o moderno material inglês *Ordenance, B. L. 6" Mark VIII* (peça 15,2 cm), um sistema Magslip, um telémetro traçador com circuito de telemetria, comando à distância dos três projectores, uma central eléctrica independente para cada gerador, monta-cargas, etc, a Bateria da Parede foi a primeira bateria do Plano *Barron* a estar concluída e pronta a funcionar em 1948.

Concluiu-se que todo o processo de adaptação da bateria foi demasiado longo e demorado, quer na execução das obras, quer nas providências na execução da montagem do sistema de defesa. Restava, agora tentar adaptar tudo o que fora anteriormente construído para se proceder a uma defesa.²⁰¹

Na década de 50 as restantes baterias do Plano *Barron*, Alcabideche, Outão, Bom Sucesso e Raposa estavam concluídas e operacionais. Foi durante esta década que se publicou em Diário da República a área circundante de servidão militar na Bateria da Parede.²⁰²

Nos anos 60, a Bateria da Parede apresentava-se com as seguintes características:

Área coberta em rés-do-chão - 308 m²

Área coberta subterrâneos – 2.590 m²

Área de terrenos (paradas, hortas, jardins, pátios, quintais,...) 41.000 m²

O aquartelamento fica a cerca de 300 m

Área da bateria – 30.911 m²

¹⁹⁹ AHM, fundo 6 / D, série 20/3, cx. 40, n.º 65.

²⁰⁰ Anexo n.º 52 - Conclusão da Bateria.

²⁰¹ AHM – fundo 6/G, série 33, cx. 235, n.º 18 Despacho do ministro n.º 3/C Pº 7.4 de 5 Janeiro de 1948

²⁰² Anexo n.º 53 - Diário da República 1.ª série, n.º 223, 16 Outubro 1956.

Área do ramal – 12.234 m²

Com a Guerra do Ultramar,²⁰³ a Bateria da Parede, tal como as restantes baterias passaram a desempenhar a missão de apoio ao serviço de vigilância e fiscalização do porto de Lisboa. Verificou-se um abandono dos quadros e tropas existentes nestas baterias. O deslocamento destes militares para a referida guerra condicionaram a operacionalidade da artilharia de costa que apenas terá sido novamente recuperada a partir 1974, aquando o fim dessa guerra.

Nos anos 80, a actividade da Bateria da Parede resumia-se às suas funções operacionais e à função de instrução. Poucas foram as inovações introduzidas após a sua conclusão.²⁰⁴

Nesta época, efectuavam-se fogos reais, normalmente duas vezes por ano, Maio e Novembro, período final das Escolas de Recruta, para treino de tropas, manutenção das ligações elásticas dos sistemas das bocas-de-fogo e verificação da operacionalidade na exercitação do tiro.

Por questões de segurança, durante estes exercícios, era suspenso todo o tráfego aéreo e marítimo em toda a zona de Cascais e Setúbal. O exercício era efectuado com espoleta inerte, ou seja com o cone no topo da granada inerte, e um alvo composto por uma jangada com bandeira vermelha rebocada por um anti-minas com um cabo de 50 a 100 m. Estes exercícios tinham como objectivo o treino das guarnições e as condições de resposta do material.

Nos dias que antecediavam o exercício, o comando do RAC distribuía folhetos informativos às populações nas áreas de influência das peças com algumas recomendações, tais como, abrir janelas, acautelar objectos frágeis, etc.

Com a alteração do conceito estratégico de defesa do país foi-se abandonando as diversas fortificações de defesa de costa existentes, passando esta a ser efectuada pela marinha e pela força aérea. Face a tudo isto, aos poucos, a degradação dos

²⁰³ Guerra do Ultramar (1961 -1974) – confrontos ocorridos nas antigas colónias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique entre militares portugueses e as forças organizadas pelos movimentos de libertação dessas colónias.

²⁰⁴ 1984 / 85 – Construção de um campo polivalente – campo de treino da Lisona.

equipamentos tornara-se evidente,²⁰⁵ e a sua actividade rapidamente substituída por novos e melhores equipamentos, o que levou à total desactivação da Bateria da Parede, na década de noventa, e à sua entrega ao regimento de Artilharia Antiaérea.²⁰⁶

II.2.1.3 – Características Técnicas dos materiais que equipavam a Bateria da Parede

1 – Boca-de-fogo com Sapata

Assente numa sapata enterrada, a peça *Vickers* 15,2 cm possuía manobra para pontaria e carregamento. A sua posição permitia-lhe o alcance suficiente para a missão de apoio à fiscalização e defesa.

Constituída por umas alças telescópicas, estava dotada com mostradores de recepção de alcances transmitidos por cabos *Magslip* duma origem exterior, com o apoio dos instrumentos para a direcção de tiro.

Esta peça apresentava as seguintes características:

- Tubo livre auto-cintado pela manga e reforço
- Sistema de disparo eléctrico e por percussão
- Culatra móvel²⁰⁷ tipo parafuso de sectores interrompidos simples
- Soquete manual²⁰⁸
- Destina-se à defesa próxima, mas fazendo acção intermédia
- Estriamento dextrorsum

²⁰⁵ 1996 – Demolição do terceiro projector (Praia das Avenças) através dos Serviços Militares em meados deste ano, uma vez que este sofrera grandes danos devido ao avanço do mar.

²⁰⁶ 9 Junho 99 – Em cumprimento da directiva n.º 14/98 de 30 Dezembro 1998 do General Governador Militar de Lisboa, fez-se a entrega ao Regimento de Artilharia Antiaérea n. 1 do PM 5/ Cascais – BP e ramal de serventia.

²⁰⁷ Culatra móvel – constituída por um parafuso que se enrosca na parte posterior do tubo da peça. Anexo n.º 54 – Culatra móvel.

²⁰⁸ Soquete – podia ser com sistema hidráulico ou manual. No caso da Bateria da Parede, este era manual, ficando um militar encarregue deste serviço, ou seja a inserção da granada no tubo da peça pela acção de soquetagem.

Na parte inferior da peça, parte enterrada, junto à sapata, encontrava-se um pequeno paiolim, ou seja um local onde as granadas eram colocadas antes de serem fornecidas à boca-de-fogo. As granadas eram transportadas do paiol das granadas por um carrinho até a um elevador que as levava para junto da área de carregamento da peça.

2 -Sistema de transmissões *Magslip* – cabos que servem para interligar os vários elementos de uma bateria. Transmitem dados de direcção, elevação e comandamento aos projectores, peças, etc.

3 - Paiol de cargas - espaço na bateria onde se guardavam as cargas de pólvora. Local seco e no qual seria necessário entrar com algumas precauções, pantufas de artilheiro. As cargas, armazenadas em suportes de madeira, eram constituídas por pólvora, em forma de macarrão “de cordite”, contidas num saco de seda. Nas suas extremidades existia um ignidor de pólvora negra que se destinava a assegurar a explosão da carga, sendo constituído por pólvora de maior vivacidade. Interiormente, as cargas continham ainda, discos de estanho anti-cobreantes.

No caso da peça 15,2 cm (*Vickers*) as cargas poderiam ser de dois tipos: carga normal ou completa e meia carga.

4 - Na zona do paiol,²⁰⁹ encontrava-se a secção de palamenta, ou seja uma secção constituída por um conjunto de objectos indispensáveis à utilização e manutenção imediata duma boca-de-fogo: acessórios destinados ao serviço de limpeza e conservação da peça. Por exemplo óleos e massas lubrificantes e massa grafitada²¹⁰ entre outros.

A manutenção de cada peça tinha por objectivo manter todo o material em boas condições de serviço, compreendendo assim acções de limpeza, reparações, tratamentos, afinações etc.

²⁰⁹ Anexo n.º 55 – Paiol.

²¹⁰ Massa grafitada – destina-se à lubrificação de peças sujeitas a grandes atritos ou choques. Lubrificação de molas, guias de elevadores, da culatra móvel. Tem uma aplicação de anti-gripante.

5 - Na Secção da geradora encontrávamos uma geradora a diesel de 22 kw, uma *Lister*. Esta geradora garantia o funcionamento de todos os equipamentos da peça. O sistema eléctrico servia apenas para assegurar a iluminação da Bateria.

6 - No posto central de tiro (PCT) o predictor mecânico (predictor *Mark IV*), a caixa de correcções, o indicador de durações de trajecto e o calculador de correcções balísticas eram fundamentais para a obtenção de êxito nas acções operacionais da bateria.

Ao introduzir o rumo e a velocidade do alvo no predictor, ele forneceria as correcções apropriadas da deslocação do mesmo. Fazia a predição do alcance e da direcção futura do alvo face à posição da bateria. Estes eram transmitidos directamente às peças pelo predictor através do sistema *Magslip*.

A caixa de correcção ou aparelhagem de correcção era constituída por:

1. Corrector de paralaxes (CADC) e calculador de correcções de paralaxe (DCC).
A estes cabia corrigir os alcances e as direcções determinadas pelo telémetro em relação ao centro da bateria. Ambos recebiam continuamente os elementos do telémetro pelo sistema *Magslip* e transmitiam-nos corrigidos, pelo mesmo sistema a cada uma das peças. O CADC era accionado por motores a óleo, ao contrário do DCC que comandado manualmente, precisava de dois operadores.
2. Corrector de derivação fornecia as correcções necessárias aquando da transmissão às peças dos alcances e direcções relativas ao centro da Bateria. Eram efectuados pelos mecanismos D/C e E/R instalados em cada um dos reparos. Quando os apontadores ajustavam os ponteiros dos receptores eléctricos, cada uma das peças estava apontada com uma elevação do quadrante e uma direcção que incluía as correcções das suas velocidades iniciais, temperatura das cargas, paralaxes do centro da bateria e a derivação.

O indicador de duração de trajecto forneceria o tempo de duração entre o disparo da peça e o alvo a atingir. Calculava a sua duração consoante a carga utilizada e o alcance da mesma.

Encontrava-se ainda, no posto central de tiro, um calculador de correcções balísticas (BCC). Nele eram, introduzidos os elementos do boletim meteorológico (humidade, temperatura e velocidade e direcção do vento), para assim se obter as correcções necessárias para qualquer alcance ou direcção. Este calculador poderia estar no PCT ou PO.

7 – Inserido no posto de observação, o telémetro media visualmente os alcances e direcções do alvo, permitindo introduzir assim, os elementos de tiro no sistema de pontaria em direcção e elevação.

O telémetro utilizado na Bateria da Parede, telémetro indicador de posição (*DPF* - “*T*” - *MK. 3*) era um aparelho óptico que media visualmente os alcances e direcções. O alcance era determinado pela depressão angular da linha de sítio para um alvo.

Instalado no centro da bateria o telémetro era completado por uma prancheta com a representação em escala da zona marítima, onde se referenciavam os alvos e se traçava a sua rota, o que facilitava as medições dos rumos e as velocidades.

Este telémetro apresentava ainda as seguintes características:

- Alcance em jardas na escala de alcances – mínimo 5600; máximo 40000
- Cota máxima que pode marcar no tambor de alturas ou comprimento de base em pés – 1500
- Rigor normal em segundos – 7,6
- Ampliação 45/ 15
- Alcances efectivos em jardas – p^a uma cota de 100 pés – 8000; P^a uma cota de 300 pés – 22000
- Sector em que o instrumento pode dar as direcções 220°

Estava ligado ao predictor por cabos *Magslip*, sendo as informações também fornecidas via telefónica.

No posto de observação nocturno efectuava-se ainda o comandamento dos três projectores da bateria.

8 – Os três projectores²¹¹ da Bateria da Parede permitiam “varrer” na linha de água a entrada da barra do Tejo durante a noite, permitindo não só identificar os alvos a curtas distâncias, mas também atacá-los.

Nas peças de calibre médio foram instalados um por peça, localizando-se e mantendo-se sobre o alvo enquanto a peça correspondente efectuava fogo.

O projector de 90 cm era o modelo mais comum neste tipo de peça, com feixes fixos. No caso da Bateria da Parede, estes projectores eram telecomandados, porém acesos e apagados manualmente.

As lâmpadas funcionavam durante 50 minutos (a duração do carvão negativo) no fim dos quais deveriam ser apagada para posteriormente se poder proceder à mudança de carvão à mão.

Utilizavam espelhos parabólicos de 90 cm, que produziam um feixe de luz concentrada.

Embora não se possam apresentar valores para o alcance efectivo de iluminação dum projector, devido às variações das condições atmosféricas, dimensões do alvo, considerava-se como alcance eficaz deste tipo de projectores de artilharia a seguinte indicação: feixes concentrados – 3500 jardas (3200 m)

Para além dos referidos materiais que equipavam a Bateria da Parede, importa ainda salientar que a guarnição desta peça era normalmente composta por nove a quinze homens, incluindo o chefe da peça. A cada um deles competia uma função exacta dentro do contexto de funcionamento da peça.²¹²

²¹¹ Anexo n.º 56 (A, B) – Planta de Localização de Projector. (C) – Imagem de Projector

²¹² Anexo n.º 57 – Distribuição da Guarnição na peça 15,2 cm.

II.2.1.4 - Influências no meio envolvente

A construção das várias fortalezas, fortes, fortins, e baterias recortaram não só as margens norte e sul do rio Tejo, como também as do rio Sado.

A sua presença contínua alterou os locais onde estavam inseridos, não apenas nos dias em que se efectuavam os fogos reais, mas também na própria vivência das localidades. A permanência dos inúmeros militares que constituíam a guarnição da Bateria da Parede permitiu um desenvolvimento constante nesta localidade quer ao nível do comércio local, quer ao nível de uma maior construção em torno da própria bateria. Várias foram as construções habitacionais que se ergueram nas proximidades da mesma, muitas delas pertencentes aos militares mais graduados que se fixavam nesta localidade juntamente com as suas famílias.

A construção de vias de acesso à própria bateria impulsionou o desenvolvimento de estradas na localidade da Parede, que aos poucos expandia-se não só junto à praia mas também para os arredores da bateria. A pequena localidade, com algumas habitações junto à orla marítima, cheia de pedreiras nas suas encostas, rapidamente se transformou num lugar desenvolvido que se envolvia quer com o Sanatório de Sant'ana quer com a própria bateria.

Condicionado pelos limites da servidão militar das diferentes baterias, relativamente, à margem norte do rio Tejo, o ordenamento do território desta linha de costa sofreu alterações de enquadramento arquitectónico. A impossibilidade de se construir acima da linha de tiro e de observação, condicionou o tipo de construção ao longo desta margem do rio, sendo a construção apalaçada exemplo disso mesmo. Edifícios com apenas um ou dois andares foram durante muitos anos as construções possíveis nesta costa. Porém, a pressão imobiliária tentava a todo custo alterar estes condicionalismos, o que viria a acontecer após a desactivação das baterias.

Com a sua desactivação cairia a obrigação de servidão militar e os limites de construção impostos pela mesma. Terá ocorrido, no caso da Bateria da Parede, no final do século XX a extinção da servidão militar desta bateria, o que provocou um aumento da construção nesta localidade, surgindo diversos empreendimentos com vários andares.

CONCLUSÃO

A nossa ligação ao mar esteve sempre presente nos desígnios de alargamento das fronteiras e expansão da fé cristã.

Lisboa, como porto essencial do império que se estendia aos quatro cantos do mundo, teve necessidade de desenvolver a sua defesa, e para tal foi ao longo do seu porto que foram edificadas as mais diversas fortificações, fortes, fortins e baterias de costa.

O tema enunciado como objecto de estudo desta dissertação, apresenta-se como uma investigação centrada numa região singular, a Barra de Lisboa. A diversidade das construções defensivas edificadas ao longo da barra no período que se estende do século XV ao século XIX permitiu-nos abordar de uma forma sumária esse período histórico, no contexto cultural e militar, com relevo para a evolução arquitectónica desenvolvida ao longo desta barra.

Os grandes avanços quer da arquitectura, quer da artilharia, manifestaram-se elementos incontornáveis para uma maior compreensão da importância da defesa da barra do Tejo não só neste período, como também no século XX, período em que se circunscreve a construção ou adaptação da Bateria da Parede.

A importância militar da Bateria da Parede prende-se essencialmente com a sua localização geográfica e a sua estrutura, única em Portugal e no mundo.

A disposição das suas três peças, inseridas no traçado da costa, permitiu-nos avaliar a grande utilidade que esta Bateria teve no contexto da defesa da barra do Tejo. Se por um lado alcançaria a defesa da entrada do Tejo, por outro a posição avançada da terceira peça possibilitou a defesa da Baía de Cascais, porto de grande circulação marítima.

Porém, esta terceira peça também condicionou de forma mais abrangente a construção nesta orla costeira. A servidão militar desta peça, face à sua posição avançada, impossibilitava a construção de qualquer habitação num perímetro superior às restantes peças, localizadas mais recuadas. Paralelamente, à obrigatoriedade da servidão militar imposta pelas peças, os postos de observação e os elementos necessários à boa execução do tiro exerceram condicionamentos na construção e no processo de ordenamento da linha de costa desde a Fortaleza de S. Julião da Barra até Cascais.

O enquadramento jurídico do sistema de gestão territorial obrigava à inclusão da servidão militar na carta de condicionantes dos planos directores municipais. Esta metodologia articulava os interesses da defesa nacional e do ordenamento do território.

A necessidade de manter sem obstáculos o campo de visão quer da bateria quer dos seus projectores e postos de observação provocou um tipo de arquitectura característico na linha de Cascais durante anos, e que apenas seria alterado após a desactivação das respectivas baterias e da obrigatoriedade das suas servidões militares.

Importa salientar a importância da preservação da memória da artilharia de costa, não apenas através da conservação do enorme e diversificado legado de construções arquitectónicas presentes ao longo das margens do rio, mas também expondo o que cada uma dessas estruturas contribuiu para a história da defesa da barra de Lisboa ou mesmo para a História do país. A conservação desta memória apenas será possível com a dedicação dos diversos parceiros (Ministério da Defesa e Câmaras Municipais), elaborando e reedificando os fortes, atribuindo-lhes novas funções de utilidade pública, nomeadamente através da adaptação de algumas dessas estruturas a espaços museológicos. Assim, foram já requalificados diversos fortes na margem norte do rio Tejo, nomeadamente, a Torre de Belém, o Forte do Bom Sucesso e o Forte de S. Jorge de Oitavos que englobando a defesa da barra de Lisboa, foram constituídos como pontos turísticos de utilidade pública.

Apesar de se conhecerem, outros projectos de requalificação nesta linha costeira, a Cidadela de Cascais, o Forte do Guincho, Forte de S. João da Cadaveira e o Forte de S. João das Maias, entre outros, importa salientar que nenhum deles abordará a evolução da artilharia de costa Portuguesa.

Ao longo dos últimos anos, vários foram os esforços do Ministério da Defesa e das autarquias locais para a construção de um espaço museológico que abordasse esta temática. Actualmente, a autarquia de Cascais, manifestou interesse por este assunto, estabelecendo parceria com o Ministério da Defesa, para a requalificação da Bateria da Parede e da área envolvente. O objectivo desta parceria não se prende apenas à importância da museolização da bateria, prende-se também à necessidade de se requalificar aqueles espaços, dando-lhes utilidade pública e dinamizando aquela parte do concelho.

Esta Bateria face à sua posição, organização e estrutura e peso histórico relativamente às suas congéneres, apresenta as melhores características para a sua adaptação a um espaço museológico. Espaço, que viria colmatar as lacunas existentes sobre os contributos da artilharia costeira e da fortificação marítima para a defesa da costa em Portugal através dos séculos.

Numa visão retrospectiva deste tipo de artilharia seria importante relevar para o plano do turismo cultural esta temática, criando circuitos entre as diversas fortificações existentes nos concelhos de Oeiras e Cascais, expondo assim o valioso património histórico, arquitectónico e cultural existente nas margens do rio. A criação destes roteiros histórico-militar levaria cada um dos visitantes a “viajar no tempo”, acentuando de que forma esta vertente das forças armadas teve importância na defesa não só do porto de Lisboa, como também na própria independência do país.

Interessa ainda referir, que a possível museolização da Bateria da Parede e de todos os espaços a ela configurados (PO, sistema de iluminação do alvo, aparelhos de cálculo balístico e transporte de munições, etc) permitiria não só valorizar este património cultural, como também dar a conhecer à população civil uma vertente das forças armadas que poucos conhecem.

A preservação deste tipo de construção e sua memória assegurará a riqueza e o valor notável da artilharia de costa portuguesa durante gerações, bem como representará as diferentes fases da história e da cultura portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Activa

AHM, *Colecção Conde Lippe*, cx. 5, processo 6.

AHM, Anais da Vila da Ericeira in Arquivo particular de Carlos pereira Callisto, documentação referente à Torre de Cascais.

AHM, Fundo 6, série 9, cx. 24, n.º 1 – Ministério da Marinha, 1939.

AHM, Fundo 6/D, série 2, cx. 35; n.º 6, 1944, *Plano Barron* – processo 5 e 6,

AHM, Fundo 6 / D, série 20/3, cx. 40, n.º 65.

AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 233, n.º 01, n.º 2, n.º 3, n.º 9.

AHM – fundo 6/G, série 33, cx. 234, n.º 12, n.º 13, n.º 14.

AHM, fundo 6/G, série 33, cx. 234.

AHM – fundo 6/G, série 33, cx. 235, n.º 18.

AHM – fundo 6/G, série 33, cx. 237, n.º 32.

AML-AH - *Plano hydrographico da Barra do Porto de Lisboa* por F. M. P. da Silva, C. M. Batalha e C. F. B. de Vasconcelos em 1857.

ANTT, Gaveta X, Maço 11, Documento 12 fl. 1v a 2v.

ARMAS, Duarte de, *O Livro das Fortalezas*, pref. de Manuel de Silva Castelo Branco, Lisboa: Inapa, 1990.

Baluartes: Revista da Região Militar de Lisboa, *A fortificação de Lisboa e do seu Porto na Segunda Metade do Século XIX: Defesa da barra e porto de Lisboa*, n.º 5, Lisboa: R.M.L., 1991.

_____ *A fortificação de Lisboa e do seu Porto na Segunda Metade do Século XIX: A Defesa das Margens do Tejo*, n.º 4, Lisboa: R.M.L., 1991.

_____ *A fortificação de Lisboa e do seu Porto na Segunda Metade do Século XIX: A subcomissão de 1887*, n.º 6, Lisboa: R.M.L., 1991.

_____ *A fortificação de Lisboa e do seu Porto na Segunda Metade do Século XIX: A Linha de 1833*, n.º 3, Lisboa: R.M.L., 1991.

_____ *A fortificação de Lisboa e do seu Porto na Segunda Metade do Século XIX: A Acção de Sá da Bandeira*, n.º 2, Lisboa: R.M.L., 1991.

BCM, *Plano Hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa*, 1857.

BERGER, Tenente-Coronel João P. – *A Artilharia e a Defesa de Costa da Barra do Tejo a Cascais nos séculos XIX e XX*. Separata do Boletim da Artilharia Antiaérea, n.º 5, II Série, Outubro 2000.

_____ “Carlos de Bragança, Presidente e Subcomissário para a defesa do Porto de Lisboa” in *Actas do XVIII Colóquio de História Militar, Política Diplomática, Militar e Social do reinado de D. Carlos no Centenário da sua morte*, Lisboa: Ed. Comissão Portuguesa de História Militar, 2009.

BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de; RAMALHO, Margarida, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa: Quetzal Editores e Câmara Municipal de Cascais, 2001.

BRAGANÇA, António Gamboa Martins, *A fortificação de Lisboa e do seu porto na 2.ª Metade do séc. XIX: alguns aspectos*, Lisboa: Direcção dos Serviços Histórico-Militar, 1990.

CALLISTRO, Carlos Pereira, *Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras*, 2.ª Reedição, renovada, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Julho 2002.

CID, Pedro de Aboim Inglez, “As arquitecturas da barra do Tejo: fortificações” in *Nossa Senhora dos Mártires: a última viagem*, Lisboa: Ed. Verbo, 1998.

COMISSÃO DAS FORTIFICAÇÕES DO REINO, *Trabalhos efectuados para a defesa de Lisboa*, 1903.

COMISSÃO DAS FORTIFICAÇÕES DO REINO, *Relatório acerca dos Estudos até 31 de Dezembro de 1894*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

CORREIA, António, *Breves notícias das Antigas fortalezas em Almada*, Almada: Câmara Municipal, 1978

DAA, *Fichas de Instrução Individual*, Ministério da Defesa Nacional: Exército Português. [em tratamento]

DIE, *Processo da Bateria da Parede*, cxs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7. [em tratamento]

FAGUNDES, João, “Defesas da barra do Tejo nos Séculos XVI e XVII. Bugio e São Julião da Barra” in *Actas das Secções e Colóquio Temático o Município de Lisboa e a dinâmica urbana Séculos XVI – XVII*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1997.

FREITAS, António Gregório de, *Memória acerca da Defesa Marítima do Porto de Lisboa*: Typografia, 1868.

HOLANDA, Francisco de, *Da Fabrica que Falece a Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1984,

JÚNIOR, Costa, “Lisboa de Hoje e do Passado: quase meia centena de Fortes, Fortins, Fortalezas e Bastiões defenderam a capital desde há séculos”, *Diário Popular*, Lisboa: 30 Novembro 1971.

MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e, “A Subcomissão de defesa Marítima do Porto de Lisboa (1887-1889) (Excertos de um estudo)”, *Revista de Engenharia Militar*, Número Comemorativo do III Centenário da Engenharia Militar, Lisboa: 1947.

Melhoramentos do Porto de Lisboa. Parecer e Actas da comissão especial, Lisboa 1884, Sociedade de geographia de Lisboa

MOREIRA, Rafael, “Arquitectura Militar” in *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa: Publicações Alfa SA, 1986.

_____ “Do rigor prático à urgência prática: a arquitectura militar” in *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa: Publicações Alfa SA, 1986.

NASCIMENTO, Alfredo Ferreira – “O príncipe real D. Carlos e a defesa do porto de Lisboa” in *Olisipo: Boletim Trimestral do Grupo “Amigos de Lisboa”*, n.º 74, Lisboa: 1956.

_____ *Santo António da Barra: achegas para uma monografia*, [s.n.], Lisboa, 1956.

_____ *Como, em 1809, se pensou defender Lisboa*, [s.n.], Lisboa, 1956.

_____ *Algumas achegas para a história da defesa de Lisboa*, [s.n.], Lisboa, 1954.

NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1991.

PORTUGAL, Estado Maior do Exército, *Síntese Histórica da Artilharia Portuguesa*, E. M. E., Lisboa, 1982

RESENDE, Garcia de, *Chronica de D. João II e Miscelânea*. Edição fac-similada, Lisboa, 1973.

REVISTA DE ENGENHARIA MILITAR, *Campo Entrincheirado de Lisboa, Relatório Geral dos Trabalhos efectuados em 1903*, Lisboa: Tip. Do Comércio, 1903.

REVISTA DE ENGENHARIA MILITAR, *Trabalhos efectuados para a defesa de Lisboa*, Comissão das Fortificações do Reino, 1903

SÁ DA BANDEIRA, Marquês de, *Memória das Fortificações de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1866

_____ “Opinião acerca das Fortificações de Lisboa e Porto”, *Revista Militar*, n.º 5, ano XXIV, 1872.

SANCHES, José Dias, “O Pôrto de Lisboa através dos Séculos” in *Olisipo: Boletim Trimestral do Grupo “Amigos de Lisboa”*, n.º 32, Ano VII, Out. 1945.

SOARES, Francisco Pedro Celestino, *Projecto sobre a Defesa do Porto de Lisboa*, Typografia da Academia das Ciências, 1847.

TIÇÃO, Álvaro, “Estruturas defensivas construídas na segunda metade do século XIX na cidade de Lisboa” in *Actas do I Encontro de Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, Comunicações e Painéis*, vol. II, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa, “Estudo sobre a região fortificada de Lisboa”, *Revista de Artilharia*, 1.º ano, 1905

PORTUGAL. INSPECÇÃO DO SERVIÇO DE ENGENHARIA, *Relatório Geral dos trabalhos efectuados em 1904-1905 / Inspeção do Serviço de Engenharia*, Lisboa : Typ. do Commercio, 1905 (Sep. Rev. de Engenharia Militar)

_____ Relatório Geral dos trabalhos efectuados em 1903-1904 / Inspeção do Serviço de Engenharia, Lisboa: Typ. do Commercio, 1904 (Sep. Rev. de Engenharia Militar)

Bibliografia Passiva

AA.VV, *História do Século XX*, Volumes I, II, III, IV, Publicações Alfa, Lisboa, 1995

AAVV, “Reorganização do Exército”, *Revista Militar*, n.º 6 e 7, 1884.

A.N.T.T. *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique*, Doações, L.º 30, Fls. 227, 228V.

AML-AH, *Chancelaria Régia*, Livro III de D. João III, doc. 6, f. 17 a 18v

ARAÚJO; Norberto de, “Defesas Marítimas e Terrestres” Inventário de Lisboa, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1945.

BARATA, General Manuel Freire Themudo, “Retrospectiva sobre a Escola Prática de Artilharia e o Ensino Artilheiro em Portugal” in *Cadernos de História Militar*, n.º 6, Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1989.

BARBOSA, Inácio de Vilhena, “Defesa Marítima de Lisboa” in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, [s/d.].

BOTELHO, General José Justino Teixeira, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, volumes I e II, Lisboa: Comissão de História Militar.

CABRAL, Coronel Miranda, *Conferências sobre Estratégia - Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais*, vol. II, Lisboa, 1932.

CAETANO, António Alves, *O porto de Lisboa e o bloqueio continental (1806-1812): ensaio de história económica*, Lisboa: Academia de Marinha, 2004

CORDEIRO, General de Artilharia João Manuel, *Apontamentos para a História da Artilheria Portuguesa*, Commando Geral da Artilheria, 1895.

COSTA, Augusto Ramos da, *Roteiro da Barra e Porto de Lisboa*, Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar, 1897

COSTA, E. A. Ramos da, “A Defesa terrestre do Campo Entrincheirado de Lisboa”, *Revista de Artilharia*, n.º 166 a 169, 1918.

DIAS, M. Helena – “Antigas configurações das barras do Tejo e Sado. Cartografia e Realidade”, *Revista da Faculdade de Letras*, 16-17, 5ª Série, Lisboa, 1994.

FONSECA, António Sarmento da, “Fortificação Permanente”, *Revista de Engenharia Militar*, vol.5, 1900.

GUEDES, Lívio da Costa; SALEMA, Vasco da Costa, *O Arco Belém - S. Julião da Barra, contorno da enseada de Paço de Arcos*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1986.

HENRIQUES, João Miguel, Cascais. *Do final da Monarquia ao alvorecer da República (1908-1910)*, Lisboa: Ed. Colibri e Câmara Municipal de Cascais, 2001.

LIMA, Pedro Benjamin de Cerqueira, *Estudos Sobre Artilharia*, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870

LEAL, Augusto S. de Azevedo B. de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873, MATOS, Artur Teodoro de, *A Armada das ilhas e a armada da costa no século XVI*, Lisboa: Academia da Marinha, 1990.

MATTOSO, José - *Almada no tempo de D. Sancho I*, Almada: Câmara Municipal de Almada, 1991.

MURTEIR, M.^a Helena da Cunha, *Lisboa da restauração às luzes. Uma análise da evolução Urbana*, Dissertação de Mestrado em História de Arte Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

NÉU, João B. M., *Em volta da Torre de Belém*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, 2 vol.

NOGUEIRA, Miguel “Pirataria e Corso sobre a costa portuguesa nos séculos XVI e XVII” in *Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa*, Coimbra: Associação Portuguesa de Geógrafos, 1995.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – Elementos ... iii, Assento de vereação de 1 de Março de 1625. Liv.º II Místico de contratos, fl 287 e seguintes; capítulo da carta régia de 12 de Março de 1625. Liv.º de d Filipe iii fl. 65 A.H.CML

OLIVEIRA, José Osório de, “Porto de Lisboa”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 1, vol.1, Lisboa.

RAMALHO; Margarida de Magalhães, “A Fortaleza de Nossa senhora da Luz, Arquivo de Cascais” in *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, n.º 10, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1991.

_____ “Cascais em Finais do Século XVI: Duas Plantas Inéditas” in *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, n.º 9, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1990,

_____ *Uma corte à beira-mar: 1870-1910*. Lisboa: Quetzal, 2003.

ROSSA, Walter, *Além da baixa. Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, 2. Vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1990.

SALES, Ernesto Augusto Pereira, *O Conde de Lippe em Portugal*, Vila Nova de Famalicão: Minerva, 1936.

SANT'ANA, António H. de, *Apontamentos para a história dos pilotos da barra de Lisboa*, Lisboa, 1957.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal militar: compêndio de história militar e naval de Portugal: desde as origens do Estado portugalense até ao fim da Dinastia de Bragança* Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

SEQUEIRA, Gustavo Matos – *Depois de terramoto*, Lisboa: Academia das Ciências, 1916.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Verbo, [Lisboa], 18 vol. 1977

SILVA, A.A. Baldaque da, *Estudo Historico Hydrographico sobre a Barra e o Porto de Lisboa*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1893

SOUSA, Rui H. Pereira de, Almada. *Toponímica e histórica*, Câmara Municipal de Almada, 2003

TELLO, António José, O papel dos militares no processo de inovação e mudança no Portugal Contemporâneo, Lisboa [s/d].

_____ *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945*, Lisboa: Ed. Vega, cop. 1991.

_____ “História militar ou política de defesa?” in *Actas do III Colóquio Portugal e a Europa - séc. XVII a XX*, [S.l.], 1992.

VAZ, Artur, *Monumentos de Almada. Inventário*, Ed. Revista e aumentada. Almada, 1989.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa, “Estudo sobre a região fortificada de Lisboa”, *Revista de Artilharia*, 1.º ano, 1905.

Documentos Online

<http://www.geneall.net/site/home.php>, (15 Janeiro 2009)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia_de_costa (17 Janeiro 2009)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Regimento_de_Artilharia_de_Costa (17 Janeiro 2009)

http://www.dcarlos100anos.pt/Ficheiros/REI_D_CARLOS_E_A_POLITICA_EXTERNA_PORTUGUESA.pdf, (22 Abril 2010).

<http://www.revista-artilharia.pt/> (23 Abril 2009)

<http://www.operacional.pt/os-ultimos-disparos-do-%E2%80%9Cmuro-do-atlantico%E2%80%9D-portugues/> (26 Abril 2009)

http://www.revista-artilharia.net/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=20 (3 Maio 2009)

http://www.amigosdoscastelos.org.pt/Portals/0/docs/monumentos/saobruno_acontecimentos.pdf (4 Junho 2010)

http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=140%3Aa-marinha-portuguesa-na-i-guerra-mundial-parte-ii-a-accao-da-marinha-na-europa&catid=25%3Aboletim-no-409&Itemid=15 (6 Junho 2010)

http://www.igeoe.pt/...invasoes/Portugal_vesperas_Invasoes_Francesas.pdf (24 Junho 2010)

http://www.aml.pt/webstatic/actividades/smig/atlas/_docs/atlas_02.pdf (3 Julho 2010)